

CADERNOS

FGV PROJETOS

JANEIRO 2012 • ANO 6 • Nº 18 • ISSN 1984-4883

SEGURANÇA PÚBLICA EM FOCO

ENTREVISTAS

GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL
SECRETÁRIO JOSÉ MARIANO BELTRAME

DEPOIMENTOS

MARTHA ROCHA
EDVAL NOVAES
ANTÔNIO ROBERTO CESÁRIO DE SÁ

ARTIGOS

GILMAR MENDES • RICHARD ABORN • EDUARDO JANY •
JOSEPH M. ROBINSON • ROBERTO JATAHY • CRISTIANO LAJÓIA •
JULIANA BARROSO

CADERNOS

FGV PROJETOS

JANEIRO 2012 • ANO 6 • Nº 18 • ISSN 1984-4883

FGV PROJETOS

Diretor
Cesar Cunha Campos

Diretor Técnico
Ricardo Simonsen

Diretor de Controle
Antônio Carlos Kfourri Aidar

Vice-Diretor de Projetos
Francisco Eduardo Torres de Sá

Vice-Diretor de Estratégia e Mercado
Sidnei Gonzalez

Editor-Chefe
Sidnei Gonzalez

Orientação Editorial
Carlos Augusto Costa

Coordenação Editorial
Melina Bandeira

Projeto Gráfico
ORB LLC | Maria João Macedo | Patricia Werner

Assessoria de Produção
Eduarda Moura | Manuela Fantinato | Teresa Borges

Revisão
Formas Consultoria | Gabriela Costa

Tradução
Elvyn Marshall

Fotos
www.shutterstock.com | www.corbis.com | Analder Lopes/Ascom Seseg | Felipe Fittipaldi

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar, de forma ampla, em todas as matérias de caráter científico, com ênfase no campo das ciências sociais: administração, direito e economia, contribuindo para o desenvolvimento econômico-social do país.

Sede
Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22250-900 ou Caixa Postal 62.591
CEP 22257-970, Tel: (21) 3799-5498, www.fgv.br

Primeiro Presidente Fundador
Luiz Simões Lopes

Presidente
Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes
Sergio Franklin Quintella, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR

Presidente
Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes
Sergio Franklin Quintella, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque

Vogais
Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Júnior, Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes
Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Julio de Almeida Senna e Marcelo José Basílio de Souza Marinho.

CONSELHO CURADOR

Presidente
Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente
João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos e Cia)

Vogais
Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Vaunizio Pires de Azevedo (IRB - Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Mendonça Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Tarso Genro (Estado do Rio Grande do Sul).

Suplentes
Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildelfonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.) e Sérgio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.).

SUMÁRIO

editorial

04 FGV PROJETOS

entrevistas

06 GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL

14 SECRETÁRIO JOSÉ MARIANO BELTRAME

depoimentos

22 OS DESAFIOS DA POLÍCIA CIVIL

Martha Rocha

26 TECNOLOGIA A SERVIÇO DA SEGURANÇA

Edval Novaes

32 INTEGRAÇÃO E GESTÃO POR RESULTADOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Antônio Roberto Cesário de Sá

artigos

38 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A REINTEGRAÇÃO DO PRESO NA SOCIEDADE

Gilmar Mendes

44 REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA DO CRIME NA SOCIEDADE AMERICANA

Richard Aborn

54 MAXIMIZANDO A EFICÁCIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Eduardo Jany e Joseph M. Robinson

62 MINISTÉRIO PÚBLICO: CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Roberto Jatahy

68 A IMPORTÂNCIA DA CORRETA EXECUÇÃO PENAL PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

Cristiano Lajóia

74 A QUESTÃO EDUCACIONAL: FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Juliana Barroso

pesquisa

80 PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO FLUMINENSE SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO

Carlos Augusto Costa

editorial

FGV PROJETOS

Prezados leitores,

Segurança pública é, historicamente, um tema de relevância em nossa sociedade. Permanentemente debatida e apropriada por políticos, governantes e cidadãos, a questão da segurança pública se torna ainda mais importante em decorrência do intenso processo de desenvolvimento econômico e social que vivenciamos no Brasil. No Estado do Rio de Janeiro, em especial, onde uma inovadora e bem sucedida política pública de segurança vem sendo implementada pelo governo do estado, este tema vem sendo debatido, pesquisado e é foco de interesse e referência para outros estados brasileiros.

Esta edição do “Cadernos FGV Projetos” mapeia um pouco do processo decisório, de planejamento e construção desse novo modelo de política pública de segurança no Estado do Rio de Janeiro e finaliza com uma pesquisa de percepção com a população do estado, aplicada recentemente e divulgada com exclusividade nesta publicação.

Em entrevista à FGV Projetos, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, apresenta programas pioneiros, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e o estabelecimento de metas de desempenho para as polícias civil e militar, que vêm conseguindo reduzir de forma contínua e consistente os principais indicadores de criminalidade em todo o estado. A segunda entrevista, concedida pelo secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, destaca os três pilares de sua gestão: educação, tecnologia e combate à corrupção, e reforça que as políticas de segurança pública não se justificam apenas pela realização de grandes eventos.

Nas páginas seguintes, acompanharemos os depoimentos e artigos de gestores e especialistas que ocupam uma posição chave na implementação

das políticas de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Eles expõem suas estratégias a partir de uma visão ampla e integradora de segurança pública, que transcendem os limites institucionais.

Participaram dessa edição a chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Martha Rocha; o subsecretário de Estado de Modernização Tecnológica de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Edval Novaes; o subsecretário de Estado de Planejamento e Integração Operacional do Rio de Janeiro, Antônio Roberto Cesário de Sá; o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; o subprocurador-geral do Estado do Rio de Janeiro, Roberto Jatahy; o promotor de justiça, Cristiano Lajóia; a subsecretária de Ensino e Programas de Prevenção da Secretaria do Estado do Rio de Janeiro, Juliana Barroso; e o coordenador da FGV Projetos, Carlos Augusto Costa.

Esta edição conta também com a contribuição de especialistas internacionais como o diretor da Assessoria Constantino & Aborn, Richard Aborn, o diretor de Programas de Segurança Pública da Cambridge International Systems, Eduardo Jany, e o especialista em Segurança Pública, Joseph M. Robinson, que compartilham seu conhecimento e reconhecem na experiência brasileira um caso de sucesso.

É consenso que ainda há muito a ser feito, mas é também incontestável o avanço alcançado e os resultados obtidos para nosso estado. Tais conquistas exercem um impacto positivo em todos os outros segmentos do estado, o que certamente é motivo de orgulho para todos nós cidadãos brasileiros.

Boa leitura!

Cesar Cunha Campos

DIRETOR
FGV PROJETOS



entrevista com

GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL

Sérgio Cabral

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SÉRGIO CABRAL

Graduado em comunicação social, Sérgio Cabral iniciou sua carreira na política aos 24 anos como diretor de operações da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio). Em 1990, foi eleito deputado estadual e reeleito, em 1994, quando iniciou sua participação na gestão da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Posteriormente, foi eleito presidente da ALERJ, cargo que ocupou por oito anos. Em 1998, assumiu sua terceira legislatura. Em 2002, foi eleito senador, quando assumiu a presidência da Comissão do Idoso e atuou ainda como relator do Estatuto Nacional do Idoso. Na área da cultura, foi constituído presidente da Comissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social e trabalhou pela renovação dos incentivos fiscais da Lei do Audiovisual. Em 2006, foi eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, e, reeleito em 2010.

After graduating in Media Studies, Sergio Cabral began his career in politics at the age of 24 as director of operations of the Tourism Company for the State of Rio de Janeiro (TurisRio). In 1990 he was elected state congressman and reelected in 1994, when he began his participation in the administration of the Legislative Assembly of the State of Rio de Janeiro (ALERJ). Later, he was elected president of ALERJ, a position he held for eight years. In 1998, he began his third term of office. In 2002 he was elected senator, when he assumed the presidency of the Commission for the Elderly and also served as rapporteur of the National Statute of the Elderly. In the area of culture, he was made chairman of the Cinema, Theater and Media Studies Commission and worked for the renewal of tax incentives of the Audiovisual Law. In 2006 he was elected Governor of Rio de Janeiro, and reelected in 2010.

RESUMO

Sérgio Cabral, em entrevista à FGV Projetos, reforça o combate à criminalidade como um dos principais compromissos de seu governo, que já completa quase seis anos. O governador avalia as ações empreendidas na cidade do Rio de Janeiro, ressaltando a importância do alinhamento político, revela os desafios e estratégias e inclui planos de continuidade para o desenvolvimento de uma política eficaz de segurança pública, que tem sua expressão máxima no modelo inovador das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Aliado a isso, Cabral destaca que a cidade do Rio de Janeiro tem sediado grandes eventos internacionais, o que, sem dúvida, contribuiu para o fortalecimento do setor turístico, para a valorização imobiliária, para a geração de renda e emprego, consolidando a região como a que mais recebe investimentos no mundo. Considera, contudo, sua maior conquista a recuperação da autoestima do carioca, que hoje tem orgulho de onde vive.

SUMMARY

In an interview to FGV Projetos, Sergio Cabral stresses fighting crime as one of the main commitments of his government, which is now completing six years. The governor evaluates the actions undertaken in the city of Rio de Janeiro, highlighting the importance of political alignment. He reveals the challenges and strategies and includes continuity plans for the development of an effective policy of public security, which is enshrined in the innovative model of the Peacemaker Police Units (UPP). Allied to this, Cabral points out that the city of Rio de Janeiro has hosted major international events, which has undoubtedly contributed to the strengthening of the tourism industry, to the increase in the value of local real estate, to income and employment generation and to making the region the main destination for investments in the world today. However, he considers his greatest achievement to be the recuperation of the self-esteem of the inhabitants of Rio de Janeiro, who are now proud of where they live.

FGV PROJETOS: O SR. ASSUMIU O GOVERNO COM O COMPROMISSO DE REDUZIR OS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. APÓS QUASE SEIS ANOS DE GOVERNO, QUAL A SUA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EMPREENDIDAS ATÉ O MOMENTO?

SÉRGIO CABRAL: Hoje, o Rio de Janeiro apresenta os menores índices de criminalidade das últimas duas décadas. Com programas pioneiros, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e o estabelecimento de metas de desempenho para as nossas polícias, Civil e Militar, estamos conseguindo reduzir de forma contínua e consistente os principais indicadores de criminalidade em todo o estado, como homicídios, latrocínios, roubos e furtos de veículos, em residências e a pedestres. Em junho de 2011, por exemplo, registramos o menor índice de homicídios no estado de toda a série histórica do Instituto de Segurança Pública (ISP), que começou no ano 2000. Em 2010, a queda desse índice foi de 25% em comparação ao ano de 2006, antes do início do nosso governo. O sucesso da nossa política de segurança pública tem papel fundamental nas mudanças pelas quais o Rio de Janeiro vêm passando.

Para começar, conquistamos um extenso calendário de eventos internacionais, sem igual em nenhum outro destino no mundo nos próximos anos: começamos com os Jogos Mundiais Militares, competição que tem nível de um Pan-Americano; teremos a conferência ambiental Rio+20, que reunirá mais de 120 chefes de estado e milhares de participantes; em 2013, vamos receber a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, quando cerca de 3 milhões de jovens virão ao Rio para encontros com o Papa Bento XVI; em 2014, a Copa do Mundo de Futebol; e os Jogos Olímpicos de 2016. É um orgulho para nós saber que o mundo inteiro está de olho, acompanhando o nosso trabalho e a nossa preparação.

As vantagens transcendem o setor turístico. Há décadas não vivíamos uma valorização imobiliária como a que observamos hoje. Estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) mostra que, até 2013, os investimentos públicos e privados no Rio de Janeiro vão superar R\$ 181 bilhões. Isso nos torna a região que mais concentra investimentos no mundo, se considerarmos a

nossa dimensão territorial, o que só nos motiva a trabalhar ainda mais para deixar à nossa população um legado de mais segurança, saúde, infraestrutura, saneamento e mobilidade urbana, além de gerar mais emprego e renda. Todo esse sucesso se reflete ainda na autoestima do morador do nosso estado. Hoje, mais do que nunca, o povo do Rio é um povo que tem orgulho da sua cidade e do seu estado.

FGV PROJETOS: E QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS ATÉ AGORA?

SÉRGIO CABRAL: A principal dificuldade foi romper com a cultura da violência e mostrar à população que era possível enxergar uma luz no fim do túnel. E essa virada do Rio rumo à paz começou logo que assumimos, em 2007, quando mostramos que não haveria qualquer tipo de acordo ou tolerância com a marginalidade. O recado dado no enfrentamento que tivemos que fazer, no começo, foi que a lógica seria outra. Isso porque décadas de ausência do poder público, e muitas vezes até de convivência, fizeram com que diversas áreas do Rio de Janeiro passassem a ser dominadas por criminosos. Recuperar esses territórios e devolvê-los à população tem sido um grande desafio. Ainda estamos longe do ideal, mas avançamos muito. Não se reverte um quadro de abandono e descaso como esse de uma hora para outra. Nosso trabalho é constante e intenso. Hoje, as UPPs beneficiam milhares de moradores do Rio, direta ou indiretamente. Ainda há comunidades controladas pelo tráfico ou dominadas por milícias. Mas nós vamos chegar lá. Reitero o compromisso que assumi com a população: até 2014 vamos levar a pacificação a todas as comunidades do nosso estado onde ainda houver criminosos exercendo o controle armado do território, impedindo o direito de ir e vir das pessoas.

FGV PROJETOS: QUAIS CONSELHOS O SR. DARIA PARA OS GOVERNANTES NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE?

SÉRGIO CABRAL: É preciso formar uma equipe competente e dar autonomia para que o comando da segurança pública possa trabalhar. Estabelecer prioridades, prazos, requalificar e

equipar as forças de segurança. Desde o início do nosso governo, implantamos uma nova gestão de segurança, sem interferências políticas. Passamos a enfrentar a criminalidade em todas as frentes: priorizando metas, combatendo fortemente a má conduta dentro das polícias, valorizando os bons policiais – com remuneração para aqueles que atingem as metas estabelecidas semestralmente. Investimos em tecnologia, na mudança do conceito de formação dos nossos policiais, em salários mais dignos. A polícia do Rio de Janeiro está hoje entre as mais bem equipadas do país. Também passamos a atuar de forma mais integrada com as Forças Armadas e a Polícia Federal. Sem dúvida, estamos estabelecendo uma mudança de paradigma no combate à criminalidade. É por isso que temos recebido representantes de governos de outros estados e países, que querem conhecer de perto o nosso trabalho.

FGV PROJETOS: O SR. PODERIA FALAR UM POUCO SOBRE OS INVESTIMENTOS REALIZADOS NESTA ÁREA?

SÉRGIO CABRAL: Já obtivemos aprovação da Assembleia Legislativa para elevar gradualmente o contingente de policiais militares do estado, hoje em torno de 40 mil, para 60 mil policiais. Nos próximos anos, até 2014, formaremos mais 20 mil, investindo, apenas para a formação deles, mais de R\$ 15 milhões. É importante destacar que o currículo do curso de formação já é outro em relação ao passado recente. Hoje, buscamos uma formação humanística, voltada para o policiamento comunitário, de aproximação entre os agentes de segurança e a população. Investiremos cerca de R\$ 3 milhões na compra de armamento não letal, como pistolas elétricas, *spray* de pimenta, granadas de luz e som, entre outros, a ser usado em mediações de conflitos e dispersão de multidões. O uso deste tipo de equipamento é um reflexo do que esperamos da nossa polícia, que está deixando para trás o passado de truculência. Mesmo o uso da arma não letal é indicado somente em último caso, quando não há outra alternativa.

Temos também um projeto que será essencial para a segurança pública. Em breve, vamos inaugurar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), no Centro do Rio, que abrigará um dos mais modernos

sistemas de atendimento e monitoramento do mundo. Serão instalados lá, de forma integrada, os serviços das três esferas de governo. Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Rodoviária Federal trabalharão juntas, garantindo agilidade na resposta diante de qualquer necessidade. No mesmo prédio, teremos ainda a Guarda Municipal, a CET-RIO, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Defesa Civil. O CICC terá como foco a rapidez no atendimento à população e terá ainda sala de gestão de crise e heliponto, garantindo a máxima operacionalidade. Esse é um investimento de R\$ 36 milhões.

Para preparar o Rio de Janeiro para os grandes eventos dos próximos anos, até 2016, estimamos investimentos, só na área de segurança, em cerca de R\$ 3 bilhões. Isso engloba toda a estrutura necessária para garantir a segurança, e esses recursos serão compartilhados pelas três esferas de governo, municipal, estadual e federal.

FGV PROJETOS: QUAL O PAPEL QUE OS GOVERNOS FEDERAL E MUNICIPAL TIVERAM NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO?

SÉRGIO CABRAL: Certamente, um dos grandes diferenciais desse novo momento que o Rio de Janeiro vive está no alinhamento político e a parceria entre o nosso governo, o governo federal – primeiro com o presidente Lula e agora com a presidente Dilma – e com o prefeito Eduardo Paes. Quem ganha com isso é a população. O Rio de Janeiro é hoje o estado que mais recebe recursos do governo federal. Há seis anos, estava entre o penúltimo e o último lugar nesse recebimento de recursos federais.

Entre os investimentos que merecem destaque vêm do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, em parceria com o governo federal. Só no Complexo do Alemão são R\$ 300 milhões, que já estão transformando a realidade daqueles moradores. São novas habitações, escolas, bibliotecas, praças e áreas de lazer. Da parceria com a prefeitura do Rio, destaque, entre várias ações, a UPP Social, um modelo de gestão pública inovador que consiste na integração de vários órgãos municipais e promove parcerias também com o setor privado e a sociedade civil para que a inserção dessas comunidades na sociedade vá além da questão

“Certamente, um dos grandes diferenciais desse novo momento que o Rio de Janeiro vive está no alinhamento político e a parceria entre o nosso governo, o governo federal – primeiro com o ex-presidente Lula e agora com a presidente Dilma – e com o prefeito Eduardo Paes. Quem ganha com isso é a população. O Rio de Janeiro é hoje o estado que mais recebe recursos do governo federal. Há cinco anos, estava entre o penúltimo e o último lugar nesse recebimento de recursos federais”.

Sérgio Cabral

estritamente de segurança. Até porque, a retomada do território é o pontapé inicial, é o que possibilita a grande revolução pela qual essas comunidades estão passando. Mas a cidadania, em seus vários aspectos, tem que vir junto com a pacificação.

FGV PROJETOS: O ALINHAMENTO POLÍTICO COM ELAS, E, EM ESPECIAL, COM O EX-PRESIDENTE LULA E AGORA COM A PRESIDENTE DILMA, FOI FATOR DECISIVO PARA O SUCESSO DA SUA POLÍTICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA?

SÉRGIO CABRAL: Sem dúvida nenhuma. Essa parceria começou com o presidente Lula, um grande homem público em quem encontrei um grande amigo. Ele é um verdadeiro entusiasta de todo projeto que busca melhorar a vida da população, e ficou muito feliz em poder ajudar o Rio de Janeiro. Com a presidente Dilma, mantivemos esse trabalho que tem nos possibilitado transformar o Rio. O nosso estado vivia um processo de decadência econômica e esvaziamento político. Isso hoje é passado.

Um exemplo extraordinário dessa integração é o que acontece hoje no Complexo do Alemão. Com o apoio decisivo das Forças Armadas, recuperamos o território onde milhares de pessoas viviam há décadas sob domínio do tráfico, tendo os seus direitos cerceados por bandidos armados. Esta ação só foi possível graças a um convênio com o Ministério da Defesa. A Força de Pacificação do Exército ficará nas comunidades até o meio do ano que vem, nos dando tempo para formar os policiais que integrarão as UPPs que vão garantir a paz duradoura em toda a região.

Tudo isso é parte do grande momento que o Rio vive. Fomos o primeiro estado subnacional a receber o *investment grade* de uma agência internacional de classificação de riscos, a Standard & Poor's. Esse é o reconhecimento do trabalho que desenvolvemos para reestruturar as nossas finanças, o que nos dá condições muito favoráveis para condução de nossas políticas de investimento. Contar com o apoio do Governo Federal é muito importante para que possamos avançar em todas as áreas, o que inclui, é claro, a segurança pública.

FGV PROJETOS: OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELO SEU GOVERNO ATÉ O PRESENTE MOMENTO SÃO RECONHECIDOS PELA POPULAÇÃO CARIOCA. PESQUISA REALIZADA PELA FGV MOSTRA QUE 68% DOS ENTREVISTADOS DIZEM QUE O GOVERNO DO RIO ESTÁ NO CAMINHO CERTO NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO. PORÉM, PARA 51%, A SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO É CONSIDERADA RUIM E PÉSSIMA. COMO AVANÇAR MAIS?

SÉRGIO CABRAL: Nós temos consciência de que, apesar de todos os avanços, ainda há muito trabalho a ser feito. Não é de uma hora para outra que mudamos algo que está enraizado há 30 anos. Mas não tenho dúvida de que estamos no caminho certo. Vamos seguir em frente, investindo na qualificação profissional dos nossos policiais, valorizando os bons e punindo aqueles que não honram o uniforme que vestem. A expansão das UPPs por todo o estado é um compromisso, não uma promessa. O apoio da população é fundamental para esse processo que, como já disse, não tem volta. O trabalho consistente, que está reduzindo os indicadores de criminalidade e devolvendo a paz ao Rio, é a nossa prioridade. Tenho certeza de que, em breve, a paz será a realidade de toda a nossa população.

FGV PROJETOS: NESTA MESMA PESQUISA, 53% DOS ENTREVISTADOS APROVAM AS MEDIDAS TOMADAS PELO SEU GOVERNO NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE. NA SUA OPINIÃO, QUAL O IMPACTO DAS UPPS NO SUCESSO DA SUA POLÍTICA DE SEGURANÇA?

SÉRGIO CABRAL: As UPPs mostraram que existe um caminho para a paz, algo que muitos não acreditavam ser mais possível para o Rio de Janeiro. Para que o morador do Rio, tanto das comunidades carentes - por décadas reféns de marginais - quanto do asfalto, possam voltar a criar os filhos com o pleno direito de ir e vir. Para criar o conceito de UPP e implantá-la, avaliamos cuidadosamente as reais necessidades dessas áreas e percebemos que a presença ininterrupta da polícia é essencial para que tais regiões se integrem ao restante da cidade formal. Mas com uma nova mentalidade da polícia, com policiais recém-formados em uma filosofia comunitária, de respeito às pessoas, de garantia da ordem

12 pública, e não com uma mentalidade de guerra. Para isso, as forças especiais da nossa polícia teriam que ocupar as áreas, combater os marginais armados, retirá-los de lá e preparar o terreno para essa nova polícia. E foi o que fizemos. Desde a primeira inauguração, na comunidade Santa Marta, sabíamos que esse era o caminho. Não há nada mais satisfatório do que saber que a pacificação está transformando completamente a rotina dos moradores, levando qualidade de vida. Hoje, as comunidades pacificadas recebem investimentos privados, têm agências bancárias, TV a cabo por preços acessíveis, serviços públicos que antes simplesmente eram impedidos de chegar. Acompanhamos a formalização de estabelecimentos e o empreendedorismo de seus moradores, diminuindo a desigualdade social e, principalmente, unindo a “cidade partida”. A UPP que inauguramos na Mangueira é particularmente especial pra mim por ser em uma comunidade muito querida e berço do samba e da cultura do Rio de Janeiro. Foi uma grande festa, conversei com os moradores e percebi o quanto eles esperavam por isso.

FGV PROJETOS: OS ESPECIALISTAS DEFENDEM QUE A CONTINUIDADE DA OCUPAÇÃO DAS COMUNIDADES PRECISA ESTAR ATRELADA A FORTES INVESTIMENTOS SOCIAIS. COMO ISSO ESTÁ OCORRENDO E QUAL O PAPEL DO PODER MUNICIPAL NA SUSTENTABILIDADE DAS UPPS?

SÉRGIO CABRAL: Antes, o que víamos era um ciclo: não havia segurança, então nenhum tipo de política pública podia existir nessas regiões. A segurança e a retomada do território constituem o primeiro passo, o passo decisivo, porque a paz é a primeira conquista, é o que possibilita todas as outras conquistas e melhorias. Temos excelentes parcerias com os nossos municípios e destaco aí a atuação exemplar do prefeito Eduardo Paes. Hoje, os moradores das comunidades têm luz, têm coleta de lixo, têm suas necessidades básicas atendidas. Sabemos que não está tudo perfeito, mas chegaremos lá. Um exemplo é o pacote que lançamos junto com a inauguração da UPP da Mangueira, o Via Paz, que oferece TV por assinatura a preços populares. Os moradores das comunidades também querem ter TV a cabo, também querem a sua área de lazer, o seu atendimento médico de qualidade, escola e creche

para os seus filhos. Precisam ter acesso à educação de qualidade, ao ensino profissionalizante que vai garantir uma oportunidade de emprego. Essas ações devem ser simultâneas. Não há política de segurança pública que se sustente sozinha. Esses são pontos fundamentais para a conquista da cidadania, e o papel do município é estar ao lado do estado, somando responsabilidade, dividindo afazeres. Temos avançado muito.

FGV PROJETOS: TOMANDO COMO BASE A MESMA PESQUISA DA FGV SOBRE A SEGURANÇA NO ESTADO DO RIO, ONDE 60% DOS ENTREVISTADOS AFIRMAM QUE A SEGURANÇA CONTRIBUI PARA MELHORAR A IMAGEM DO ESTADO, QUAIS SÃO OS PLANOS DO GOVERNO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA?

SÉRGIO CABRAL: Até o fim do nosso governo, em 2014, as UPPs estarão em todas as comunidades onde hoje existe o controle territorial por parte de bandidos armados, sejam eles traficantes ou milicianos. Consolidar a manutenção do programa é o nosso principal objetivo. Outro projeto importante, ao qual daremos início em breve, é o processo de mudança pelo qual passarão nossos batalhões da Polícia Militar. Acabaremos com esse conceito equivocado de aquartelamento, começando pelas unidades do Quartel General da corporação, junto com os batalhões da Tijuca, na Zona Norte, e de Botafogo, na Zona Sul. Lugar de policial é nas ruas, no policiamento ostensivo, convivendo com as pessoas, protegendo a população, como acontece em qualquer lugar do mundo. Percebemos que esse modelo de quartel não combina com a PM que queremos. Teremos pequenas unidades, espalhadas pela cidade. Será um modelo inovador que, certamente, irá contribuir muito para a nossa política de segurança. E tudo em conjunto com mais tecnologia, carros e equipamentos modernos, melhores salários e condições de trabalho aos nossos policiais, comparado ao que tinham no passado.

“Reitero o compromisso que assumi com a população: até 2014 vamos levar a pacificação a todas as comunidades do nosso estado onde ainda houver criminosos exercendo o controle armado do território”.

“Antes, o que víamos era um ciclo: não havia segurança, então nenhum tipo de política pública podia existir nessas regiões. A segurança e a retomada do território constituem o primeiro passo, o passo decisivo, porque a paz é a primeira conquista, é o que possibilita todas as outras conquistas e melhorias”.

Sérgio Cabral



entrevista com

SECRETÁRIO JOSÉ MARIANO BELTRAME

José Mariano Beltrame

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

JOSÉ MARIANO BELTRAME

Formado em direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, em administração de empresas e administração pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Especializou-se em inteligência estratégica na Universidade Salgado de Oliveira e na Escola Superior de Guerra. Em 1981, ingressou no Departamento de Polícia Federal como agente, principalmente, na área de repressão a entorpecentes. Exerceu funções no setor de inteligência, combatendo o crime organizado em vários estados brasileiros. Ministrou aulas e palestras no Curso de Pós-graduação em Inteligência e Segurança Pública da Universidade Federal do Mato Grosso. Na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, como delegado de Polícia Federal, foi coordenador da Missão Suporte, chefe do Serviço de Inteligência e da Interpol. Atualmente, Beltrame é delegado federal brasileiro e secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

He holds a law degree from the Federal University of Santa Maria (UFSM) in the State of Rio Grande do Sul as well as degrees in business administration and public administration from the Federal University of the State of Rio Grande do Sul (UFRS). He specialized in strategic intelligence at the Salgado de Oliveira University and at the War College. In 1981, he joined the Federal Police Department as an agent, especially in the area of narcotics enforcement. He served in the intelligence sector, combating organized crime in several states. He gave classes and lectures on the Postgraduate Course in Intelligence and Public Security at the Federal University of the State of Mato Grosso. As Federal Police chief in the Federal Police Superintendent's Sector in Rio de Janeiro, he was coordinator of the Support Mission, Chief of the Intelligence Service and Interpol. Currently, Beltrame is chief of the Brazilian federal police and Head of the Security Bureau of the State of Rio de Janeiro.

RESUMO

Na sala de espera para a entrevista com o secretário José Mariano Beltrame, é possível vivenciar um pouco da sua intensa rotina e perceber o quanto cada minuto ali é valioso. Entre uma reunião e outra, naquele gabinete importantes decisões são tomadas para a segurança do cidadão fluminense. O secretário de segurança revela nessa entrevista à FGV Projetos um pouco de sua trajetória na Secretaria. Em um tom bastante otimista, afirmou quais ações têm gerado resultados positivos para a população do Rio de Janeiro. O sentimento de segurança é efeito de projetos como as UPPs, “made in Rio”, melhorando a condição de vida de toda a população. Beltrame apresenta também os três pilares da Secretaria: educação, tecnologia e combate à corrupção. Com isto, o secretário afirma que não está preparando a segurança pública do Rio de Janeiro somente para os grandes eventos, mas sim para o cidadão.

SUMMARY

In the waiting room before the interview with Secretary José Mariano Beltrame, it is possible to have a brief idea of his busy routine and to see how valuable each minute is. Between one meeting and another in that office, major decisions are taken for the security of the citizens in the State of Rio de Janeiro. In this interview to FGV Projects the Security Secretary talks briefly about his life in the Department. He was quite optimistic when he affirms which actions have given positive results for the Rio de Janeiro population. The feeling of security is the result of projects such as the “made in Rio” Pacifying Police Units (UPP), improving the living conditions of the whole population. Beltrame also comments on the Department's three pillars: education, technology and fighting corruption. With this, the Secretary says that he is not shaping up public security of Rio de Janeiro just for the big events but for the citizens.

16 FGV PROJETOS: OS FENÔMENOS DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE SÃO COMPLEXOS E MULTIDIMENSIONAIS, POIS ENVOLVEM DIVERSOS FATORES QUE DEPENDEM DE CONTEXTOS HISTÓRICOS E MEDIAÇÕES CULTURAIS. PENSANDO NA REALIDADE FLUMINENSE, QUAIS FORAM AS PRIMEIRAS MEDIDAS ADOTADAS QUANDO O SR. ASSUMIU A SECRETARIA DE SEGURANÇA DO ESTADO?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: A primeira medida adotada foi fazer efetivamente um levantamento completo e uma análise da realidade do Rio de Janeiro para um diagnóstico dos fenômenos e das instituições. Passou muito tempo acontecendo as mesmas situações, problemas grandes, porque são históricos. E quando se passa muito tempo acontecendo as mesmas coisas, forma-se o que a gente chama de cultura.

FGV PROJETOS: É VERDADE QUE AS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS) FORAM CRIADAS A PARTIR DO MODELO ADOTADO CONTRA A VIOLÊNCIA EM BOGOTÁ?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: Não. A UPP é um produto “*made in Rio de Janeiro*”. Nasceu na nossa sala de refeição, com todos os subsecretários juntos. Conversar de maneira descontraída é uma prática comum na Secretaria, e acredito que as grandes soluções são pensadas quando estamos descontraídos. Este foi o caso das UPPs. Estávamos conversando, e pensamos: “e se nós ocuparmos o território?”; alguém respondia: “ah, isso é impossível”. Mas outra pessoa respondia: “Ah, mas espere aí. E se nós fizermos isso?”. E assim a UPP foi sendo criada. Então, decidimos iniciar com uma pequena UPP, pois não se pode errar quando o assunto é segurança pública. Nós não tínhamos nenhum conteúdo teórico para isso, mas achávamos que deveríamos mostrar para a sociedade que a gente sabia fazer e que era possível. Antes era muita teoria, muita estatística, muito estudo, muita gente dando palestra, dizendo e escrevendo, mas não fazendo. Então, decidimos fazer o contrário. Primeiro implantamos o projeto e, em seguida, vamos escrever sobre a experiência. É claro que ainda temos muito o que aprender, mas eu garanto que se a gente ficasse aqui desenhando, escrevendo e explicando, nós não teríamos nem seis meses nessa cadeira, porque a sociedade precisava enxergar algo substancial.

FGV PROJETOS: O CONTINGENTE NA SEGURANÇA NO RIO ESTAVA PREPARADO PARA ENFRENTAR ESTE DESAFIO?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: Eu acredito que não. A polícia estava muito desacreditada, com sérios vícios na dinâmica da “sanfona”, ou seja, do entra e sai, que acontece há aproximadamente 40 anos. Com o tempo, as polícias e academias passaram a preparar seus policiais para a guerra e não para a prestação de serviço. Agora, com a UPP, buscamos essa mudança. E isso não é bravata. Hoje, temos 3.500 policiais agindo como prestadores de serviço, e pretendemos chegar a 10, 15 mil. Mas isso é um processo. Até 2014 pretendemos estar com aproximadamente 12.500 homens trabalhando só com polícia de proximidade. Está resolvido? Não, pois não é a solução de todos os problemas. Tem muita coisa a ser feita. Mas este é um passo absolutamente necessário.

FGV PROJETOS: OS BENEFÍCIOS TRAZIDOS PELAS UPPS NÃO SE RESTRINGIRAM ÀS COMUNIDADES, MAS ATINGIRAM TODA A SOCIEDADE. QUAIS MEDIDAS FORAM TOMADAS PELA SECRETARIA PARA QUE AS UPPS NÃO SEJAM APENAS UMA ETAPA, MAS SIM UM VERDADEIRO LEGADO PARA A SOCIEDADE FLUMINENSE?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: Acredito que o conceito de legado vai ser constituído exatamente à medida que as pessoas sentirem o efeito da UPP. Acho que precisamos também gerar uma nova cultura, e isso só vai ser possível acontecendo. É fazendo o Dona Marta e vendo que nem tudo ficou colorido, mas que melhorou, que a Cidade de Deus também melhorou. À medida que as pessoas vão enxergando esta melhora, isso inevitavelmente mexe com o imaginário das pessoas. Gera-se esperança. E eu acho que esse é o “caldo” que nós esperamos que a sociedade perceba e se sinta cada vez mais dona desse processo. Este projeto não é mais do governo, ou da Secretaria. Este projeto é da sociedade. Se a sociedade quiser que isso continue, ela tem que dizer que quer, se manifestar, seja nas urnas ou nos meios de comunicação.

FGV PROJETOS: O RIO DE JANEIRO ASSISTIU A MELHORA NA IMAGEM, TANTO NACIONALMENTE QUANTO INTERNACIONALMENTE. O SR. CONCORDA QUE A QUESTÃO DA SEGURANÇA TEM CONTRIBUÍDO MUITO PARA ISSO?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: Eu concordo. Para ser muito sincero, eu sinto que este trabalho que desenvolvemos era inimaginável pela população fluminense há quatro anos e meio. A grande maioria das pessoas não acreditava que o Complexo da Penha, o Complexo do Alemão ou a Rocinha poderiam ter solução. Como, por exemplo, vão diminuir o número de homicídios na Cidade de Deus? Hoje, Mangueira, Complexo São Carlos, Andaraí, Tijuca são áreas que estão se restabelecendo. Não quero dizer com isso que os problemas estão resolvidos. Mas existia uma situação no Rio de Janeiro à qual não imaginávamos mais ser possível de se dar uma resposta. Mas isso está mudando.

FGV PROJETOS: PODEMOS AFIRMAR QUE TEMOS UM DOS CENTROS DE INTELIGÊNCIA MAIS AVANÇADOS DA AMÉRICA DO SUL, O QUE PERMITE UMA SÉRIE DE OPERAÇÕES NA ÁREA DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL. QUAIS MEDIDAS TÊM SIDO TOMADAS PARA O APRIMORAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: Em primeiro lugar, equipamos a Subsecretaria de Inteligência e hoje temos talvez o centro de inteligência com a tecnologia mais desenvolvida da América do Sul. Acredito que agora precisamos cada vez mais fazer com que os policiais e as instituições assimilem isso. É necessário criar uma rotina para a utilização disso. Eu diria que, em especial, a polícia civil caminha neste sentido, juntamente com o laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro (LAB-LD) do Núcleo de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (NCCLD). É o primeiro laboratório deste tipo inaugurado no país e, a partir disso, a polícia civil vem fazendo trabalhos que não são mais aqueles trabalhos “comuns” como “pegar” traficante, por exemplo. É a polícia civil mostrando que a investigação pode se capilarizar por um universo muito maior do que essa violência cotidiana do tráfico de drogas, do homicídio, de outros crimes assim. Às vezes, a população sofre os efeitos, mas a

17 abrangência é muito maior. É a concepção de uma nova maneira de se trabalhar, que foge um pouco daquela lógica “polícia e bandido”. Que exige um preparo melhor, que exige que se produza um conhecimento de uma maneira mais completa.

FGV PROJETOS: DESDE QUE O SR. ASSUMIU A SECRETARIA, PLANEJAMENTO E INTELIGÊNCIA TÊM SIDO TEMAS RECORRENTES DE SUA GESTÃO. O QUE MAIS CITARIA COMO FATORES FUNDAMENTAIS PARA A SUA GESTÃO?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: Eu acho que vocês podem ver aqui (em cima da mesa). Desde que eu cheguei à Secretaria, substituí meus livros e meu compêndio do Direito Penal por outros materiais mais voltados à gestão. Acho que o administrador público hoje, na área de segurança ou não, tem que ter esse foco. Estamos muito longe de atingir a excelência em gestão na área de Segurança Pública. E esse é um problema difícil de se resolver. Porque, antes de entrarmos em gestão propriamente dita, hoje, gestão e tecnologia são coisas que caminham juntas. Acho que, hoje, qualquer polícia no mundo, com um computador, sabe o custo de uma delegacia e o custo de investigar um crime e onde estão seus policiais. Tudo isso tem que estar aqui, como está no computador e na mesa de qualquer presidente de uma empresa. E, afinal de contas, são mais de 50 mil pessoas que têm que ser geridas e acreditar em nossas propostas e ideias.

FGV PROJETOS: QUAIS OS PLANOS PARA APRIMORAR A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMO VALORIZAR ESTES PROFISSIONAIS?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: Formação profissional está num dos três pilares da gestão na Secretaria. Este segundo mandato está baseado em educação, tecnologia e combate à corrupção. Não fizemos isso antes porque são muitos e são grandes os problemas. Se você usar sua energia aqui, e depois começar a colocar um pouquinho em cada lugar, não dá em nada. Então, primeiro era preciso mostrar para as pessoas o que a gente veio fazer aqui e mostrar alguns eixos como as UPPs e a região integrada de segurança pública.

“Eu digo para vocês o que eu digo para todo mundo: Eu não estou preparando a segurança pública para grandes eventos, sejam eles nacionais ou internacionais. Nós estamos preparando a segurança pública para o cidadão”.

José Mariano Beltrame

Em seguida, focamos em três pilares: educação (capacitação, formação e aperfeiçoamento); tecnologia; e combate à corrupção. Em relação à educação, trouxe de Brasília a equipe do antigo secretário Ricardo Mastrellani, que é um dos grandes teóricos nesta área, tendo em vista a qualidade de sua equipe. Com a saída dele, eu trouxe toda ela para cá e hoje posso afirmar que nós estamos abrindo as grades curriculares, os conteúdos programáticos e as disciplinas que são dadas tanto na academia da polícia militar quanto na polícia civil, desenvolvendo as horas/aula de acordo com a realidade que vivemos. Hoje, os policiais que dão aula não ganham salário. Temos o projeto pedagógico de curso superior, desenvolvido pela subsecretária de Ensino e Prevenção, Juliana Barroso, e com um banco de professores e de talentos, nós vamos pagar a hora/aula e assim por diante. Eu acho que a sociedade percebe estas mudanças, mas ainda não quer esta polícia para cuidar dela. A sociedade se afastou da polícia e a polícia também se afastou da sociedade. É preciso integrar. É uma situação muito difícil, mas indiscutivelmente é um processo que passa pela capacitação e pela questão salarial, lutas constantes da Secretaria.

FGV PROJETOS: DE ACORDO COM MATÉRIA PUBLICADA EM UM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, O SR. ACREDITA QUE A MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA NECESSITA DE UMA “AMPLA REFORMULAÇÃO TÉCNICA E DE HÁBITOS”. COMO O SR. VISUALIZA ESTA MUDANÇA? ELA JÁ ESTÁ OCORRENDO?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: Desculpe-me a expressão, mas eu acho que “o cachimbo entorta a boca”. Ou seja, práticas históricas, erradas e antiquadas que efetivamente não servem mais para a realidade que vivemos hoje. Estamos no século XXI, em que a tecnologia e internet têm um espaço indispensável em nossas vidas. Dessa forma, nós temos que partir para uma administração totalmente voltada para tecnologia; é preciso desenvolver novas maneiras de abordar as pessoas e os problemas, e isso tudo está sendo contemplado dentro

desse pacote: Educação, tecnologia e combate à corrupção.

FGV PROJETOS: COM A CHEGADA DE GRANDES EVENTOS NO ESTADO DO RIO, COMO RIO + 20, A COPA DO MUNDO 2014, AS OLIMPÍADAS 2016, COMO A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTÁ SE PREPARANDO?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: Eu volto a dizer o que eu digo para todo o mundo: Não estamos preparando a segurança pública para grandes eventos, sejam eles nacionais ou internacionais. Estamos preparando a segurança pública para o cidadão. É dessa forma que eu penso, e a experiência me diz isso, pois assim ocorreu quando recebemos o Pan-Americano. No momento que eu tiver um conceito pronto, estabelecido e sendo executado em Segurança Pública ficará muito mais fácil atender pontualmente as lacunas que porventura aparecerão em eventos nacionais e internacionais. Fazer a segurança de eventos é mais fácil, como a gente fez no Rio, no Pan. Basta aumentar o número de policiais nas ruas. Em uma pesquisa feita naquele período, tiramos nota 10 em segurança. Mas quando chega na segunda-feira, as polícias vão embora e tudo volta ao normal. Se eu tenho uma polícia para atender as favelas e áreas mais críticas, e tenho uma polícia para atender o “asfalto”, que são as regiões integradas, esperamos e apostamos que o Rio de Janeiro apresente níveis melhores do que a gente tem. E aí, sim, podemos pontuar o que está sendo feito em relação a grandes eventos.

Independente disso, hoje temos uma comissão da polícia civil, polícia militar e casa civil, onde estão todos os nossos projetos. Já estamos prontos! Um recurso que poderíamos investir em outra área, vou gastar com algo específico para os jogos olímpicos, por exemplo. Há necessidade urgente que as autoridades olímpicas se apresentem e que possamos estabelecer definitivamente os papéis da Secretaria, do Governo Federal, das Prefeituras, e aí consolidaremos a equipe. Todos os nossos projetos, sejam eles estruturantes ou pontuais, estão prontos já na carteira de projetos. Existe um escritório hoje para este acompanhamento.

FGV PROJETOS: E EM RELAÇÃO AOS DESAFIOS? EM ALGUM MOMENTO O SR. PENSOU QUE A QUESTÃO DA SEGURANÇA ERA MAIOR DO QUE PARECIA?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: Não. Eu hoje acredito que tudo pode acontecer. Principalmente no Estado do Rio de Janeiro. Eu achava que conhecia muito sobre a segurança pública, pelo período em que estive na Polícia Federal. Então, dificilmente hoje alguma coisa me surpreende. Já disse e repito que este é o cargo mais espinhoso do serviço público brasileiro. Há que se ter muita coragem para enfrentar este desafio. Mas acho que todos nós temos coragem, porque acreditamos no que estamos fazendo. Não quero, por omissão, daqui a alguns anos, ser responsável por alguma coisa de ruim que aconteça para a sociedade fluminense, que afete meus filhos, meus netos, minha família. A minha missão aqui é muito maior do que este cargo, e não vamos perder a oportunidade de reverter esse quadro.

FGV PROJETOS: COMO MANTER O SUCESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS TRAÇADAS PELO ESTADO?

JOSÉ MARIANO BELTRAME: O que eu posso dizer refere-se às políticas públicas de segurança. Acredito que nós temos algumas políticas públicas vitais, como, por exemplo, o Programa das Regiões Integradas de segurança pública, no qual todas as polícias trabalham juntas em busca da redução dos índices de criminalidade, e, “pagando para quem reduz”, algo que a iniciativa privada faz há muitos anos. Também vamos acrescentar aos índices de criminalidade indicadores estratégicos, como a diminuição de letalidade de violência, ou o famoso

auto de resistência. Porque antes, aqui no Rio, o bom policial era aquele que tinha um bom auto de resistência. Isto está no DNA da tropa. Então, a grande política pública de redução de auto de resistência é essa: colocá-la como uma meta. E conseguimos reduzir bastante nos últimos dois anos. Temos meta para homicídio, para redução de roubo e furto, veículo e roubo de rua. Construo um equipamento no qual as polícias civil e militar podem trabalhar juntas fisicamente. No momento em que eu atendo à comunidade – com políticas diferenciadas para a comunidade. A comunidade Dona Marta, não é mais favela hoje. É um bairro em Botafogo. Cidade de Deus não é mais favela. É bairro. E, respondendo objetivamente, o grande sustentáculo das políticas públicas é a sociedade reconhecê-las e aprová-las. Porque é a sociedade que vai segurar esta onda. É ela que vai dizer: “não pare com isso e não pare com aquilo”, e que vai votar em quem acredita.

Existem também várias outras formas de se manifestar sobre o assunto. À medida que isso vai dando certo, nenhum político vai poder mexer. A grande vitória da população hoje não é a UPP. É ter colocado um técnico neste cargo. Como é que eu vou implantar, por exemplo, uma UPP na Mangueira, se o delegado e o comandante da área não foram colocados por mim? Ou está comigo, ou não está comigo. Para isso não tem meio termo. As pessoas precisam estar integradas. Não adianta ser padrinho de alguém, isso foi cortado lá atrás. E acho que esse pouquinho que se caminhou, só foi possível porque este tipo de relação foi cortada. A sustentação dessas políticas depende muito mais da identificação e do apoio da sociedade do que do aporte de recursos ou outras coisas. Quando a sociedade sente o efeito disso, acaba empurrando os projetos para frente ou para trás.

“Há que se ter muita coragem para enfrentar este desafio. Mas acho que todos nós temos coragem, porque acreditamos no que estamos fazendo. Não quero, por omissão, daqui a alguns anos, ser responsável por alguma coisa de ruim que aconteça para a sociedade fluminense, que afete meus filhos, meus netos, minha família. A minha missão aqui é muito maior do que este cargo, e não vamos perder a oportunidade de reverter esse quadro”.

José Mariano Beltrame



depoimento

OS DESAFIOS DA POLÍCIA CIVIL

MARTHA ROCHA

Martha Rocha

CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO

MARTHA ROCHA

Graduada em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduada em processo penal pela Universidade Estácio de Sá, a delegada Martha Rocha foi diretora do Departamento de Polícia de Atendimento à Mulher. Coordenava todas as delegacias especiais de Atendimento à Mulher (Deam) no estado. Uma das marcas de sua gestão foi a elaboração de uma cartilha sobre a prevenção e a punição dos crimes contra a mulher. Em seu currículo, constam a sua atuação como corregedora de polícia e o comando de delegacias da cidade do Rio. Martha Rocha entrou na Polícia Civil em 1983 e hoje atua como chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Holds a degree in Law from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and post-graduate degree in Criminal Procedure from University Estácio de Sá. Chief of police Martha Rocha was director of the Women's Police Department, coordinated all special women's police precincts (Deam) in the State and one of the landmarks of her administration was the creation of a leaflet on prevention and punishment of crimes against women. Her curriculum includes her work as a police magistrate and at the head of police precincts in the city of Rio de Janeiro. Martha Rocha joined the Civil Police in 1983 and nowadays is the Chief of the Civil Police of Rio de Janeiro

RESUMO

Em seu depoimento, a delegada Martha Rocha fala de sua trajetória profissional, dos desafios enfrentados em seus 28 anos de profissão e das metas e diretrizes para a próxima década que, em sua opinião, será um momento muito especial para o Estado do Rio de Janeiro. Ela apresenta algumas nuances da natureza do trabalho da Polícia Civil em relação à Militar, reflete sobre a imagem do órgão e salienta a importância da integração, competência e ética em seu trabalho.

SUMMARY

In her statement, chief of police Martha Rocha talks about her professional career, the challenges in the 28 years of her working life, and the goals and guidelines over the next ten years – in her opinion, a very special time for the State of Rio de Janeiro. She addresses some nuances of the nature of the work of the Civil Police in comparison with the Military, reflects on its image and stresses the importance of integration, competence and ethics in her work.

Sou uma policial civil com 28 anos de carreira. Entrei na Polícia Civil em 1983 como escrivã e, em 1990, fiz um segundo concurso público para o cargo de delegada de polícia. Quando me tornei delegada, a polícia não tinha muitas mulheres neste cargo. Para ser muito sincera, havia apenas uma. Não estou aqui porque sou mulher, mas sim porque tenho uma carreira. Agora, é evidente que estou mudando um paradigma. Claro que há um processo de transformação em andamento por ter uma mulher onde estou.

A Polícia Civil, que é a polícia judiciária, tem a seu favor a ferramenta da investigação. O resultado do nosso trabalho, portanto, vem daí. Entre os nossos desafios, está o desafio de jamais perder de vista que nossos resultados, nossas prisões, os esclarecimentos dos fatos, obrigatoriamente, devem ser consequência de uma boa averiguação. Segundo, temos que trabalhar com metas. Buscamos resultados, queremos ter uma formação e um atuar éticos, e, de alguma maneira, a polícia não é feita de “achômetro”. Ela trabalha a partir de diretrizes, de ações estruturantes, de objetivos. É fundamental conjugar uma polícia pautada na ética e na eficiência que tenha iniciativas sólidas e permanentes, e fortalecer as ações investigativas.

Acredito que nenhum lugar do mundo passará por aquilo que o Estado do Rio de Janeiro vivenciará nessa década. Como estamos falando de sediar grandes eventos internacionais, a polícia terá que estar estruturada, precisará estabelecer metas e ter ações vinculadas ao investimento em tecnologia. A

polícia deve ter um olhar diferenciado. Na verdade, acho que essa década será um divisor de águas na história do Brasil e, talvez, na história desse estado. Portanto, o paradigma da segurança pública não pode ser uma política de governo, não pode estar restrito a quatro anos. Ele deve ser uma política de estado. Hoje, temos de pensar o que queremos e precisamos ter em 2016, quando estivermos recebendo os Jogos Olímpicos. É preciso conhecer o presente e estruturá-lo para projetar o futuro. Em razão desse bom momento do estado do Rio, este é o grande desafio.

Por força do preceito constitucional, enquanto a Polícia Militar age antes do crime, a Polícia Civil atua somente após o seu cometimento. Logo, esta última tem um atuar repressivo. Mas uma boa repressão, com esclarecimento do fato e condução do autor a um processo judicial, acaba sendo igualmente uma ação de certa forma preventiva, porque a certeza da punição é também um inibidor da violência. O fato de as duas instituições terem atuações distintas não quer dizer que não devam se falar nem trocar informações. Isso não significa que elas não possam proceder ações conjuntas que visem, por exemplo, à redução de um determinado delito, de uma determinada mancha criminal.

Hoje, por meio da Secretaria de Segurança Pública, nós temos as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs). Temos também indicadores estratégicos. O número de homicídios, por exemplo, é um dado importante quando se avalia redução de criminalidade e índices de desenvolvimento humano.

Nós temos os denominados crimes de rua, o furto e o roubo. E temos também o latrocínio e o roubo de automóveis. As forças policiais têm de se unir para enfrentar o desafio de reduzir estes indicadores, o que de fato tem acontecido. Então, o delegado de polícia tem acesso aos registros das ocorrências e, por isso, sabe onde estão ocorrendo os roubos a veículos, deve manter contato com o comandante do batalhão para que este possa reorganizar o patrulhamento e seguir o deslocamento da mancha criminal. Por isso, a integração entre as polícias Civil e Militar é fundamental. Nós temos o mesmo “cliente”: o povo do Estado do Rio de Janeiro. O nosso objetivo é a construção de uma sociedade solidária, justa e com segurança. Em nome de suas missões, estas instituições têm a obrigação de se falar, de se entender, trocar informações e conjugar ações, o que acontece muito bem.

Durante a minha trajetória como delegada, também fui corregedora. Quando chegamos aqui, a corregedoria seguia proativa. Quem acompanha o jornal percebe que temos sido fortes. Fizemos investimentos em viaturas, delegados, policiais civis e agentes. Isso quer dizer que, para a chefia da Polícia Civil, somos nós que promoveremos nossas ações não apenas educativas, mas ações de correção. Do mesmo modo, a sociedade também deve dizer que polícia deseja ter. Quando olhamos para os últimos 20 anos, observamos que, por um lado, a sociedade quer que a polícia prenda e arrebente. Mas, por outro, ela usa o discurso dos direitos humanos. Em um Estado Democrático de Direito, não há espaço para uma polícia que não seja comprometida com

os direitos e as garantias individuais. É impossível pensar numa polícia diferente hoje em dia.

Acredito que a construção da imagem da polícia se faz no dia a dia. A delegacia não tem portas, fica aberta 24 horas por dia, e o bom atendimento no balcão reduz o sentimento de insegurança. Quando chegamos aqui, conversamos com o ouvidor da Polícia Civil e percebemos que, já no mês de abril, houve uma redução das reclamações e também um aumento dos elogios à Polícia Civil.

Organizamos ainda um grande treinamento dos policiais civis e falamos sobre o direito do cidadão, dos indicadores, e de tudo que é preciso ter em um registro de ocorrência. Isso foi feito com a corregedoria da Polícia Civil e trouxemos o ouvidor para que ele dissesse quais são as principais reclamações relativas à organização. Nossa visão é a de que o bom atendimento é sim redutor da insegurança e, por isso, é fundamental trabalhar na qualificação desses policiais. Só assim são reforçadas as relações de confiança entre a instituição e a sociedade civil. Estamos agindo no que é preciso e corrigindo o que é necessário.

Tenho um compromisso com a verdade. Então, se tiver que punir, quero dizer à sociedade: eu, chefe da Polícia Civil, nessa situação, intervi dessa maneira. E, assim como aconteceu de prender policiais, quero dizer para todos que tenho uma valorosa gama de policiais civis que, ao final de cada dia, demonstram competência, coragem e ética.



depoimento

TECNOLOGIA A SERVIÇO DA SEGURANÇA

EDVAL NOVAES

Edval Novaes

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA
DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

EDVAL NOVAES

Graduado em direito pela Universidade de Caxias do Sul e em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC). Entre 1986 e 1991, foi primeiro-tenente do Ministério do Exército. Trabalhou como patrulheiro da Polícia Rodoviária Federal, de 1994 até o ano seguinte. Exerceu, durante dez meses, a função de técnico de finanças públicas no Tribunal de Contas do Espírito Santo. Atualmente, é delegado de Polícia Federal e subsecretário de Estado de Modernização Tecnológica de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Holds a degree in Law from the University of Caxias do Sul and in Journalism from the Catholic University of Campinas (PUC). Between 1986 and 1991 was first lieutenant of the Brazilian Army Ministry. From 1994 -1995 worked as a police officer for the Federal Highway Police. For ten months he worked as public finance technician in the Espírito Santo State Audit Court. Nowadays, he is a federal police marshal and Rio de Janeiro's State Under-Secretary for Technological Upgrade of Public Security.

RESUMO

Segundo Edval Novaes, o principal objetivo da Subsecretaria de Modernização Tecnológica é oferecer ferramentas não só aos policiais nas ruas, mas também aos gestores, para que todos possam executar da melhor maneira possível o seu trabalho. Delegado Novaes lista uma série de projetos que visa aumentar a eficiência e diminuir os riscos. Entre eles, estão o Centro Integrado de Comando e Controle, que reunirá oito forças diferentes e criará um banco de dados imenso, o sistema de detecção de tiro e um veículo aéreo não tripulado. Todas essas iniciativas pretendem fornecer o máximo de dados no menor tempo possível, para que sejam todas as decisões mais acertadas. Com isso, espera-se melhorar o nível da segurança cotidiana e, a partir daí, apenas detalhar de medidas menores e mais específicas para lidar com grandes eventos.

SUMMARY

According to Edval Novaes, the prime objective of the Under-Secretary's Office of Technological Upgrade is to provide tools not only to police officers in the streets but also to the administrators in order for them all to do their best. The federal police marshal Novaes lists a series of projects aimed at increasing efficiency and reducing risks. One of them is the Integrated Command and Control Center, which will combine eight different forces and create a huge database, shooting detection system and an unmanned aerial vehicle. All these projects intend to provide as much data and in the shortest time as possible to arrive at the right decisions. It is therefore hoped to improve the daily security level and from there only need to detail fewer and more specific measures to address major events.

Quando assumi a subsecretaria de Estado em 1º de janeiro de 2007, vimos que a Secretaria de Estado de Segurança estava desenhada especificamente para as suas atividades cotidianas e não havia nenhum órgão específico para cuidar do médio e longo prazos, notadamente na área de tecnologia. Foi aí que nós redesenhamos a Secretaria como um todo, em 2008, e criamos a Subsecretaria de Modernização Tecnológica de Segurança Pública. Nossa ideia foi trazer tecnologia de ponta para as Polícias Civil e Militar e sair um pouco da correria do dia a dia para, de alguma maneira, raciocinar com projetos de duração maior. Hoje, nós assessoramos o secretário em tudo o que diz respeito à tecnologia e analisamos e coordenamos todos os projetos desta área nas duas polícias. Verificamos o alinhamento e a correlação e, de certa forma, até mesmo a ordem de prioridade dentro daquilo que já vem sendo feito na Secretaria de Segurança.

Atualmente, nosso principal projeto é a finalização da construção e do aparelhamento do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC). Nos próximos meses, pretendemos montar toda

a parte interna e liberar o Centro para utilização da população. Este, hoje, é o nosso principal projeto, mas claro que já desenvolvemos outros. O primeiro deles visava a utilização de todo o legado do Pan-Americano, que dizia respeito à parte de Tecnologia de Informação (TI). Então, reinstalamos toda uma infraestrutura de rede de dados baseada em micro-ondas e reaproveitamos também todas as câmeras.

Quando se fala sobre Centro de Comando e Controle, obviamente, a coisa mais fácil de visualizar é o prédio em si, mas existe uma série de projetos correlatos e que, direta ou indiretamente, vão beneficiá-lo. Há, por exemplo, um projeto de videoconferência. E estamos acabando de instalar um projeto piloto de sistema de detecção de disparo de arma de fogo na região da Barra da Tijuca, englobando o Maracanã, já com vistas à Copa das Confederações, à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos. Pretendemos instalar também sistemas de identificação de veículos em movimento e leitores de placas de veículos. Ainda estamos substituindo todos os terminais de bordo de apenas três linhas das viaturas

por terminais multimídia que, além de oferecer muito mais dados ao policial de rua, possibilita o preenchimento eletrônico do Talão de Registro de Ocorrências (TRO).

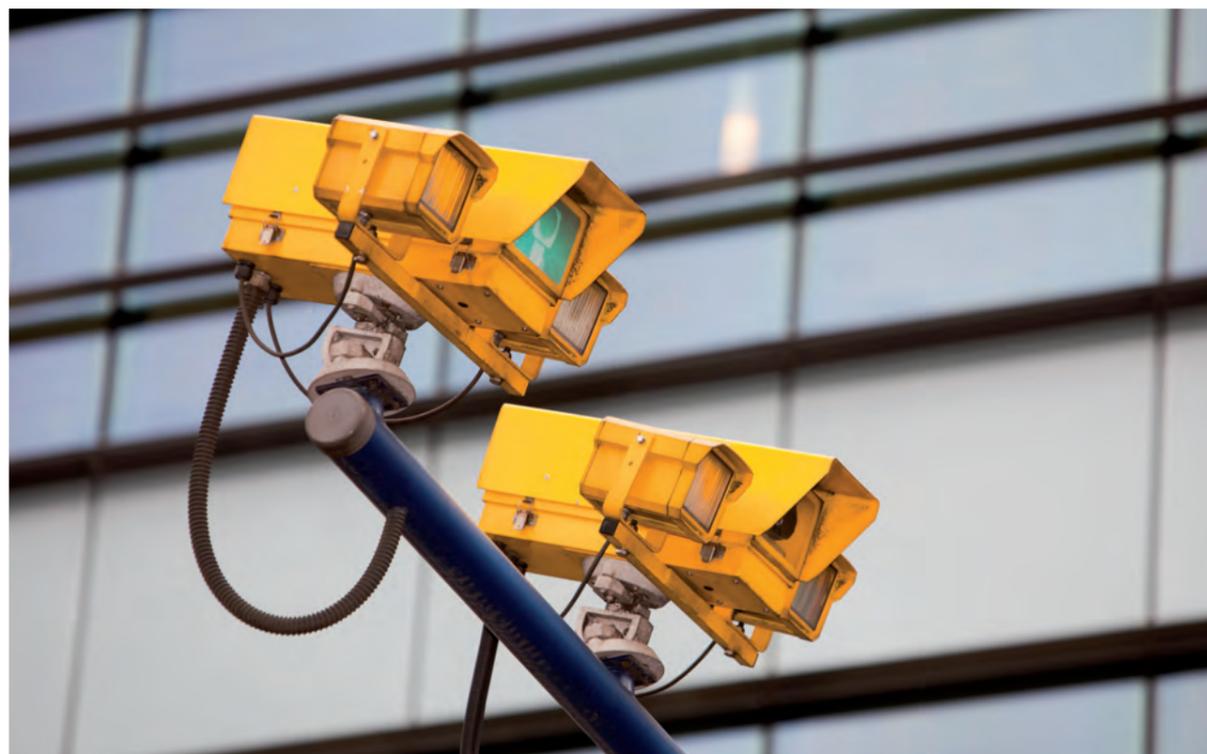
Como no Centro Integrado funcionarão oito forças diferentes, quatro estaduais, uma federal e três municipais, nós desenvolvemos também um *software* de atendimento e despacho, chamado de Teleatendimento Integrado de Demandas Emergenciais (TIDE). O TIDE funcionará dentro do próprio CICC, porque nós vamos levar para o Centro Integrado os teleatendimentos de emergência, como o 190, que é o atendimento da polícia; o 193, do Corpo de Bombeiros; e o 192, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Este é, com certeza, um trabalho de integração e inovação. No Brasil, até existem alguns estados que funcionam dessa maneira há algum tempo, mas no Rio não existia essa cultura e ela será implantada a partir de agora.

Com a integração de todos esses órgãos e, mais do que isso, com a integração através do *software* de TIDE, passaremos a ter um banco de dados único. Informações das Polícias Civil e Militar,

do Corpo de Bombeiros, da Polícia Rodoviária Federal, ou seja, todas as demandas emergenciais vão convergir para um local comum. A partir daí, esperamos tirar muitos dados estratégicos para, de alguma maneira, retroalimentar a inteligência para análise e estudos futuros. Mas, um dos nossos maiores desafios é o processo de aquisição, por exemplo, de um *software*, que é difícil visualizar ou mensurar. Para nós, essa questão é bastante complicada. Afinal, precisamos manter a tecnologia atualizada e equilibrar o orçamento e a velocidade nos processos licitatórios.

Adquirimos o nosso sistema de detecção de disparo de arma de fogo por meio de dispensa por inexigibilidade, por exemplo. E através desse sistema, que, na verdade, é um conjunto de microfones extremamente sensíveis e georreferenciados, é possível detectar a posição e o tempo que o som levou para chegar. Através de algoritmos e cálculos matemáticos, ele faz uma triangulação e diz de onde saiu o disparo.

Assim, antes mesmo que alguém ligue para 190 para dizer que ouviu um tiro, a central da Polícia



Militar já estará ciente do ocorrido. Agilidade é um fator muito importante quando o assunto é segurança. A Polícia Civil já tem um helicóptero dotado de um equipamento de visualização bastante potente, para o dia e para a noite, que permite fazer o acompanhamento em tempo real das ações. No Morro do Alemão, desde a sua ocupação, foram instaladas dez câmeras de vigilância para acompanharmos toda a movimentação lá dentro.

Para manter a transparência dessas ações, sem que isso as comprometa, contamos com a comunicação social ou a polícia judiciária. Na realidade, este é um princípio constitucional dentro da administração pública: a transparência tem que existir. Mas no caso de um inquérito policial, de uma apuração policial, o Código de Processo Penal diz que, de certa forma, há um tipo de restrição. A investigação é um ato unilateral da polícia e tem a confidencialidade dela. O que for atividade-fim da polícia, e não algo administrativo, deveria acontecer em sigilo. Esse vazamento não só compromete o resultado, como pode colocar em risco os policiais. Uma coisa é operação policial com fator surpresa, outra coisa é chegar a um local onde todos já estavam te esperando. Para nós, isso é muito sério.

Todos esses projetos que estão sendo desenvolvidos no Rio de Janeiro são, prioritariamente, para a população fluminense. Não estamos trabalhando exclusivamente para os grandes eventos, mas sim para a população do Estado do Rio de Janeiro. E é óbvio que quanto melhor preparados estivermos

em termos da segurança cotidiana, da segurança diária, mais perto estaremos do nível desejado quando acontecerem os jogos. Então, quanto menor for esse espaço entre o nível que nós estamos e aquele que temos de estar em 2016, melhor. Estamos trabalhando para diminuir essa diferença. É claro que os jogos são eventos extraordinários, complexos, mas nenhuma organização policial, em nenhum lugar do mundo, consegue tratá-los dentro do seu dia a dia normal. É preciso tomar medidas específicas para isso. Mas, torno a dizer, essas medidas serão menores quanto melhor preparados estivermos.

O centro de treinamento para policiais, por exemplo, não treina apenas o tiro, mas também a atitude do profissional. Já existe um centro instalado na academia da Polícia Civil. É um estande virtual de 300º com cinco telas. É possível usar armas específicas para isso, com ar comprimido, ou armas reais adaptadas para tiro nessa situação. O instrutor seleciona a cena e, a partir daí, o policial deve interagir com ela, inclusive com comandos de voz. Então, em um momento uma mulher pode aparecer armada. Mas com outro comando, ela carrega apenas um celular na mão. Isso aqui não substitui a instrução de tiro, é uma fase posterior. Mas, com certeza, prepara melhor o policial e diminui a insegurança e os riscos que ele e a população correm nas ruas.

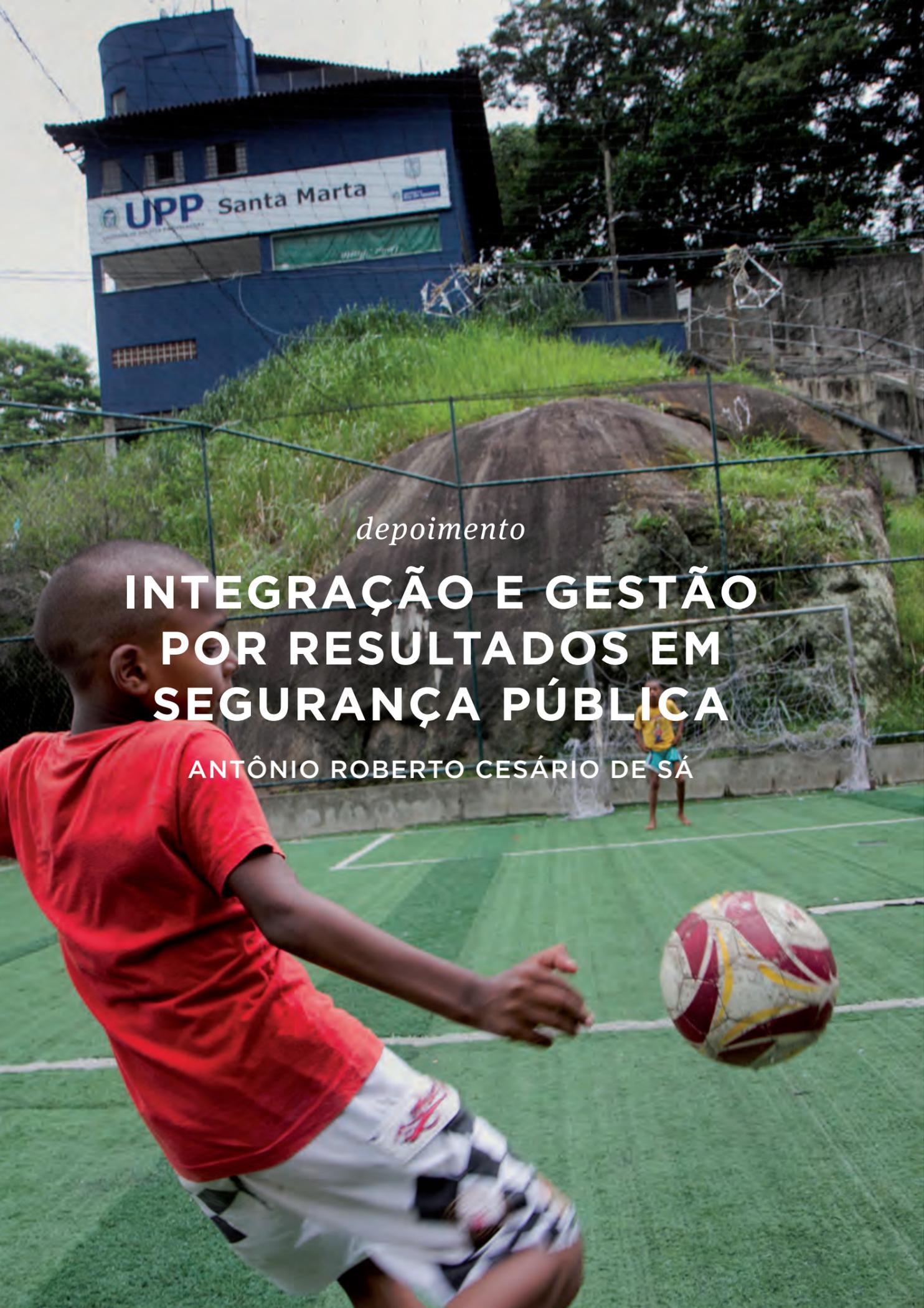
Outro projeto que estamos gerindo, e que também servirá tanto à população e aos jogos, é o centro móvel. Precisaremos de alguns centros móveis

para atender eventualidades. Eles terão tudo o que tem o CICC, mas em miniatura. A ideia básica é você se deslocar e, nesse centro remoto, conseguir olhar as imagens de todas as câmeras, acessar os dados de todos os sensores e ter todos os meios de comunicação. O centro móvel será uma extensão do CICC, só que, em função da mobilidade, estará mais próximo de onde o evento ocorrer. Nesse sentido, também pensamos na utilização de um Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT). Ele seria lançado por uma pessoa só, extremamente leve, controlado por computador e com uma câmera embutida. Com motor elétrico e pequenas dimensões, ele conseguirá voar a 200, 300 metros sem ser visto ou ouvido, diferentemente de um helicóptero.

O VANT tem uma fábrica no Rio Comprido, e a Marinha, por exemplo, já utiliza esses modelos nacionais. Mas vários países fabricam esses veículos aéreos não tripulados. A Polícia Federal adquiriu um em Israel, mas de outro tamanho e com outra finalidade. O VANT da Polícia Federal é do tamanho de uma aeronave, tem quase 20 metros de comprimento, voa muito mais alto e tem uma autonomia muito maior. Enquanto nós pensamos em um avião para olhar uma favela durante uma operação policial, a Polícia Federal quer vigiar a fronteira brasileira desde lá do Amazonas até Foz do Iguaçu. O Brasil ainda não tem nenhum fabricante que produza VANTs desse porte. Mas as Forças Aéreas Brasileiras (FAB) têm um projeto também. Eles estão testando um veículo aéreo não tripulado e utilizam como ponto

focal de teste a base aérea de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. As Forças Armadas estão fazendo testes de veículos aéreos não tripulados. São José dos Campos tem um polo tecnológico bastante forte e possui alguns projetos pilotos também. O Brasil está começando a se desenvolver nessa área agora.

As perspectivas são as melhores possíveis. A nossa ideia é, através da tecnologia, fornecer ferramentas não só aos policiais na rua, mas também aos gestores, para que eles possam executar da melhor maneira possível o seu trabalho. Para isso, precisamos ter a maior quantidade de informações, em tempo real, para a tomada de decisão. Pretendemos conseguir isso por meio do *business intelligence* (BI) e das análises de bancos de dados. Não queremos substituir, mas sim aumentar o raio de ação do ser humano utilizando mais sensores. Quando se expande a quantidade de câmeras pela cidade, cresce a capacidade de vigilância. Quando se georreferenciam todas as atividades criminosas, tem-se uma mancha criminal que ajuda a polícia a evitar que os crimes ocorram ou a prender quem os comete. Para mim, isso é fantástico.



depoimento

INTEGRAÇÃO E GESTÃO POR RESULTADOS EM SEGURANÇA PÚBLICA

ANTÔNIO ROBERTO CESÁRIO DE SÁ

Antônio Roberto Cesário de Sá

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E
INTEGRAÇÃO OPERACIONAL DO RIO DE JANEIRO

ANTÔNIO ROBERTO CESÁRIO DE SÁ

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pós-graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), Antônio Roberto Cesário Sá é delegado da Polícia Federal e Subsecretário de Estado de Planejamento e Integração Operacional da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Foi instrutor do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), de 1989 a 1992. Na Polícia Federal, esteve à frente da Delegacia de Polícia Fazendária do estado do Acre e participou, como chefe de Segurança Móvel, da escolta das 184 delegações estrangeiras presentes à Assembleia Geral da INTERPOL, realizada no Rio, em 2006.

Holds a degree in Law from Rio de Janeiro Catholic University (PUC-Rio) and post-graduate degree in Public Administration from FGV Foundation (EBAPE/FGV). Is district chief of the Federal Police and State Under-Secretary for Planning and Operational Integration of the Rio de Janeiro Public Security Bureau. Was instructor of the Special Operations Battalion (BOPE) from 1989 to 1992. In the Federal Police was at the head of the Acre State Fiscal Police Precinct and participated, as head of Mobile Security, in escorting the 184 foreign delegations at the Interpol General Assembly in Rio in 2006.

RESUMO

Antônio Roberto Cesário de Sá apresenta alguns dos resultados e ações relacionados ao bom desempenho que a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro vem obtendo nos últimos anos. Os esforços empreendidos na Segurança Pública, com alinhamento entre as esferas governamentais, têm permitido o desenvolvimento do estado como um todo. Segundo Cesário de Sá, a partir de uma gestão focada em metas e resultados, houve uma expressiva melhora nos índices de criminalidade, com quedas nas taxas de homicídios dolosos e roubo de veículos. Além disso, a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) propagou o sentimento de segurança da sociedade e possibilitou a consolidação de outras políticas de longo prazo.

SUMMARY

Antônio Roberto Cesário de Sá presents some of the results and actions from the Rio de Janeiro State Security Department's good performance in recent years. The efforts made in public security, in line with other government spheres, have helped develop the state as a whole. According to Cesário de Sá, there has been a significant improvement in criminality rates as a result of the goal and result-focused administration, with a drop in involuntary manslaughter and auto theft. Also, the creation of the Pacifying Police Units (UPP) has created a widespread feeling of security in society and helped consolidate other long term policies.

Nos últimos cinco anos, o Estado do Rio de Janeiro tem vivenciado um momento único na área da Segurança Pública com o alinhamento das esferas governamentais, a realização de grandes eventos com a vinda de muitos investimentos, uma maior integração das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública do Estado - Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), Polícia Militar e Polícia Civil - e a implementação de uma gestão focada em metas e resultados.

Considerando que não é possível haver desenvolvimento sem segurança, os esforços empreendidos na segurança pública têm permitido o progresso do estado como um todo. Os resultados são transparentes e estão na ordem do dia.

Desde julho de 2009, a Secretaria implantou um novo sistema de gestão que contém um conjunto de procedimentos e rotinas gerenciais para a identificação de problemas e causas e as análises do fenômeno criminal. Além disso, foram elaborados os chamados Planos de Ação Integrados, que têm como objetivo alcançar metas de redução dos Indicadores Estratégicos de Criminalidade, como letalidade violenta, roubos de veículos e roubos de rua, até o ano 2014.

A Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional, responsável por implantar este novo modelo de gestão, gradualmente coordenou a integração operacional do policiamento ostensivo com o investigativo. Para isso, foram feitas mudanças estruturais de compatibilização territorial entre Polícia Civil e Militar, visando aumentar a cooperação e a integração entre elas.

Para melhor visualização do trabalho de integração operacional realizado, conforme ilustra a Figura 1, a Polícia Militar atuava a partir de uma divisão do Estado do Rio de Janeiro em seis Comandos de Policiamento de Área (CPAs).

Já a Polícia Civil, atuava a partir de uma divisão do Estado do Rio de Janeiro em três Departamentos Gerais de Policiamento (DGP) e 11 Coordenações Regionais de Polícia do Interior (CRPI), como demonstra a Figura 2.

Quando se comparam as imagens, fica clara a diferença da separação entre as instituições das áreas de policiamento. Diante desse cenário, a primeira ação efetiva de integração e cooperação entre as Polícias Militar e Civil foi a Compatibilização Territorial das Polícias, com a criação de uma nova divisão geográfica e gerencial do estado.

Essa nova divisão geográfica de atuação das polícias, chamada de Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), tornou-se uma instância de articulação regional. Em conjunto com os demais atores que possuem interface com a segurança pública em suas respectivas áreas de atuação, tal iniciativa busca:

- a) mais eficiência no monitoramento de metas e ações planejadas;
- b) mais sinergia entre as ações das Polícias Civil e Militar; e
- c) maior compartilhamento de informações.

As RISPs (Figura 3) concentraram seus esforços policiais na redução dos índices de criminalidade. Mas, além disso, elas também fortaleceram as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) e o conceito da recém-criada Circunscrição Integrada de Segurança Pública (CISP), subdivisão geográfica das atuais AISP. Tal iniciativa visa: a) aumentar o controle das atividades planejadas e ações sobre as manchas criminais; b) maior proximidade do fenômeno criminal local; e c) explorar a individualização da responsabilidade e do mérito a partir de metas desdobradas para os indicadores de criminalidade.

Após esta integração operacional, a Secretaria de Segurança implementou o Sistema de Metas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade do estado, a fim de estabelecer um amplo acompanhamento gerencial dos resultados obtidos. Este sistema ainda prevê um mecanismo de premiação para as metas atingidas e melhores práticas de gestão por parte dos agentes de segurança pública, como demonstra a Figura 4.

FIGURA 1:
SITUAÇÃO PMERJ,
RESOLUÇÃO SESEG
83/07

CPA:
COMANDOS DE POLICIAMENTO
DE ÁREA

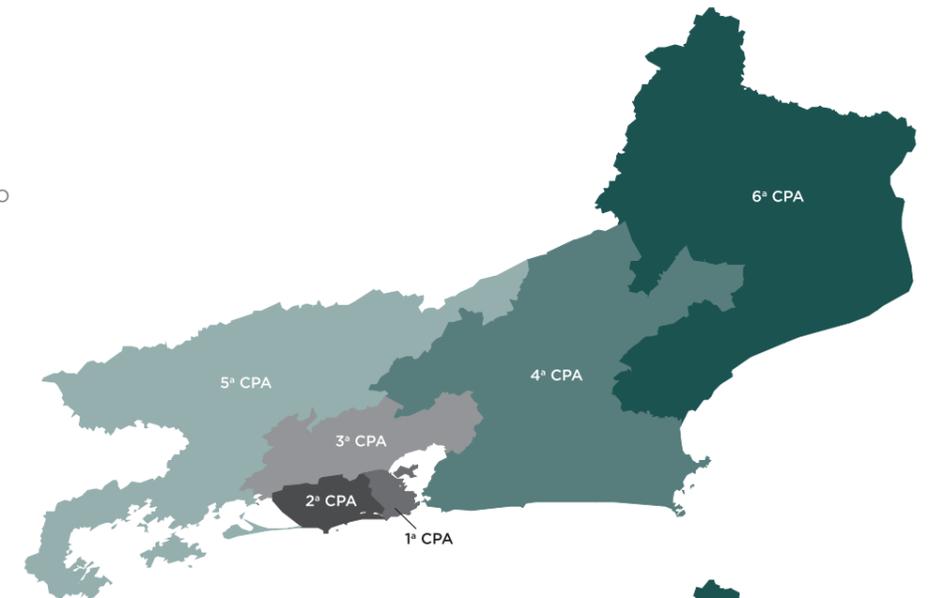


FIGURA 2:
SITUAÇÃO PCERJ,
DECRETO 34.633/03

CRPI:
COORDENAÇÕES REGIONAIS DE
POLÍCIA DO INTERIOR

DGP:
DEPARTAMENTOS GERAIS DE
POLICIAMENTO

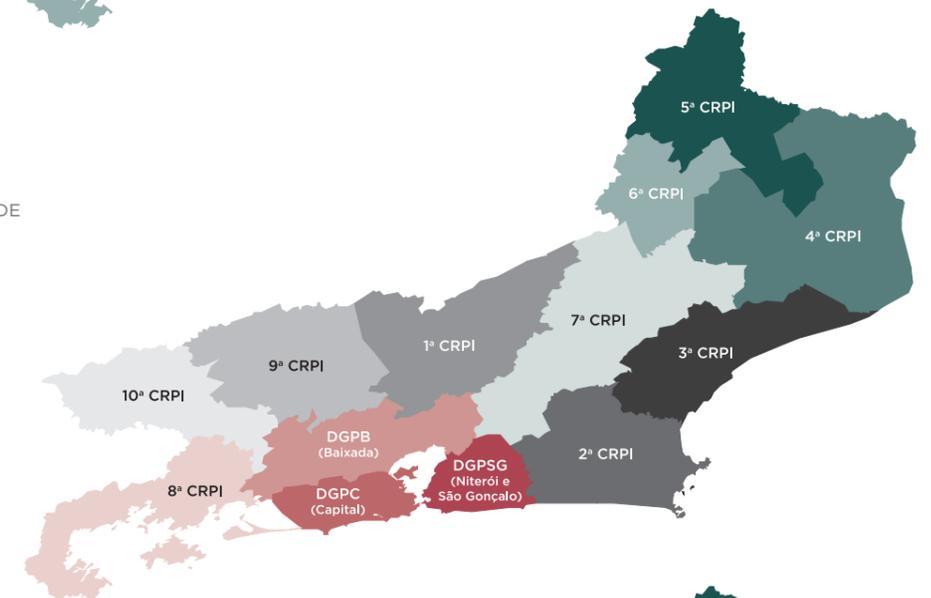
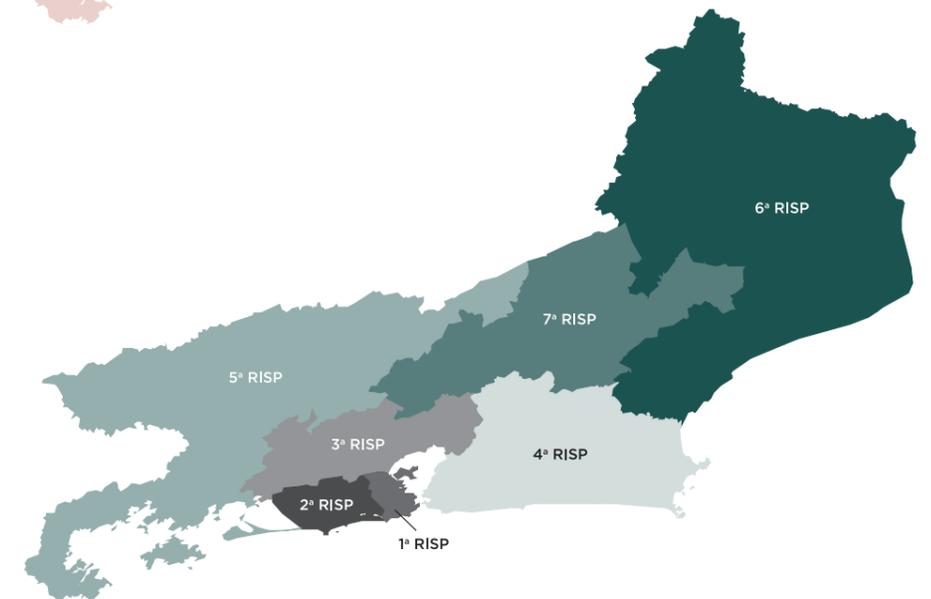


FIGURA 3:
REGIÕES INTEGRADAS
DE SEGURANÇA
PÚBLICA

RISP:
REGIÕES INTEGRADAS DE
SEGURANÇA PÚBLICA



ESTRUTURA	PREMIAÇÃO SEMESTRAL	
RISP	1º COLOCADA NO RANKING DE PONTOS	R\$ 3.000,00
	TODAS QUE ALCANÇAREM SUAS METAS SEMESTRAIS	R\$ 1.000,00
AISP	1º COLOCADA NO RANKING DE PONTOS	R\$ 3.000,00
	2º COLOCADA NO RANKING DE PONTOS	R\$ 2.000,00
	3º COLOCADA NO RANKING DE PONTOS	R\$ 1.500,00
	TODAS QUE ALCANÇAREM SUAS METAS SEMESTRAIS	R\$ 1.000,00

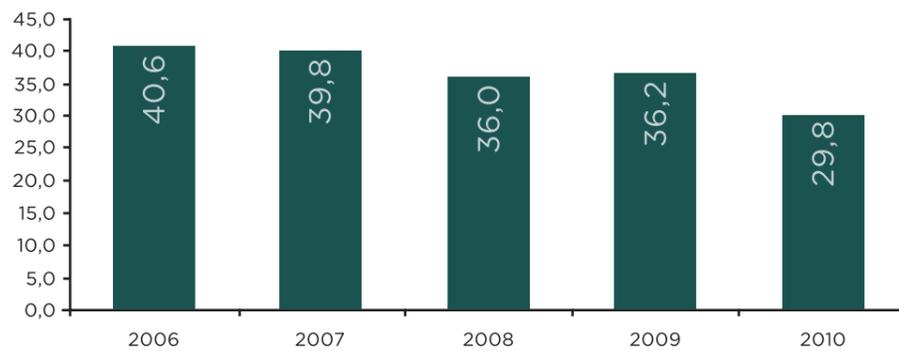
A premiação será concedida a todos os colaboradores da Polícia Civil e Polícia Militar lotados a mais de 3 meses na RISP e/ou AISP premiada.

As três melhores iniciativas das unidades especializadas e/ou especiais (PMERJ ou PCERJ) no controle de criminalidade, a serem escolhidas pelo Grupo Validado e mediante observação e/ou inscrição, também receberão as premiações de 1º a 3º colocada.

FIGURA 4:
TABELA DE
PREMIAÇÃO APLICADA
NO 2º SEMESTRE DE
2010.

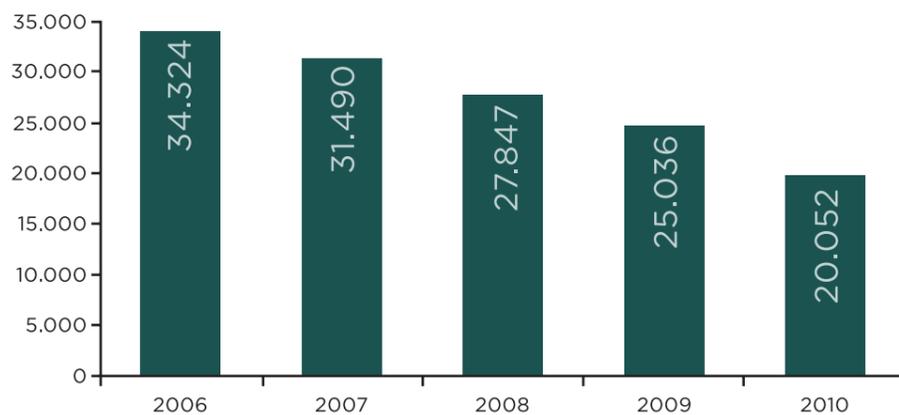
RISP:
REGIÕES INTEGRADAS DE
SEGURANÇA PÚBLICA

AISP:
ÁREAS INTEGRADAS DE
SEGURANÇA PÚBLICA



Fonte: DGTIT/PCERJ
Organizado por: ISP

GRÁFICO 1:
TAXA DE HOMICÍDIOS
DOLOSOS/100 MIL
HABITANTES



Fonte: DGTIT/PCERJ
Organizado por: ISP

GRÁFICO 2:
ROUBO DE VEÍCULOS
EM NÚMEROS
ABSOLUTOS

Dentro dessa perspectiva, os índices de criminalidade entre 2007 e 2011 diminuiram significativamente, tanto em termos percentuais quanto absolutos. Indicadores e relatórios da área permitiram a criação de um suporte para a avaliação das políticas desenvolvidas e apontaram novos caminhos a serem traçados até 2016.

Como exemplo de sucesso, podemos citar o indicador de Homicídio Doloso, que fechou o ano de 2010 com uma redução de 17,7% em comparação ao ano anterior. E também em 2010, pela primeira vez desde 1991, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes ficou abaixo dos 30%. Em relação ao final de 2006, a taxa de Homicídio Doloso caiu 27%, como mostra o Gráfico 1.

Já o Roubo de Veículos, foi o indicador que apresentou a maior queda em 2010 frente a 2009. Foram 20.052 ocorrências do delito, ou seja, uma redução de 19,9% em relação ao ano anterior. E o ano de 2010 fechou com uma redução de 42% das ocorrências em relação ao final de 2006, conforme o Gráfico 2.

O balanço positivo da atual gestão da Secretaria de Segurança é resultado de uma série de outras estratégias que perpassam a retomada do território com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e, acima de tudo, um processo de reorganização, reestruturação e revitalização da execução da política de segurança pública do estado.

As UPPs são responsáveis por consolidar o controle estatal, em áreas sob forte influência da criminalidade, e por devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena. Ações estratégicas como esta começaram em dezembro de 2008 e possuem planos de implementação que vão além das Olimpíadas Rio 2016.

As UPPs foram criadas para garantir a presença diuturna do estado e a execução de ações especiais concernentes à pacificação e à preservação da ordem pública, aplicando a filosofia de polícia de proximidade nas áreas designadas para sua atuação. Atualmente, existem 17 UPPs em comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau

de informalidade, onde a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afrontava o Estado Democrático de Direito.

Outro foco estratégico desta gestão é o cumprimento dos acordos internacionais para o bom funcionamento da Copa 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016. Para tal desafio, a segurança pública continuará seus esforços de reforma e transformação, inclusive, com uma dotação orçamentária de porte, significativa e sem interrupções.

Atualmente, a SESEG está desenvolvendo um Plano de Investimentos voltado para o fortalecimento das polícias Civil e Militar. O Dossiê de Responsabilidades do Governo do Rio, com o COI e com a FIFA, prevê modernização tecnológica e valorização profissional e envolve um montante de aproximadamente R\$ 3 bilhões em projetos estruturantes.

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), o sistema de identificação automática de veículos em movimento, o controle integrado de material bélico, equipamentos de proteção individual, escalas e pessoal, as delegacias de dedicação integral ao cidadão, a cidade da polícia, o novo Instituto de Criminalística Carlos Éboli, o batalhão padrão, entre tantos outros, compõem a carteira de projetos da SESEG para o fortalecimento da segurança no estado.

Desse modo, o Estado do Rio de Janeiro capitaneia e é capitaneado por um momento cheio de oportunidades para o desenvolvimento social e econômico. Esta oportunidade, no entanto, está intrinsecamente atrelada ao sucesso da gestão da segurança pública fluminense, que garante a tranquilidade e a segurança necessárias ao bom funcionamento da vida em sociedade.

artigo

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A REINTEGRAÇÃO DO PRESO NA SOCIEDADE

GILMAR MENDES

Gilmar Mendes

MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

GILMAR MENDES

Graduado e mestre em Direito pela Universidade de Brasília, concluiu também mestrado e doutorado na Westfälische Wilhelms-Universität Münster, na Alemanha. Foi presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); procurador da república; consultor jurídico da Secretaria Geral da Presidência da República; assessor técnico na Relatoria da Revisão Constitucional na Câmara dos Deputados; assessor técnico do Ministério da Justiça; subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil; e advogado-geral da União. É professor de Direito Constitucional de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), e membro de conselhos editoriais especializados na área do Direito. Atualmente é ministro do Supremo Tribunal Federal.

Has a degree and master's in Law from the University of Brasilia, and completed a master's and doctorate at Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Germany. He was president of the Supreme Court (STF) and National Council of Justice (CNJ); Attorney General; legal counsel for the General Secretariat of the Presidency of the Republic; technical advisor to the Constitutional Reform Commission in the House of Representatives; technical advisor to the Ministry of Justice; deputy head for Legal Matters of the Executive Staff; and federal attorney general. Is professor of Constitutional Law for graduates and post-graduates in Brasilia University Law School and in the Brasilia Institute of Public Law (IDP) and a member of editorial councils specializing in Law. Nowadays, he is minister of the supreme court.

RESUMO

Neste artigo, o ministro Gilmar Mendes aponta o sistema prisional brasileiro com um dos mais injustos do mundo. Ele discorre sobre as falhas do sistema que antes eram totalmente imputadas à administração penitenciária e ao Executivo, e chama à atenção o Judiciário. O ministro relata o novo modelo de prisão preventiva e outras ações empreendidas pelo CNJ com o objetivo de revisar as situações prisionais. Os programas de reintegração social, além de constituírem ações de direitos humanos, são parte integrante de segurança pública, visto que reduzem consideravelmente a reincidência. Gilmar Mendes acredita que o Brasil precisa de um choque de gestão na área do Judiciário, cuja prioridade, segundo ele, deveria ser a justiça criminal. Para isso, ele reforça a necessidade de uma estratégia nacional de segurança pública, que envolva o diálogo entre os diversos órgãos competentes.

SUMMARY

In this article, Minister Gilmar Mendes denounces the Brazilian prison system as one of the most unjust in the world. He discusses the failings of the system that were previously fully imputed to the prison administration and the Executive, and calls attention to the Judiciary. The minister describes the new model of preventive detention and other actions introduced by CNJ in order to review the prison situation. In addition to representing human rights actions, the social reintegration programs are an integral aspect of public security, since they considerably reduce recidivism. Gilmar Mendes believes that Brazil needs a management shake-up in the area of the Judiciary, the priority of which, according to him, should be the criminal justice system. For this, he stresses the need for a national strategy for public security, involving dialogue between the various agencies involved.

40 Nós temos, talvez, um dos sistemas prisionais mais injustos do mundo. São 500 mil presos, dos quais mais de 40% são presos provisórios e muitos acabam ficando detidos por falta de qualquer acompanhamento, ou seja, assistência judiciária, seja de cuidados por parte da promotoria ou do próprio Judiciário.

Nesse sentido, é importante a recente mudança ocorrida na legislação, que cria o chamado sistema de medidas cautelares e estabelece uma graduação naqueles casos em que não há necessidade de prisão, em que basta a suspensão de uma atividade.

Até certo tempo, havia a ideia de que as falhas eram imputáveis exclusivamente à administração penitenciária, de que a responsabilidade por tudo que ocorria no sistema prisional era do próprio Executivo, do órgão incumbido da administração dos presídios. Isso inclui falta de condições, superlotação e tudo mais. Depois, percebeu-se que a responsabilidade do Judiciário nessas questões era imensa. Isso ficou perceptivo, por exemplo, naquele episódio que ficou conhecido como o caso de Abaetetuba, no Pará, em que uma moça ficou

detida com homens e foi literalmente seviciada. Ali falhou todo o aparato judicial, a supervisão da Justiça, e culminou inclusive no afastamento da magistrada que era encarregada do caso naquela comarca. Este caso até hoje está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), mas mostrou ao mundo o grave problema e mostrou também que o Judiciário tinha sua responsabilidade nisso. Não é difícil adivinhar essa responsabilidade do Judiciário, porque em geral é o juiz que decreta a prisão. Também é ele que se incumbe de mantê-la ou eventualmente de relaxá-la quando ela ocorre em função do auto de prisão em flagrante, que é comunicado ao juiz em 24 horas e cabe a ele fazer a verificação. O que se descobre é que, na maioria das vezes, esse tema passa a merecer um tratamento burocrático por parte da magistratura, certa automaticidade, acaba se referendando, chancelando o auto de prisão em flagrante, esquecendo-se talvez que essa chancela corresponde, na verdade, a um decreto de prisão preventiva. Devido a isso, encontramos pessoas que estão há vários meses presas em razão de crimes de pequena monta. Essa é uma questão que precisa ser discutida e agora vai ser discutida com maior seriedade em função do novo modelo

de prisão preventiva. Mas a atuação do juiz, não raras vezes, depende dos aparatos auxiliares, advogados, assistência judiciária. E esta no Brasil, como sabemos, também é insuficiente. Há algo em torno de 5 mil defensores públicos para tratar de todos os assuntos relativos à população pobre. Se nós temos 500 mil presos, esse número já por si só seria insuficiente. Além disso, é evidente que os defensores públicos não cuidam apenas dos réus nos processos criminais, mas de muitas outras questões.

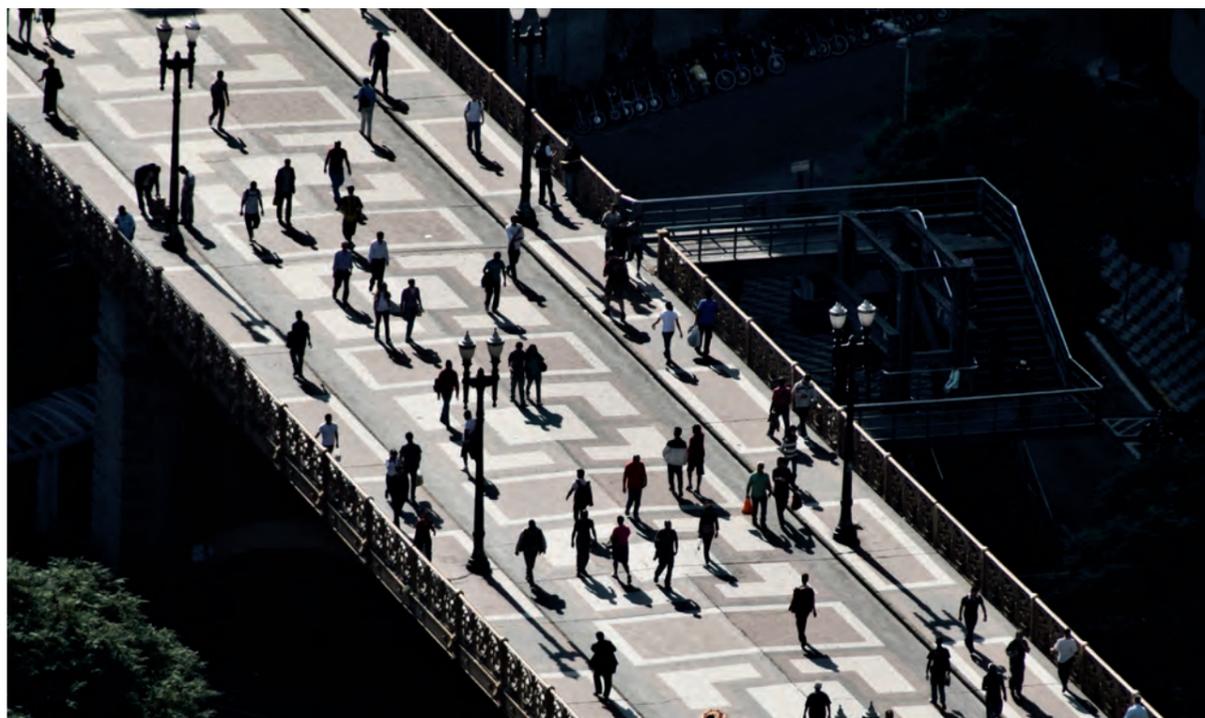
Na minha gestão no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), procuramos enfrentar essa temática e acredito que conseguimos avançar, significativamente, de diversas maneiras. Instituímos um mutirão carcerário, que hoje está em plena atividade, com o objetivo de revisar essas situações prisionais.

Conseguimos, em menos de um ano e meio de trabalho, libertar algo em torno de 20 mil pessoas. Inicialmente, o nosso enfoque era o preso assim chamado definitivo, aquele que já tinha sentença. Imaginávamos que havia erro na execução, no cumprimento da pena, na posição de liberdade

condicional, na proibição de regime e assim por diante. Porém, no curso do trabalho, verificamos que o grave problema estava realmente nas prisões provisórias, que se excediam temporalmente.

Aí encontrávamos as coisas mais bárbaras, como uma pessoa presa “provisoriamente” há 11 anos, e, outra no Ceará, presa há 14 anos na mesma situação.

Começamos então a fazer esse trabalho focando também no preso provisório e conseguimos melhorar bastante essa tecnologia. Houve uma equipe bem organizada trabalhando, houve uma interação e uma integração por parte de outros magistrados dos estados, e de fato colhemos um resultado expressivo. Foi um grande programa de direitos humanos. É claro que, quando vimos o tamanho desse programa, a repercussão que ele teria, nos preocupamos também com outra questão, que está intimamente associada e é a questão da reinserção social. Assim, lançamos o Programa Começar de Novo e conseguimos grande apoio na sociedade. Abrimos 40 vagas no Supremo e até hoje temos detentos do sistema prisional trabalhando. Fizemos convênios com as fundações



de apoio aos apenados, vários estados aderiram, e, para que isso ocorresse, foi criada uma cota no emprego de terceirizados. Fizemos convênio com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e com a Federação Internacional de Futebol (FIFA), houve um bom trabalho em relação a isso. Prefeituras e governos estaduais também aderiram a esse empenho e acredito que hoje temos um programa relativamente sistematizado, mas é possível avançar ainda mais. Não se pode deixar de ter consciência de que programas de reintegração e de reiniciação social são programas de direitos humanos, mas também é importante lembrar que são programas de segurança pública. Todos os nossos índices, todas as nossas conversas, todos os nossos diálogos com pessoas no exterior indicam que, na ausência de programas semelhantes, temos o aumento da reincidência. A falta de alternativa realmente leva à reincidência. Por isso esse programa é um programa exitoso, por isso tem sido premiado e é objeto da atenção de órgãos estatais, que estudam a possibilidade de estendê-lo a outros locais, outros países.

No âmbito do CNJ, também quisemos evitar que esses programas pudessem vir a sofrer dissolução de continuidade em razão das mudanças de administração. Deste modo, buscamos aprovar no congresso nacional um projeto de lei, que foi bem sucedido e criou o departamento de monitoramento do sistema prisional no CNJ.

Hoje, portanto, cuida-se de uma função específica, definida em lei, que permite esse monitoramento sistêmico por parte do Conselho e faz com que ele supervisione as atividades dos juízes e minimize a possibilidade de abusos. O órgão também incentivou várias iniciativas neste sentido, por exemplo, a instituição das varas de execução penal virtuais, que permite o controle das prisões e do tempo, evitando também essas situações escandalosas como o fato de existirem pessoas que já cumpriram sua pena e continuam presas. Infelizmente, esse quadro não é incomum no Brasil.

Nesse período, cogitou-se de se ter um tipo de controle eletrônico das prisões envolvendo tanto as prisões definitivas quanto as provisórias, de modo que haveria uma supervisão geral por parte do CNJ, evitando os problemas que são acarretados em razão da ineficiência do próprio aparato judicial, de dificuldades que às vezes surgem nesse processo. Hoje, há resoluções tratando desse tema também no CNJ, dando execução a esse sistema e exigindo, por exemplo, que as corregedorias façam uma supervisão da situação prisional a cada três meses, exigindo que o juiz faça essa avaliação. Recentemente, em razão de estudos e conversas com os colegas que estão engajados nesse processo, lancei a ideia de incorporar ao Direito positivo brasileiro aquilo que já está na legislação de muitos países: de que o preso seja apresentado ao juiz em 24 horas ou em 48 horas, dispensando a ideia de simples remessa do auto de prisão em

flagrante, quando ocorre. Isso permitiria que o juiz fizesse uma avaliação da situação e, com isso, acreditamos que seria possível diminuir ainda mais esse tipo de situação tão conhecida, que leva a abusos.

Apoiamos enfaticamente a nova lei das medidas cautelares, que constou na nossa versão do pacto republicano, e foi agora aprovada. Agora compreendemos que aqui nós necessitamos de normas de organização e procedimentos, é preciso que haja setores incumbidos de bem aplicar essa lei. Para falar apenas uma das providências, basta olhar a questão ligada à chamada pulseira eletrônica, é preciso que haja setores incumbidos de fazer o devido acompanhamento.

Por último, eu tenho a impressão de que o Brasil precisa de um choque de gestão na área do Judiciário. Há temas muito relevantes, mas se eu tivesse que estabelecer uma prioridade hoje, eu priorizaria a justiça criminal. Porque, na verdade, aqui nós discutimos o destino das pessoas, às vezes de forma definitiva, e muitas vezes um julgamento, uma absolvição retardada já corresponde a uma condenação. Por outro lado, a sociedade reclama também punições num tempo socialmente adequado, daí a necessidade de termos uma justiça criminal realmente séria, seja para a defesa dos direitos das pessoas, direitos humanos, seja em razão da necessidade de uma justiça criminal eficaz, que imponha as

penas devidas num tempo social e politicamente adequado, o que hoje é um problema no Brasil. Às vezes, acusados perigosos são libertados por conta da demora do processo criminal, do excesso de prazos na prisão provisória; a justiça não consegue decidir num tempo adequado. Parece-me que esse tema seria uma prioridade política, que nos envolve enquanto agentes do Judiciário, mas que envolve também outros setores. Quando o assunto é justiça criminal, não nos referimos apenas ao juiz criminal, estamos falando do promotor, do delegado.

Na minha gestão no CNJ, criamos uma estratégia nacional de segurança pública que envolvia esse diálogo, em que havia funções do ministério da justiça, atividades do ministério público, da polícia federal, além das nossas próprias atividades no âmbito do Judiciário. Parece que o sistema precisa ser revisitado.



artigo

REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA DO CRIME NA SOCIEDADE AMERICANA

RICHARD ABORN

Richard Aborn

DIRETOR DA ASSESSORIA CONSTANTINO & ABORN (EUA)

RICHARD ABORN

Richard Aborn foi candidato a promotor público de Manhattan durante sua posição como presidente da Comissão Crime dos Cidadãos de Nova York. É sócio no escritório de advocacia Constantine Cannon, e diretor da Assessoria de Constantino & Aborn (CAAS), onde trabalha com grandes departamentos de polícia urbana e serviços de justiça criminal nos Estados Unidos e na Europa.

Was candidate to public prosecutor for Manhattan during his post as president of the New York Crime Citizens Committee. Is partner of the legal firm Constantine Cannon, and director of Constantino & Aborn Advisory Services (CAAS), where he works with major urban police departments and criminal justice services in the USA and Europe.

RESUMO

De acordo com Richard Aborn, para se obter uma mudança comportamental positiva e reduzir a probabilidade de reincidência no crime, é importante aumentar a motivação dos infratores. Em outras palavras, os infratores precisam ser “automotivados” a mudar para que essa mudança comportamental seja duradoura e eficaz. A reincidência gera um custo tremendo para a sociedade e sua redução, por meio de práticas baseadas em evidências, pode economizar um considerável montante dos contribuintes e, ao mesmo tempo, reduzir os níveis de criminalidade.

SUMMARY

Richard Aborn says that, in order to achieve positive behavioral change and reduce the probability of relapse into crime, it is important to increase the motivation of offenders. In other words, offenders need to be “self-motivated” to change so that this change in behavior is lasting and effective. Relapse into crime incurs a tremendous cost for society and its reduction by means of practices based on evidence can save a considerable sum for taxpayers and, at the same time, cut criminality levels.

46 O fenômeno da reincidência - geralmente definida como a porcentagem de prisioneiros que cometem um novo crime no período de três anos após sua libertação - não está restrito apenas a crimes excepcionalmente violentos. Ele atinge todos os tipos de comportamento criminoso, desde os relacionados a drogas até os contra a propriedade e violentos. Em 2002, um estudo feito pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ, na sigla em inglês) examinou a reincidência de prisioneiros libertados em 1994 e constatou que 67,5% voltaram a ser presos por um novo crime, geralmente doloso ou de contravenção grave. O relatório ainda revela que, nesse mesmo período de três anos, 46,9% foram novamente condenados por um novo crime, 25,4% foram novamente sentenciados à prisão e 51,8% voltaram à prisão.

Um dos estudos mais significativos e recentes sobre esse tema foi conduzido pelo Pew Center on the States, nos Estados Unidos, e divulgado em abril de 2011. Foram analisados os retornos à prisão em 33 estados americanos para detentos libertados em 1999, e em 41 estados para os libertados em 2004. O relatório comparou ainda estudos anteriores sobre reincidência conduzidos pelo DOJ em 15 estados americanos para libertações ocorridas em 1983 e 1994. A conclusão é de que os índices de reincidência entre 1994 e 2007 se mantiveram consistentemente em cerca de 40%.

Fora dos EUA, o Conselho Nacional Sueco de Prevenção contra o Crime relatou que a proporção de reincidentes variou de 35% a 39%, entre 1996 e 2005. Estatísticas divulgadas pelo Ministério da Justiça do Reino Unido revelaram que 14 prisões na Inglaterra e no País de Gales, cuja maioria abriga detentos cumprindo penas curtas, têm índices de reincidência de mais de 70%. Na Austrália, cerca de 40% dos prisioneiros libertados voltaram para a prisão em dois anos. Em 2006, o índice de reincidência no Japão alcançou a maior alta de todos os tempos e chegou a quase 40%. Embora a medição precisa varie, fica evidente que se trata de problema grande em todo o mundo.

Com índices tão altos, a reincidência gera um custo tremendo para a sociedade. Primeiro, e

sobretudo, existem numerosas vítimas de crimes que são prejudicadas por reincidentes. Segundo, há outros custos como o dinheiro aplicado em segurança pública, segurança privada, processos criminais, encarceramento e supervisão pós-libertação, despesas médicas e de aconselhamento decorrentes de crimes violentos e sexuais, e custos associados aos crimes contra a propriedade. Terceiro, a sociedade é privada dos benefícios de um prisioneiro recuperado, cumpridor das leis.

Assim, a questão crucial é saber se os sistemas de justiça criminal podem se envolver em práticas que afetem os índices de reincidência e se a sociedade civil tem como ajudar a deter a porta giratória de prisioneiros que cometem um novo crime logo após sua libertação.

Nos últimos 30 anos, a redução do índice de reincidência foi tema de intensos estudos em diversos países. Isso levou ao conceito da “prática baseada em evidências”, ou seja, políticas e ações que as mais rigorosas pesquisas provaram reduzir significativamente a reincidência de criminosos. As melhores práticas podem ser resumidas em seis princípios: a) avaliação de risco atuarial e necessidades associadas ao risco de comportamento criminoso; b) aumento da motivação intrínseca; c) intervenção direcionada; d) treinamento de habilidades com prática direta; e) aumento do reforço positivo; e f) garantia de apoio contínuo da comunidade.

Com essas ações os índices de reincidência podem ser significativamente reduzidos, economizando assim um considerável montante dos contribuintes e, ao mesmo tempo, reduzindo os níveis de criminalidade em geral. A reincidência pode ser reduzida identificando-se e direcionando-se para treinamento as necessidades criminógenas específicas de um infrator. Para serem eficazes, as intervenções devem ser adequadamente direcionadas. Assim, a principal tarefa é identificar quais réus se qualificam para a reabilitação ou programas de tratamento, identificar suas características pessoais e dividi-los em quatro categorias que refletem a probabilidade de cometerem novos delitos: a) risco muito alto; b) alto risco; c) risco moderado; e d) baixo risco.



Para serem mais eficazes, os programas concebidos para reduzir a reincidência devem ser direcionados apenas a infratores de risco moderado a alto. Recursos correccionais são desperdiçados com infratores de baixo risco, porque estes, por definição, já são pouco propensos a cometer outro crime. Além disso, pesquisas mostraram que a exposição de infratores de baixo risco a infratores de risco mais alto, na verdade, aumenta o risco dos primeiros cometerem um novo delito. Isso porque os infratores de risco mais alto tendem a desafiar as atitudes e os comportamentos pró-sociais dos de baixo risco e a apresentá-los a colegas antissociais. Ademais, forçar infratores de baixo risco a participar de programas de redução da reincidência pode atrapalhar influências pró-sociais, como um emprego e relacionamentos positivos que contribuem para que este, justamente, faça parte do grupo de baixo risco.

Os infratores de risco muito alto também não devem ser incluídos em programas de redução da reincidência, porque são criminosos profissionais endurecidos, profundamente enredados numa subcultura criminosa e, portanto, pouco propensos a responder à intervenção correccional. A inclusão desses delinquentes crônicos costuma ser um desperdício de recursos e pode prejudicar aqueles que necessitam dos programas, seja por privá-los da capacidade de receber os serviços necessários ou por expô-los a atitudes e colegas antissociais. Para os infratores de risco muito alto, o tempo e a idade tendem a ser os fatores mais eficazes na redução da reincidência. De fato, pesquisas confirmaram que direcionar os infratores errados para programas de redução da reincidência, ou direcionar inadequadamente os infratores certos para tais programas podem causar mais danos do que benefícios.

Ferramentas atuariais que medem fatores de risco estáticos, como as características do delito e os históricos criminal e de abuso infantil, e dinâmicos, tais como impulsividade, abuso de substâncias e personalidade, são consideravelmente melhores para determinar o nível de risco de um infrator do que apenas o julgamento profissional. Há ainda a possibilidade de combinar essas técnicas. Mas

cabe observar que, para serem eficazes e precisas ao máximo, as ferramentas de avaliação devem responder a necessidades culturais e específicas de gênero, bem como a estilos de aprendizagem individuais e temperamento. Além disso, a natureza dinâmica dos instrumentos de avaliação de risco mais sofisticados requer reavaliações em intervalos regulares para determinar se são necessárias mudanças no programa de reabilitação.

Uma vez definido que o infrator é um candidato adequado para um programa de redução da reincidência, a próxima tarefa é identificar suas necessidades ou características que devem ser alvo do tratamento. Ao tratar dessas necessidades criminógenas, ou seja, daqueles valores e atitudes mais intimamente associados com a probabilidade de cometer crimes, pode-se reduzir o comportamento criminoso. De acordo com pesquisas meta-analíticas, entre as necessidades criminógenas mais preditivas da probabilidade de comportamento criminoso estão o baixo autocontrole, a personalidade antissocial, amigos criminosos, família disfuncional e abuso de substâncias.

Assim, o tipo de programa deve coincidir com as necessidades do infrator. Há poucos benefícios em se incluir um viciado em drogas num programa de controle da raiva, ou vice-versa. Também deve ser fornecida a quantidade apropriada de serviços, estrutura pró-social e supervisão. Infratores de risco mais alto requerem consideravelmente mais estrutura e serviços, ao menos no início, do que aqueles que oferecem baixo risco. Finalmente, é decisivo que o tratamento seja aplicado como parte integrante do processo de sentença e sanções, e não como um mero serviço superficial.

Porém, para se obter uma mudança comportamental positiva e reduzir a reincidência, é importante aumentar a motivação intrínseca dos infratores. Em outras palavras, os infratores precisam ser “automotivados” a mudar para que essa mudança comportamental seja, de fato, duradoura. Pesquisas indicam que o principal obstáculo para desencadear essa transformação é a ambivalência ou falta de determinação. Muitas vezes, eles não

têm certeza quanto ao tipo de comportamento que desejam adotar e, ficam, portanto, abertos à influência positiva de profissionais encarregados dos tratamentos, supervisores da liberdade vigiada e outras figuras de autoridade com as quais entram em contato no sistema de justiça criminal. Através do uso da “entrevista motivacional” – técnica de comunicação que ajuda as pessoas a vencerem sua ambivalência em relação à mudança comportamental – pode-se e deve-se encorajar os infratores a “comprar” a ideia da necessidade de mudar seu comportamento.

Durante a entrevista motivacional, é importante que o profissional expresse empatia, escute reflexivamente, enfatize a discrepância entre o comportamento atual do infrator e seus objetivos, encoraje-o a apresentar argumentos para a mudança, ofereça novas informações e maneiras alternativas de olhar para os problemas e apoie a autoeficácia.

Quanto mais essas técnicas são usadas para envolver os infratores no processo de mudança comportamental e proporcionar-lhes um senso de propriedade sobre tudo isso, maiores as chances de redução da reincidência. Isso significa que juízes e outras figuras de autoridade devem, na medida do razoável, permitir que os infratores escolham entre uma série de estratégias alternativas e que se tornem participantes ativos na elaboração de um plano de supervisão e tratamento.

Além da entrevista motivacional, existem evidências de que programas baseados na fé também podem “automotivar” os infratores a fazer mudanças comportamentais positivas e diminuir a probabilidade de reincidência. Em 2007, um estudo da Urban Institute em duas Instituições Correccionais Baseadas em Fé e Caráter (FCBIs, na sigla em inglês) mostrou que, “embora a maioria das análises dos desfechos não tenha sido estatisticamente significativa, a orientação das diferenças entre os grupos de tratamento e controle favorece o modelo da FCBI, com seus detentos reencarcerados a índices mais baixos e após períodos de tempo mais longos do que suas contrapartes na população em geral”. Mas o

estudo, além de ter uma amostragem pequena, foi prejudicado por não haver como garantir “que a diferença nos índices de reincidência entre detentos do FCBI e da população em geral seja resultado da experiência das FCBIs”.

Ainda assim, outros estudos encontraram resultados igualmente encorajadores com relação ao uso de programas baseados na fé para reduzir a reincidência. Por exemplo, um estudo exploratório publicado em 2002 comparou os índices de reincidência em duas prisões brasileiras consideradas modelo num país que enfrenta muitos problemas na justiça criminal. Uma delas, a de Humaitá, é uma instalação baseada na fé financiada pelo Prison Fellowship e dirigida por voluntários da igreja local que utilizam programas religiosos para reformar os infratores. A outra, de Bragança, é baseada, principalmente, no treinamento vocacional e no uso da indústria de prisões para preparar melhor os detentos para a libertação e reduzir os custos operacionais. O estudo comparou os índices de reincidência para prisioneiros egressos dessas duas instalações durante uma janela de três anos após a libertação, de 1996 a 1999, e constatou que ambos são extremamente baixos para qualquer que seja o padrão (16% para Humaitá e 36% para Bragança), mas que o de Humaitá é significativamente mais baixo do que o de Bragança. Estudos como esse, bem como sentido de história e bom senso, confirmam que a crença religiosa pode ser uma poderosa fonte de motivação.

Outra maneira de conceitualizar o que já foi dito acima é dizer que, a fim de reduzir a reincidência, as condições de soltura devem refletir o que Carl Wicklund, diretor-executivo da American Probation and Parole Association (Associação Americana de Liberdade Vigiada e Liberdade Condicional), chama de “três R” das condições de supervisão: elas devem ser realistas – poucas e atingíveis; relevantes – personalizadas para riscos e necessidades individuais; e respaldadas por pesquisas – baseadas em evidências de que elas mudarão o comportamento e resultarão em maior segurança pública e desfechos de reintegração. Em suma, uma abordagem única para todos não

é suficiente, mas, direcionando os infratores certos para o caminho certo, a probabilidade de reincidência pode ser diminuída.

Um impressionante número de pesquisas constata que programas cognitivo-comportamentais fundamentados na teoria da aprendizagem social são os mais eficientes na redução da reincidência. Essencialmente, esta teoria postula que o comportamento criminoso, como todo comportamento humano, é aprendido, e que as consequências comportamentais moldam a conduta futura. Em outras palavras, comportamentos que geram resultados positivos são reforçados, enquanto aqueles que resultam em efeitos negativos são desencorajados. Tratamentos que fornecem um conjunto claro de consequências, tanto positivas como negativas, ajudam os infratores a desenvolver autocontrole e a assumir a responsabilidade por seus atos. Ao serem recompensados por comportamentos pró-sociais e punidos pelos antissociais, os infratores vão aprender gradativamente as habilidades e as atitudes pró-sociais necessárias para se tornarem membros da sociedade, cumpridores da lei. Mas somente através de envolvimento ativo e da repetição é que esses procedimentos serão internalizados e adotados.

Ao aprender novas habilidades e fazer mudanças comportamentais, os seres humanos respondem muito melhor e mantêm o comportamento aprendido por períodos de tempos mais longos quando abordados com reforços positivos, e não com sanções negativas. De fato, as pesquisas indicam que o *feedback* positivo deve ser usado quatro vezes mais do que o negativo para aumentar a motivação individual, para fazer a mudança comportamental positiva e reduzir a reincidência. Também é importante notar que o *feedback* positivo não precisa ser elaborado e aplicado regularmente. Esse reforço positivo pode ser esporádico ou aleatório, desde que seja abundante em comparação ao *feedback* negativo. Em contraste, o reforço negativo deve ser aplicado rápida e consistentemente para ser eficaz. Embora de início alguns infratores possam resistir, eles tenderão a se comportar de modo a acumular o máximo de recompensas e o mínimo de punições.

Muitas vezes, o período imediatamente após o tratamento é o que oferece o maior risco de recidiva, em particular, para infratores que estão tentando manter mudanças comportamentais positivas e ao mesmo tempo retornam a uma família disfuncional ou a uma rede social de colegas criminosos.

É durante esse período de transição que grande parte do progresso feito no tratamento pode ser perdido ou corroído pelas circunstâncias pós-tratamento de um infrator. Portanto, não surpreende que o fator mais importante para a sustentação da mudança comportamental positiva talvez seja o apoio contínuo das pessoas mais próximas dos infratores, como parentes, amigos, empregados, sacerdotes e outros integrantes da comunidade. Uma vez em liberdade, a maioria dos contatos de um infrator tende a ser com gente sem relação direta com o sistema de justiça criminal. Mas são, justamente, essas pessoas que exercerão a maior influência. Recrutar e envolver ativamente a rede comunitária para que ela forneça o reforço positivo e o apoio pró-social pode ser a diferença entre a mudança comportamental breve e aquela transformadora de longa duração que reduz a reincidência.

Também é importante reconhecer o papel que a sociedade civil pode desempenhar no apoio aos infratores em suas comunidades, incluindo não só programas de tratamento e reabilitação, mas também ao ajudá-los na sua reintegração à sociedade. Em muitos lugares, a sociedade civil oferece aos prisioneiros serviços concebidos

para reduzir a reincidência. Os tribunais para dependentes químicos, por exemplo, são uma experiência bem-sucedida com prática baseada em evidências. Seu conceito, geralmente, consiste num programa de tratamento supervisionado por um tribunal, que oferece supervisão judicial intensiva e monitoramento de infratores, e utiliza reforços positivos e negativos para incentivar a conformidade dos infratores e para torná-los responsáveis por seus atos. O primeiro tribunal para dependentes químicos foi criado em 1989 e hoje são mais de 1.600 em operação nos Estados Unidos. Pesquisas constataram que eles reduzem significativamente a reincidência, de 10% a 70%. Uma revisão abrangente de mais de 40 estudos sobre os tribunais para dependentes químicos descobriu uma redução média da reincidência de 13%, e o U.S. General Accounting Office (Departamento Geral de Contabilidade dos Estados Unidos) corroborou, em 2005, a afirmação de que eles reduzem a reincidência dos infratores. Ademais, muitos pesquisadores proeminentes concluíram que os tribunais para dependentes químicos ultrapassam o desempenho de praticamente todas as demais estratégias para tratar delinquentes envolvidos com drogas. Eles são bem-sucedidos na redução da reincidência, porque implementaram muitas das práticas baseadas em



evidências, que se mostraram eficazes. Como foco em infratores de alto risco, ameaça iminente de encarceramento, uso abundante de reforço positivo e sanções intermediárias justas e consistentes para não conformidade, entrada precoce do infrator em tratamento e tratamento contínuo por pelo menos um ano.

Pesquisas conduzidas ao longo desses últimos 30 anos fizeram muito para identificar como reduzir os índices de reincidência, mas a implantação de políticas e práticas com esse objetivo é ainda irregular. Muitos obstáculos permanecem para que se possa se implantar efetiva e eficientemente melhores práticas.

Esses desafios incluem, entre outros: 1) ausência de sanções intermediárias baseadas na comunidade, adequadas à natureza dos delitos cometidos e dos riscos do infrator; 2) dificuldade para fornecer a juízes e advogados informações e dados precisos e relevantes sobre sentenças; 3) dificuldade para fornecer a juízes e advogados o acesso a informações precisas sobre tratamentos e programas de reabilitação disponíveis, e seu sucesso na redução da reincidência para certos tipos de infratores; 4) falta de programas de treinamento para juízes, supervisores de liberdade condicional e liberdade vigiada e outros atores do sistema de justiça criminal que ensinam as melhores práticas para reduzir a reincidência,

incluindo, entre outros, entrevistas motivacionais; 5) não inclusão da redução da reincidência como um objetivo fundamental explícito nas políticas de sentenciamento; 6) falta de flexibilidade nos esquemas de sentenciamento estatutários impostos legislativamente, que impede os juízes de direcionar os infratores aos programas que seriam mais propensos de reduzir a probabilidade de reincidência; 7) falta de instrumentos sofisticados de avaliação de risco; e 8) falta de dados confiáveis sobre a eficácia dos programas de redução da reincidência.

Quanto ao último ponto, continua muito difícil medir de forma confiável quais programas de redução da reincidência específicos são os mais eficazes, por que e até que ponto eles realmente reduzem a reincidência. Existem muitas variáveis em jogo, e nenhum infrator é exatamente igual ao outro. Estudos realizados sobre vários programas de redução da reincidência ao longo dos anos mostraram que tais iniciativas reduzem a reincidência entre 10% e 50% – uma ampla faixa – e, devido às muitas variáveis envolvidas, identificar exatamente por que determinados programas funcionam melhor do que outros é uma tarefa difícil. Somente através de pesquisas contínuas e da reunião de mais dados podemos esperar desenvolver métricas melhores e mais precisas para orientar nosso progresso.

artigo

MAXIMIZANDO A EFICÁCIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

EDUARDO JANY E JOSEPH M. ROBINSON

Eduardo Jany

DIRETOR DE PROGRAMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA
DA CAMBRIDGE INTERNATIONAL SYSTEMS

EDUARDO JANY

Eduardo Jany é major do Corpo de Fuzileiros Navais (reserva) dos Estados Unidos e participou de operações de combate destacado como chefe de equipe de unidade de coalizão contra terrorismo e conselheiro de operações especiais. Serve atualmente como oficial de ligação de assuntos no combate ao narcotráfico e contra o terrorismo no Escritório de Ligação Militar junto a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Foi comandante de Companhia de Reconhecimento e Comando Anfíbio, Oficial Executivo, Comandante de Pelotão Especial, e chefe de equipe. Também serviu nas Forças Especiais do Exército dos EUA e como instrutor de operações especiais na Escola das Américas. Atualmente, é diretor de Programas de Segurança Pública da Cambridge International Systems.

Is major of the US Marines (reserve) and participated in special combat operations as head of an anti-terrorism coalition unit and advisor of special operations. Is currently liaison officer on matters against drug trafficking and terrorism in the Military Liaison Office of the US Embassy in Brazil. Was commander of an amphibious corps reconnaissance company, executive officer, commander of a special platoon and chief of staff. Also served in the US Army Special Forces and was instructor of special operations in the School of the Americas. Nowadays, is director of Public Security Programs in Cambridge International Systems.

Joseph M. Robinson

ESPECIALISTA EM SEGURANÇA PÚBLICA

JOSEPH M. ROBINSON

Graduado em gestão de segurança pública pela Thomas Edison State College A.S. e em direito criminal pela Valencia C.C, Flórida, Joseph M. Robinson foi policial por mais de 26 anos, atuando como supervisor da Unidade de SWAT e como chefe de gabinete e assessor especial do prefeito da cidade de Orlando. Foi também comandante das unidades de treinamento, doutrina e recrutamento, além de comandante de patrulha especial, oficial de Relações Públicas, subdiretor da Academia de Polícia Regional, supervisor da Unidade de Polícia Montada e supervisor de Patrulha. Joseph também é instrutor em assuntos de ameaças especiais, gerenciamento de crises e emergências, armas de destruição em massa, entre outros. É especialista em preparação de unidades de segurança em portos, aeroportos e eventos públicos.

With a degree in Administration of Justice from the Thomas Edison State College A.S. and Criminal Law from Valencia C.C, Florida, Joseph M. Robinson was a police officer for 26 years as supervisor of the SWAT unit and as chief of staff and special assistant to the mayor of Orlando. He was also commander of the training, teaching and recruitment units, as well as special patrol commander, public relations officer, deputy director of the Regional Police Academy, supervisor of the Mounted Police Unit and patrol supervisor. Joseph is also an instructor in special threat situations, crisis and emergency and weapons of mass destruction management, among others. He is a specialist in training security units at ports, airports and public events.

RESUMO

O presente artigo procura comparar a atual situação do Rio de Janeiro com as operações militares norte-americanas no Oriente Médio. O foco principal dos autores é de que forma a qualidade de vida, combinada a uma abordagem ética e de bom senso dos problemas, permitiu às forças reduzirem proporcionalmente as operações, empregando soluções que buscaram responder às necessidades comunitárias, melhorar a interoperabilidade e promover a prontidão e a conscientização dos órgãos responsáveis. Jany e Robinson também resumem a necessidade de pensar e agir de maneira ampla, utilizando respostas que maximizem os efeitos das unidades envolvidas nas operações de segurança pública por meio de quatro regras básicas: a) preparar as pessoas para o sucesso; b) usar o bom senso; c) trabalhar com mais inteligência e não com mais esforço; e d) maximizar as comunicações.

Desde os primórdios da segurança pública organizada, administradores e líderes apresentaram uma tendência para tratar problemas criminais aumentando a quantidade de pessoal e o volume de recursos investidos. Com frequência, tais aumentos não levam em conta uma liderança eficiente, processos de planejamento e comunicações, e mostram-se, portanto, pouco efetivos. Na maioria dos países, a segurança pública desenvolveu-se amplamente com base em modelos militares completos, com estruturas hierarquizadas, cadeias de comando e medidas de controle uniformes. Infelizmente, a confiança em uma estrutura militar não foi de grande valia na maioria das operações de segurança pública.

Muitos compararam as recentes operações e a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro às forças de coalizão envolvidas em operações de contrainsurgência, combate e contraterrorismo no Oriente Médio. Embora tais comparações a conflitos armados irregulares possam não ser 100% válidas, é interessante notar as semelhanças entre os traficantes de drogas e líderes de gangues

SUMMARY

This article looks to compare the current situation of Rio de Janeiro with North American military operations in the Middle East. The authors' main focus is how the quality of life, combined with an ethical and common sense approach to problems, has permitted the forces to reduce operations proportionately, adopting solutions that try to meet community needs, improve inter-workability and encourage readiness and awareness of the responsible agencies. Jany and Robinson also sum up the need to think and act widely and to use responses that maximize the effects of units involved in public security operations in four basic rules: a) prepare people for success; b) use common sense; c) work intelligently rather than forcefully; and d) maximize communications.

nas favelas e as organizações subversivas ou os insurgentes de hoje. Por definição, insurgência é o uso organizado de subversão e violência para tomar, anular ou desafiar o controle político de uma região. Como tal, é, em princípio, uma luta política, na qual ambos os lados usam a força das armas para criar espaço a fim de que suas atividades políticas, econômicas e de influência sejam efetivas. Em geral, os insurgentes obtêm financiamento e benefícios de atividades ilícitas e assumem o controle das populações através de uma combinação de persuasão, subversão e coação, empregando táticas de guerrilha para neutralizar as forças de segurança do governo. Diante da violência e das táticas de guerrilha utilizadas por traficantes de drogas e membros de gangues, combinadas com o controle e dominação que exercem sobre a comunidade através de coação e extorsão, pode-se realmente argumentar que existem mais fatores convergentes com uma insurgência do que divergentes. Assim sendo, uma operação de contrainsurgência de estilo militar seria tolerada? Certamente não dentro de um país como o Brasil. Entretanto, o que pode e deve ser considerado são as causas primárias que levam a

esses conflitos e como as entidades de segurança pública podem agir sem contar unicamente com operações táticas.

O sucesso do general David Petraeus, diretor da CIA no Iraque e no Afeganistão, deveu-se à sua capacidade de entender sua área de operações e o cenário de guerra irregular em uma perspectiva mais ampla. Petraeus afirmou que “combater terroristas e o extremismo exige mais do que uma abordagem militar convencional. As operações militares permitem livrar áreas de elementos extremistas e insurgentes, e impedi-los de se reorganizarem. Mas a base de toda estratégia de contrainsurgência deve se concentrar no fato de que o elemento decisivo é o terreno humano, não as posições elevadas nem a travessia dos rios”. Ele acrescenta ainda que é preciso manter em foco a população e a ampliação dos serviços básicos, e deslegitimar os grupos insurgentes concedendo apoio e proteção. Pensar, cuidar e compreender, além da justificativa militar, leva à melhoria das condições nesses ambientes desafiadores e dinâmicos. Militares e governantes estão descobrindo que, em muitos casos, menos é mais.

A redução de pessoal e de recursos nas forças militares fez com que líderes ponderassem sobre soluções criativas além das respostas militares tradicionais. Nos últimos anos, os maiores êxitos no Oriente Médio não resultaram de ações cinéticas. Na verdade, em conversas entre alguns dos principais comandantes americanos, ouve-se menos sobre ações militares e mais sobre o que realmente afeta a segurança geral. Problemas relativos à qualidade e às condições de vida, como eletricidade, esgoto, ruas e saneamento, escolas, hospitais, funcionários públicos, correio etc., recebem muito mais atenção do que as operações de combate propriamente ditas. Se vamos de fato comparar a situação das favelas cariocas a um cenário de guerra irregular, é preciso prestar atenção em como o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, e suas equipes desenvolveram tão habilmente estruturas e mecanismos de funcionamento que reúnem negócios, Organizações Não Governamentais (ONGs) e órgãos do governo em uma resposta ampla e conjunta.

Cabral, Beltrame e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, procuraram não só levar segurança às favelas, mas restaurar a ordem e os serviços públicos. Afinal, a ausência destes contribuiu para a propagação do ambiente violento e, conseqüentemente, fomentou o crescimento de pseudoinsurgências. Quais seriam, então, os elementos essenciais para assegurar que a segurança pública responda efetivamente aos cenários atuais?

O preparo e a distribuição adequada de pessoal nas áreas críticas, o fornecimento de equipamentos apropriados, a interação e a comunicação dentro das organizações são, certamente, fatores-chave. Isso traz à mente quatro regras básicas para o êxito da missão que são: a) preparar as pessoas para o sucesso; b) usar o bom senso; c) trabalhar com mais inteligência e não com mais esforço; e d) maximizar as comunicações.

Segundo Henry Kissinger, “a tarefa do líder é levar as pessoas de onde estão para onde nunca estiveram”. Preparar as pessoas para o sucesso significa fornecer treinamento, equipamentos, orientação e supervisão necessários para executar a missão corretamente. É desanimador encontrar algumas das unidades mais ocupadas sem o devido apoio. O pessoal operacional não pode ter sucesso sem equipamentos adequados. Não se espera que um médico realize uma cirurgia sem um bisturi. Então por que se considera aceitável mandar um policial para as ruas sem um colete à prova de balas ou algemas? E os supervisores devem ter conduta exemplar. Os melhores supervisores e líderes são aqueles que saem e observam seu pessoal em ação. Liderar pelo exemplo é importante porque o líder forte vai apresentar sua imagem positiva e definir o tom da ética e dos valores para seus subordinados. Jones T. M. relata que a maioria dos problemas dos órgãos de segurança pública não se deve à “falta de talento, mas de boa forma ética”. Liderança ética exige forte comunicação bidirecional, treinamento e monitoramento ético e, evidentemente, humildade. A responsabilidade pelas ações é essencial, assim como ser um exemplo a ser seguido.

É bastante difícil explicar a um indivíduo por que ele está sendo punido quando, em muitos casos,

seus líderes ou políticos passam despercebidos, ou pior, saem ilesos quando cometem o mesmo crime ou faltas ainda mais graves. Deve-se tomar cuidado para que o mau treinamento e o mau comportamento não tomem conta do pessoal. Quando indivíduos ou grupos se livram de punições por desvio de normas, leis ou regulamentos, seu raciocínio se torna dominado pela lógica de que sucessivas aceitações do desvio das normas estabelecidas implicam êxitos futuros. Com o tempo, o indivíduo ou o grupo, e em alguns casos a própria organização, deixam de ver suas ações como irregulares. É preciso salvaguardar-se da normalização do desvio, conduzindo inspeções frequentes e verificações focalizadas, dando autonomia aos seus líderes juniores, tornando as pessoas responsáveis pessoal e profissionalmente, e lembrando-as de que as normas levam ao sucesso. Chefes, líderes sêniores e comandantes são as bússolas morais de suas organizações. Por meio de sua personalidade, ditam o tom para que seus subordinados trabalhem com mais inteligência e mais ética.

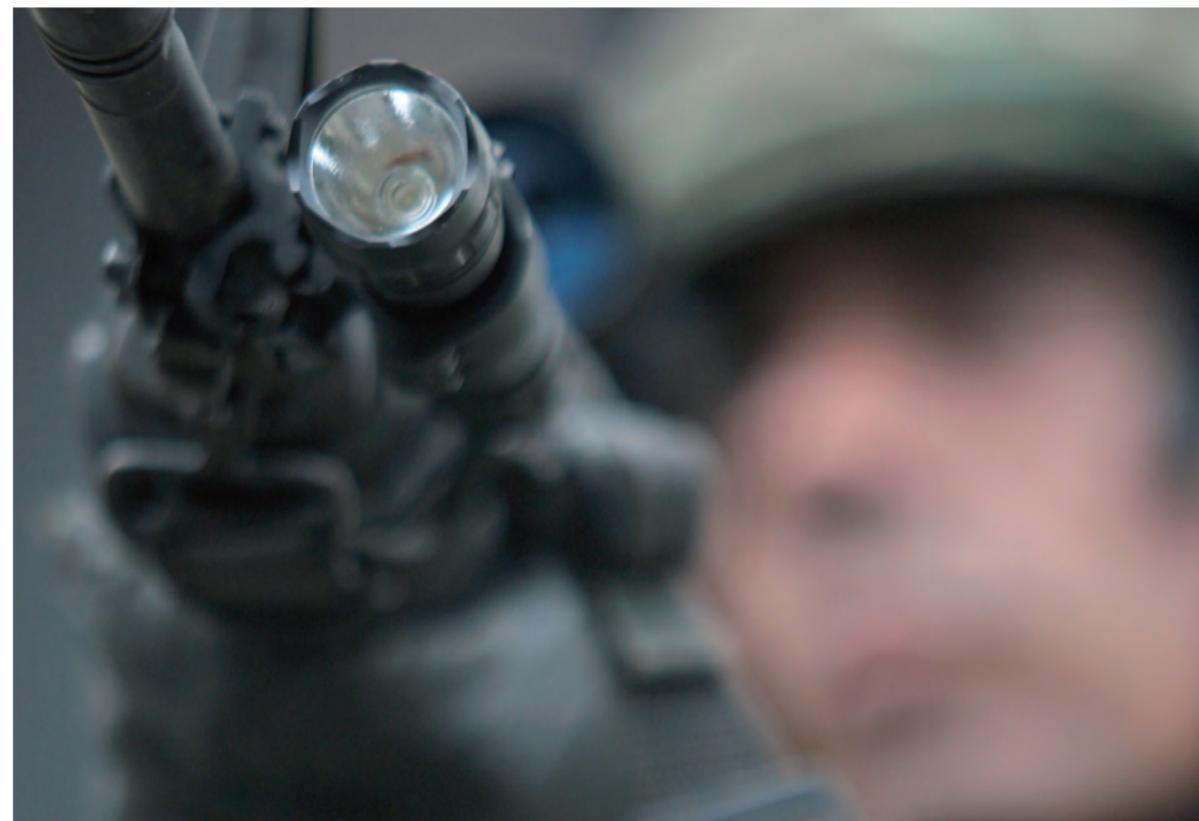
Em relação ao bom senso, um plano simples e bem-executado sempre será concluído com sucesso e, talvez, seja mais eficiente do que um plano complexo.

“Boa sorte é o que acontece quando a oportunidade encontra o planejamento”, já disse Thomas A. Edison. Os subordinados devem, portanto, ser incentivados a participar dos processos de planejamento. As unidades com experiência operacional em determinada área devem ser consultadas e envolvidas nos planos estratégicos, operacionais e táticos. É preciso incorporar lições aprendidas e projetar planos com base nos pontos fortes e nas capacidades das unidades. Designar uma unidade que se mostrou fraca para funcionar como exibição de força em determinada área faz tanto sentido quanto designar uma unidade ágil e altamente qualificada para uma tarefa corriqueira. Deve-se incorporar segurança e proteção a cada aspecto do treinamento e das operações, não apenas do ponto de vista de suas forças, mas também do público. Uma única bala perdida dentro de uma escola ou de uma casa provavelmente vai anular o sucesso da prisão de dez traficantes. É preciso ter em mente que toda ação gera consequências.

Conflitos e crime fazem parte do universo humano. Criminosos estão sempre aprendendo e se adaptando, então devemos fazer o mesmo. Trabalhar com mais inteligência e não com mais esforço.

Com adversários adaptáveis, devemos sempre olhar para nós mesmos. Ter flexibilidade é essencial. Por que levar um batalhão para uma operação para a qual um esquadrão é suficiente? No Iraque e no Afeganistão, bem como nas ruas dos Estados Unidos, aprendemos o quanto se fica vulnerável quando um veículo blindado de milhões de dólares é derrotado por um dispositivo explosivo construído com materiais caseiros a um custo de US\$ 50. Os mais modernos cruzadores da Marinha ou cargueiros equipados com a tecnologia mais moderna de satélite não conseguem derrotar um grupo de homens pobres em barquinhos armados com rifles. Quão eficientes somos nós, quando 19 homens com estiletes comprados em uma loja de ferragens derrubam três aeronaves, matando milhares de pessoas e deixando uma nação de joelhos? Podemos proteger uma favela apenas por meio da força ou devemos encontrar mecanismos para sustentar um clima positivo de segurança através de serviços básicos? Precisamos nos adaptar e aprender o que é preciso para cumprir uma missão sem sobrecarregar pessoal, equipamentos ou estrutura de apoio com atividades ou ações desnecessárias.

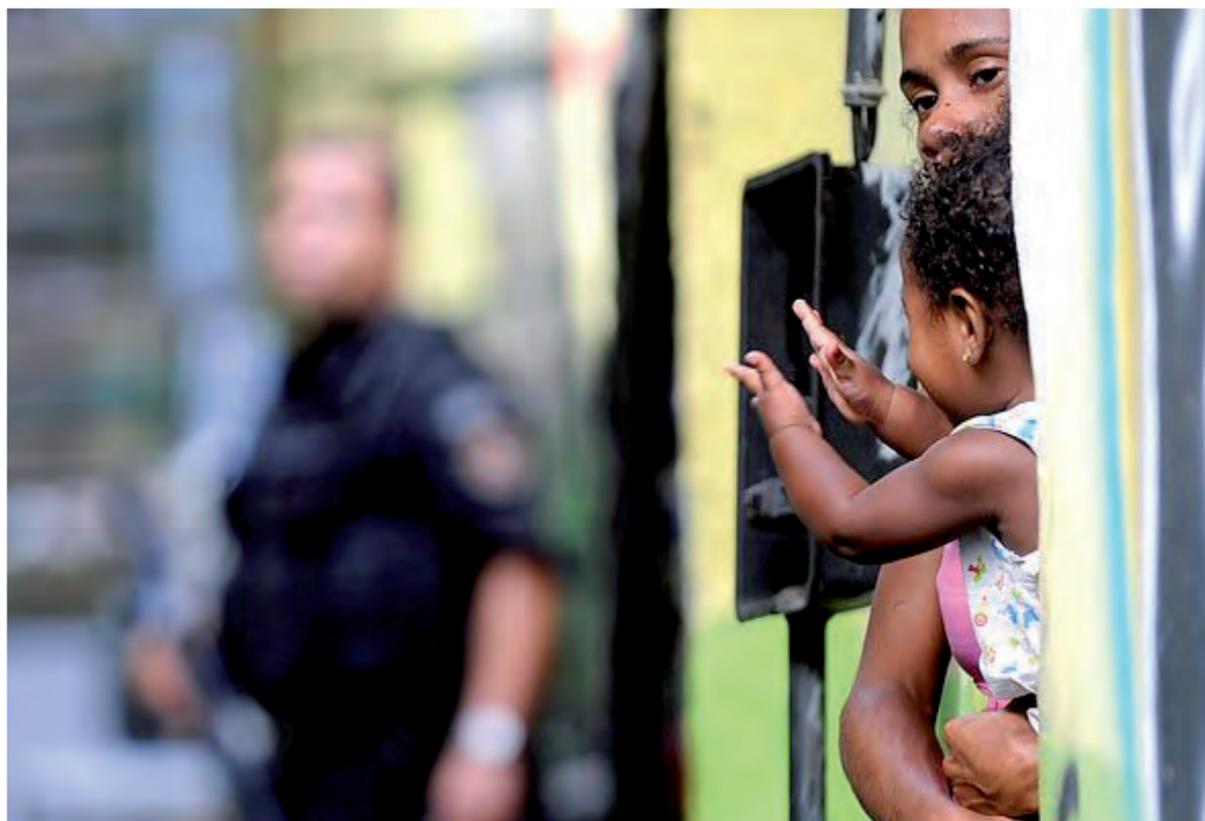
O planejamento deve incluir avaliações oportunas dos requisitos das missões, antecipar ameaças ou confrontos, considerar tempo, terreno, clima e pessoal disponível, assim como fazer todos os esforços para trabalhar com eficiência. À primeira vista, ter 35 mil policiais em um órgão de segurança pública parece ótimo. Mas se considerarmos que alguns destes têm mais de 65% de seu pessoal em cargos administrativos, como motoristas, operadores da manutenção e até mesmo barbeiros, será que estamos realmente maximizando nosso pessoal? Em tempos de redução de recursos, nenhum órgão pode justificar ter policiais dando milho aos pombos. Os chefes devem garantir a alocação de pessoal em tarefas operacionais e visíveis ao público. Os gerentes de nível médio devem assegurar que seu pessoal seja treinado e equipado e os supervisores devem garantir que este



60 efetivo seja utilizado em suas tarefas, orientados e avaliados diariamente.

E quando o assunto é comunicação, é fundamental certificar-se de que ela, de fato, ocorreu. Desde que, em 1888, Guglielmo Marconi inventou a comunicação sem fio, não há desculpas para uma entidade de segurança pública não conseguir se comunicar diretamente com outra. Mas, apesar disso, a comunicação bidirecional e a interoperabilidade dos sistemas de comunicação continuam a ser um obstáculo significativo para a melhoria da pontualidade e da eficiência dos serviços de segurança pública. A incapacidade física de se comunicar de maneira ampla é independente e distinta da relutância, ou até mesmo da completa recusa, de uma organização se comunicar com outra devido a territorialismo, tradição ou falta de confiança. O público deposita sua confiança nos órgãos de segurança pública e estes devem deixar para trás barreiras existentes somar os talentos em nome do bem comum.

A fim de fortalecer o preparo e a resistência, as comunicações dentro de cada órgão e entre eles devem ser eficientes. A resposta e a perda de propriedade, receita e infraestrutura decorrentes dos atentados de 11 de setembro, em Nova York, revelaram muitas falhas nos sistemas de comunicação da segurança pública dos Estados Unidos. Primeiro, e sobretudo, faltou uma estratégia governamental de comunicação de risco ou ameaça amplamente institucionalizada. Falhas em termos de compartilhamento de informações e a ausência de uma estratégia de recuperação pós-incidente resultaram, em alguns casos, em duplicação de esforços, uso excessivo de recursos e confusão. Uma grande ação criminosa, ato terrorista ou desastre natural durante um evento mundial, como uma Copa do Mundo ou os Jogos Olímpicos, teria importância nacional e exigiria resposta do governo como um todo. A falta de coordenação central, de consistência de mensagens e de integração e interoperabilidade em todos os níveis resultaria em graves ramificações.



Imagine os milhões de pedidos de informação e chamados de emergência após uma catástrofe ou atentado terrorista. A falta de uma estratégia de comunicação coerente, incluindo parcerias público-privadas, cooperação e interação federal, estadual e municipal, poderia incapacitar um sistema de segurança pública já vulnerável e ter impactos de segunda e terceira ordens sobre a economia e a qualidade de vida. É essencial haver um circuito ou processo de *feedback* que permita ao público obter mensagens e informações sobre riscos ou ameaças antes e depois de qualquer atentado ou desastre. A falta de integração, tanto horizontal quanto vertical, tenderá à fragmentação, inconsistência e respostas caóticas às crises. Deve haver uma parceria ativa e contínua, bem como um ambiente de confiança, interação e cooperação. Isso só pode ser alcançado a partir de um planejamento conjunto de interoperabilidade, treinamento, comunicação e responsabilidade compartilhada. Essas organizações compostas por diversos órgãos garantem unidade de esforços, protocolos e doutrina comuns, produzindo respostas bem-sucedidas e eficientes às crises.

Alem disso, os resultados da comunicação contínua para sintetizar e apresentar as melhores práticas só serão bem-sucedidos e sustentáveis se a informação for categorizada, catalogada e disponibilizada aos usuários finais da segurança pública, que prestam serviços diretos ao público. Estratégias como mapeamento de crimes e análise de tendências permitirão aos líderes da segurança pública alocar ativos com mais precisão onde são realmente necessários. Se policiais treinados são posicionados nas áreas onde ocorrem mais crimes, eles tendem a diminuir. Um contra-argumento a essa estratégia é o de que o crime será deslocado e não extinto. Mas, para um traficante de drogas, o deslocamento causa tantos transtornos quanto para um cidadão cumpridor das leis. É preciso criar novas raízes, um novo círculo de amizades e uma nova base profissional. Enquanto estão enfraquecidos, esses criminosos deslocados podem ser monitorados e interceptados para que não mais recuperem sua antiga importância e *status*.

Por último, nenhuma instituição pode operar num vácuo dentro de uma sociedade democrática, seja ela as Forças Armadas, a Polícia ou os políticos.

61 A educação afeta o transporte, que afeta a segurança pública, e tudo isso combinado afeta a qualidade de vida da população. Os militares modernos não se restringiram a simplesmente atacar o inimigo como uma maneira eficiente de estabelecer a paz em meio à guerra. Eles aprenderam a ligar os pontos, executando projetos de infraestrutura e conscientização cultural, escutando as pessoas nas áreas onde operam. Portanto, a segurança pública, como uma das instituições de proteção e cultivo de uma democracia, deve fazer essa amarração incluindo público, indústria, políticos e mídia, a fim de ser realmente eficiente para enfrentar os problemas do século 21. O que foi feito no passado, operando em isolamento, por conta própria, já se mostrou não eficaz. Portanto, os novos líderes devem dar um salto de fé para unir forças com quem está dentro e fora do setor de segurança, a fim de tornar as ruas seguras para viver, trabalhar e criar uma família.

Finalmente, é essencial acompanhar resultados. O sucesso das forças de coalizão no Oriente Médio, bem como das UPPs do Rio de Janeiro, só estará totalmente concluído se, nos anos vindouros, as comunidades onde estão instaladas realmente experimentarem melhorias quantificáveis nos serviços governamentais, como infraestrutura e segurança. O sucesso das operações iniciais já está sendo sentido, mas os líderes políticos e as autoridades de segurança pública devem procurar manter níveis sustentáveis de segurança, através da qualidade de serviços e envolvimento da comunidade em bases permanentes. Alcançar o sucesso e maximizar os efeitos da segurança pública em ambientes tão dinâmicos exigem não só medidas enérgicas de policiamento e segurança, mas também ênfase na liderança civil local e envolvimento comunitário, criando interessados que compartilhem responsabilidade e esforços futuros em educação, saneamento, saúde e oportunidade.

A parceria entre esses interessados, bem como com o setor privado, e a atenção às quatro regras básicas resultarão em maior eficiência da segurança pública, de forma mais duradoura.



artigo

MINISTÉRIO PÚBLICO: CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

ROBERTO JATAHY

Roberto Jatahy

SUBPROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO E PROFESSOR DA ESCOLA DE DIREITO DA FGV

ROBERTO JATAHY

Graduado em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com mestrado na Universidade Estácio de Sá, Carlos Roberto Jatahy é procurador de justiça. É professor na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (Direito Rio/FGV), e coordenador da comissão encarregada de elaborar a Lei Orgânica do Ministério Público Fluminense (LC 106/03).

Has a degree in Law from the Rio de Janeiro State University (UERJ) and a master's from Estácio de Sá University. Is Attorney General, professor at School of Law of FGV Foundation (Direito Rio/FGV), and coordinator of the Committee in charge of drafting the Organic Act of the Rio de Janeiro State Department of Justice (LC 106/03).

RESUMO

Há 24 anos no Ministério Público, Roberto Jatahy fala com propriedade da evolução que ocorreu nesse período e dos grandes desafios que ainda precisam ser enfrentados pela instituição. Jatahy discorre sobre o MP nas ocupações, as centrais de inquérito e o Conselho Nacional. Ele defende a independência funcional com unidade para que o MP não se torne um corpo sem cérebro, e acredita que o promotor não pode ser uma ilha, mas precisa conversar com seus colegas. Essa integração com diversas aulas, um planejamento e um MP resolutivo são, segundo ele, os desafios atuais do Ministério Público.

SUMMARY

Roberto Jatahy, 24 years in the Department of Justice, talks from his experience of the progress made during this period and the major challenges that are still awaiting a solution in the institution. Jatahy discusses the Department of Justice in occupations, inquiry centers and the National Council. He defends a united functional independence so that the Department does not become a brainless body, and believes that the public prosecutor cannot be isolated but needs to talk to colleagues. This integration with different classes, planning and a resolutive Department are, he believes, the current challenges of the Department of Justice.

Desde que eu ingressei no Ministério Público (MP), há 24 anos, houve uma evolução em diversos setores. Após 1988, o MP passou a ter duas grandes vertentes. Uma delas diz respeito à área criminal. Nós já éramos os titulares da ação penal, mas passamos a ter o controle externo da atividade policial por força da Constituição. Então, na década de 90, nos aproximamos mais da polícia. Criou-se uma delegacia de repressão ao crime organizado e passou-se a trabalhar em conjunto. A partir daí, iniciou-se o que se chamava na época de GECOR, Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado. E essa aproximação entre o MP e a polícia é absolutamente necessária. Por quê? Porque o MP é o destinatário de todo o trabalho da polícia. Toda a investigação que ela faz é destinada ao promotor de justiça. Por isso, quanto mais próximos eles estiverem, melhor.

A expressão ‘controle externo da atividade policial’ não quer dizer subordinação da polícia ao Ministério Público. Ao contrário do que ocorre em outros países, onde há uma subordinação administrativa, no Brasil isso não existe. Esse controle externo é o controle de legalidade para evitar abusos na investigação e não para monitorar ou para desconfiar da atividade policial. Essa integração é fundamental, porque o aparato da segurança pública é uma coisa única; polícia, MP, Judiciário e sistema prisional. Trata-se de uma cadeia em que todos os elos precisam estar ajustados. Eventualmente, excessos de promotores e de policiais são reservados a um processo administrativo. Mas a instituição deve funcionar sem embargo dos eventuais problemas entre as pessoas.

Com essa experiência do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado, percebeu-se que poderia haver um promotor trabalhando diretamente com a polícia, o que não existia até então. Assim, em 1991, o Rio de Janeiro foi o primeiro estado no Brasil a criar as Centrais de Inquérito, ou seja, promotorias de investigação penal destinadas a acompanhar o trabalho da polícia. Hoje, o Nordeste está querendo adotar esse modelo.

Naquele momento, o MP percebeu que o trabalho da polícia envolve inteligência. Hoje em dia, o trabalho da polícia é muito mais de análise de informações e planejamento de operações do que apenas estar nas ruas. Atualmente, também no Rio de Janeiro, existe a Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI), que é

uma unidade no MP com cerca de 200 policiais cedidos pela Secretaria de Segurança. Eles são retirados da escala de serviço da rua e são colocados em período integral auxiliando o MP nas investigações. E esta é uma experiência muito bem-sucedida.

Outro trabalho que o MP está fazendo e é muito importante é o monitoramento dos presos do Rio de Janeiro que estão cumprindo pena em penitenciárias externas federais. Em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária, monitora-se e acompanha-se a execução dessa pena, inclusive, porque parte desses presos são líderes de organizações criminosas que ainda têm suas ramificações dentro do estado.

As Unidades de Polícia Pacificadora são um grande salto da administração pública do estado, porque não basta você fazer uma operação policial em uma área pobre, de exclusão social, sem que haja um trabalho de permanência. Na verdade, o poder paralelo percebeu a ausência do estado e tomou conta daquele espaço. O traficante entendia aquela população como parte da sua propriedade, do seu poder. Ele dava o remédio sim, o gás, às vezes fornecia até comida, mas ele também julgava aquelas pessoas, as obrigava a esconder armas e drogas. Não era uma atitude social. Era a volta do medievo. Agora, além de se colocar a polícia lá, é dada assistência social. E esse é o grande diferencial. Pode-se acompanhar essa transformação através de diversas áreas, como de proteção ao idoso ou proteção à infância e juventude, porque não é algo apenas criminal, é uma ação integral que atinge toda a comunidade.

Como um exemplo dessa abrangência, pode-se citar um projeto chamado “Em nome do pai”, que busca reconhecimento de paternidade tardia. Então, primeiro, um promotor de justiça identifica nas escolas aquelas crianças que não têm a certidão de nascimento plena. Depois, consegue-se, através de uma investigação ou, muitas vezes, com uma conversa, que o pai reconheça o filho. Com isso, a criança ganha a certidão de nascimento, a pensão alimentícia e a cidadania. Essa iniciativa acontece em áreas onde o MP não entrava. A verdade é essa, não se subia o morro porque havia medo.

Mais um ponto interessante é a avaliação do sistema prisional. No passado, sofria-se com a superpopulação carcerária. Eu trabalhei na Assessoria de Direitos Humanos e nessa época visitávamos presídios que eram inacreditáveis. Mesmo no segmento prisional há uma separação entre fortes e fracos, quem fica com a melhor cama e quem dorme ao lado da latrina. E o estado não conseguia manter uma igualdade dentro do sistema. Hoje isso melhorou muito. Ainda há um déficit para a população carcerária, mas já existem presídios razoáveis. Construir prisões não é uma coisa rápida. Há um projeto de se terminar, até o final dessa gestão, as casas de custódia e, com isso, ter, efetivamente, um sistema digno para o preso dentro do Estado do Rio de Janeiro. Nesse aspecto, o MP do Rio tem mais um diferencial. São doze promotorias trabalhando, exclusivamente, no sistema prisional, cuidando tanto da fiscalização quanto do cumprimento da pena.

Mas para que todo esse trabalho seja bem executado, é preciso que haja autonomia. Independência funcional é um princípio previsto na Constituição que se destina ao promotor de justiça, ao membro do MP, quando ele está trabalhando em um processo. Então, se houver um caso de sequestro, de extorsão mediante sequestro, em que haja vinte envolvidos, há total independência funcional. Eu defendo ferozmente que o promotor decida com soberania quem ele vai processar, condenar, pedir a condenação ou a absolvição. No momento em que ele realiza a sua atividade-fim, o promotor não pode estar subordinado a nenhum tipo de interesse ou hierarquia. Ele deve ter soberania para decidir.

O que não pode acontecer é essa independência funcional se transformar em uma liberdade de atuar e de escolher políticas institucionais muito exacerbadas. Um promotor de infância e juventude não pode - até porque a sociedade não entende - ter uma posição muito diferente de outro promotor de infância e juventude. Um não pode estar focado na exploração da prostituição infantil e, o outro, preocupado com o trabalho infantil. É preciso ter um norte, uma unidade institucional. É importante sim ter independência funcional, porque se vierem três processos de exploração sexual de menor, é possível acreditar que no processo A o réu não tem culpa, no B, ele tem, no C é preciso investigar mais. Mas essa independência funcional não pode significar cada

um atirar para o seu lado, cada um ter uma visão diferente sobre as coisas, porque daí fica um corpo sem cérebro, uma atividade desconcertada.

Este é o desafio nessa autonomia do MP. Independência funcional existe, mas precisa haver alguma unidade. Como se constrói isso? Aqui, reúnem-se os promotores de cada área e, depois de muito debate, fecha-se um entendimento sobre uma determinada matéria. Bafômetro, por exemplo. Tem que ter o exame ou não precisa? Basta o bafômetro ou precisa do laudo pericial? Debate-se e fecha-se uma coisa. Há uma unidade. Depois dessa discussão da independência, há a unidade institucional. Hoje, isso acontece no Rio de Janeiro, mas está em andamento em outros MPs. Reunimos membros de todos os MPs, sentamos, passamos um dia trabalhando e tiramos alguns enunciados. Outro exemplo, se um prefeito rouba dinheiro público, quem é que o processa? Se o dinheiro público for federal, é o MP federal, se for estadual, é o MP estadual. Aí começa o processo lá, começa o processo aqui, o processo demora, depois o cara não é condenado. Então, resolvemos que se o prefeito roubou dinheiro federal e a verba já foi contabilizada no TCU para a prefeitura, o processo será do MP estadual. Se a verba ainda não foi contabilizada no TCU, ainda é verba da União, o processo será, portanto do MP federal. Pronto. Vamos agir assim. Não fica cada um fazendo o que quer, na hora que quer.

E, justamente para dar homogeneidade e uniformidade a todo o MP, que o Conselho Nacional é tão importante. Pouca gente sabe que cada estado da federação tem um MP e, dentro do Brasil, além dos MPs estaduais, existe o MP federal, o MP militar, o MP do trabalho e o MP eleitoral. São muitos MPs, todos independentes, e eles precisam ter uma unidade. Sou extremamente favorável ao Conselho Nacional quando ele estabelece padrões a serem seguidos por todos os MPs do Brasil. Mas ele não pode, entretanto, interferir na atividade-fim de cada MP, no dia a dia do promotor. O Conselho Nacional não pode se meter, por exemplo, quando um procurador-geral da República arquiva um caso ou quando um promotor resolve não acionar uma concessionária de energia, porque achou que ela está com plano de melhoria do sistema energético brasileiro. O Conselho não pode se meter na atividade-fim, mas na administrativa, de suporte, ele deve sim.

66 Na verdade, existe uma crítica ao Conselho Nacional do MP que diz respeito à composição. Como existem apenas três membros do MP estadual e cinco do MP da União, há uma disparidade. E o MP estadual é o que tem maior número de membros do MP do Brasil. Promotores de justiça, membros do MP estadual, estão em todas as cidades do país. Toda comarca tem um promotor de justiça. Agora, procuradores da República só têm em algumas cidades; procuradores do trabalho também; promotores militares, então, em todo o Brasil, devem ser uns 100. Falta, portanto, essa paridade entre o MP estadual e o federal no Conselho.

O MP tem, atualmente, dois grandes desafios internos. O primeiro deles é que o MP precisa ser mais resolutivo. E o que é MP resolutivo? É o MP que resolve as questões sem entrar com demandas judiciais. Um exemplo. O que é melhor, entrar com uma ação de defesa do consumidor que demora 10 anos para ser julgada, porque o Judiciário tem dificuldade e está sobrecarregado, ou sentar com o produtor do serviço e fazer um termo de ajustamento de conduta. Isso foi feito com as torcidas organizadas do estado. Todo mundo foi chamado e discutiu-se a proibição de não entrar armado e de não vender bebida alcoólica no entorno do estádio de futebol.

No final, foi realizado um “contrato”, que tem um nome técnico, um termo de ajustamento de conduta (TAC). Com isso, passa a existir um instrumento que, caso não seja cumprido, pode ser executado. Não há mais discussão, mas sim obrigação, porque ambas as partes assinaram. Assim, não é mais preciso ir ao Judiciário. Você assinou, disse que não ia fazer; você não fez, você infringiu, vou entrar com uma medida contra você. Se uma empresa aérea estiver praticando *overbooking*, celebra-se um termo de ajustamento de conduta. Assinado o termo de ajustamento, se ela fizer algo do gênero, será processada. Com isso, resolvem-se demandas sociais grandes.

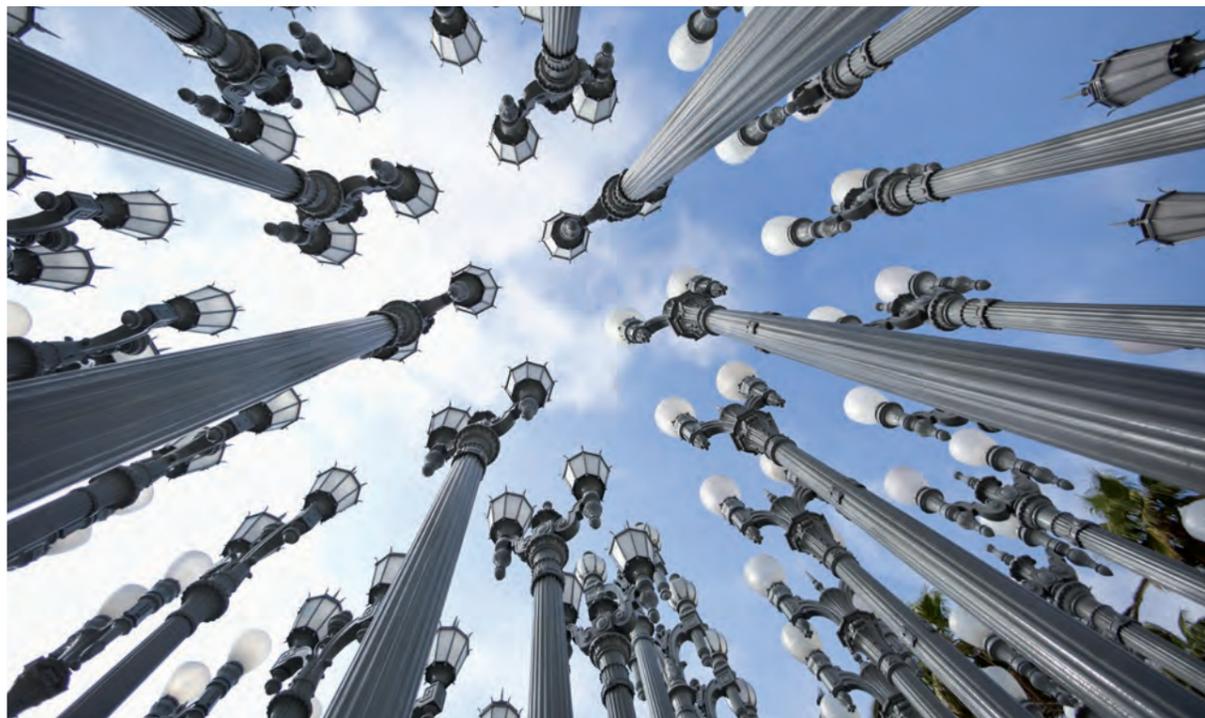
Outra inovação carioca interessantíssima é que de dois em dois meses há um reunião com o prefeito, porque o MP tem muita demanda de saúde, de educação, de cidadania. Então, sentam-se o prefeito, o procurador-geral da Justiça, o procurador-geral do município, eu, os promotores agendados e os secretários de educação, saúde, improbidade, consumidor. Durante o café da manhã, todos estão pautados. “Prefeito, as merendeiras já foram contratadas? Está faltando merendeira na rede pública municipal. Mas vocês estão pedindo 120. 80 está bom? Dá pra fazer? 60 a gente fecha

agora”. No dia seguinte, tem 60 merendeiras na rede pública. Se entrássemos com uma demanda judicial para processar a prefeitura, daqui três anos poderia ser que conseguíssemos, mas até lá, isso é MP resolutivo.

Mas para conseguir isso é preciso, por exemplo, treinar o promotor para negociar e conciliar. Nós, às vezes, somos arrogantes. Os outros têm de fazer o que nós mandamos. O gestor público não faz. Este é o desafio: capacitar, treinar, mudar o perfil da instituição para o chamado MP resolutivo, em que nós vejamos o futuro sem a necessidade de uma demanda judicial.

Outra coisa: planejar. Como em qualquer instituição, qualquer corporação, qualquer organismo, é preciso planejar para saber aonde quer chegar. Ainda temos uma cultura de reação. Aconteceu um crime, vamos investigar. Para nós planejarmos e termos resultados, precisaríamos saber como estão as ocorrências policiais nessa localidade. Mas esta cultura não existe. Lamentavelmente, ainda não chegamos lá. Nós precisamos, às vezes, ter uma cultura de organização privada, o que aos poucos vem sendo implantada na instituição, com grande dificuldade. Afinal, é natural do ser humano reagir a novas ideias.

79 E, para finalizar, dentro do planejamento, é essencial fazer com que os promotores ajam integradamente. É muito importante que o promotor de família, de infância, criminal, saibam o que o outro está fazendo e comece a trocar informações para trabalhar. O promotor não pode ser uma ilha isolada. Ele precisa olhar para o lado e saber o que o colega dele está fazendo na área de infância, porque aquilo pode ter reflexos na atuação dele. Fala-se muito em meio ambiente, por exemplo. Sem citar nomes, posso dizer que agora estamos integrando o promotor do meio ambiente com o criminal. Há uma grande siderúrgica cujos diretores estão respondendo a processos criminais por degradação ao meio ambiente. Quando é que, há 10 anos, um executivo de grande porte iria responder por um crime ambiental? Mas é possível fazer isso quando se integra o promotor do meio ambiente, que conhece uma série de questões técnicas, com o criminal, que vai processar criminalmente o responsável por aquela degradação. Da mesma maneira, um promotor de infância que investiga o abuso sexual de uma criança por um familiar, ele tem que falar com o promotor criminal, para que este processe criminalmente o abusador. Então, essa integração, esse planejamento, e um MP resolutivo são os dois grandes desafios atuais do Ministério Público.





artigo

A IMPORTÂNCIA DA CORRETA EXECUÇÃO PENAL PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

CRISTIANO LAJÓIA

Cristiano Lajóia

PROMOTOR DE JUSTIÇA

CRISTIANO LAJÓIA

Graduado em direito pela Faculdade Nacional de Direito com Especialização em Curso de Gestão em Segurança Pública e Estratégia, e mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Ingressou no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2000 e exerce a função de coordenador de Acompanhamento de Projetos. Atuou como membro da comissão de estudos do conselho penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, formada para a elaboração da legislação de normatização dos procedimentos de revistas em presídios. Compôs o grupo de estudos do sistema penal francês e português, a convite da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em junho de 2007.

Has a degree in Law from the National Law Faculty with specialization in Management in Public Security and Strategy course, and a master's from the Federal Fluminense University (UFF). Joined the Rio de Janeiro State Public Prosecution Service in 2000 and is coordinator of Project Follow-up. Was member of the studies committee for the Rio de Janeiro State prison council set up to draft legislation to regulate prison search procedures. Was a member of the French and Portuguese criminal system study group at the invitation of the National Human Rights Secretaria in June 2007.

RESUMO

Cristiano Lajóia ressalta a importância da realização de parcerias com diversos órgãos, principalmente na atuação extrajudicial, para facilitar e agilizar os processos criminais. Lajóia ainda cita a importância do Ministério Público (MP) na busca por melhores políticas públicas e a necessidade de se aliviar o Supremo Tribunal Federal (STF). O trabalho em conjunto entre MP, Defensoria Pública, Secretarias de Administração Penitenciária e Ordem dos Advogados do Brasil, portanto, é fundamental. E se o sistema Judiciário é, até certo ponto, uma instituição falida, e nem sempre é possível aplicar penas alternativas, a grande aposta de Lajóia é investir no social e não apenas na repressão penal.

SUMMARY

Cristiano Lajóia stresses the importance of forming partnerships with various agencies, principally with extrajudicial work, to facilitate and expedite criminal proceedings. Lajóia also mentions how important it is for the Department of Justice to seek better public policies and the need to lighten the load of the Supreme Court (STF). Joint work between the Department of Justice, Public Defense Office, prison administration departments and the Brazilian Bar Association is, therefore, essential. And if the legal system is to a certain extent a failed institution it is not always possible to apply alternative penalties. Lajóia's major challenge is investment in the social aspects and not in criminal repression alone.

Uma das primeiras coisas em que pensamos quando o assunto é Ministério Público (MP), é que o órgão tem duas funções no processo penal. Num primeiro momento, ele age como o órgão acusatório por excelência. É o órgão onde a polícia faz sua atividade instrutória, sua atividade policial. Com isso, ela forma o inquérito policial, que é o instrumento através do qual ela vai explicar porque uma determinada pessoa está sendo acusada por um determinado crime e apresentar as provas que estão ali contidas. Se houver indícios mínimos de autoria, de materialidade em relação àquela suposta pessoa que cometeu o crime, o MP faz a denúncia. E se decorrer do processo, o acusado, com seus meios de provas, conseguir esclarecer que haja uma preponderância do direito à liberdade, do direito à absolvição penal, o MP também atua.

Faço essa breve digressão porque quando se chega à fase da execução penal, ao contrário do que possa parecer, o MP não tem uma função acusatória em relação àquele preso. Ele age como um fiscal da correta execução da lei penal, da nossa lei de execução penal. Com isso, ele vai falar em todos os momentos do processo. Como se diz naquele velho sistema tradicional de freios e contrapesos que há entre o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, o MP age como o próprio freio e contrapeso do juiz da execução penal. Ou seja, ele vai monitorar se aquele juiz teve correta interpretação da lei. Em eventuais momentos em que haja uma dissensão, uma diferença, o MP pode recorrer. E aqui está a segunda função do Ministério Público, quando o desembargador toma a decisão que considera mais adequada. Isso faz parte do processo democrático. São as questões de inconformismo e de recurso.

E esse diálogo do MP com os demais agentes do sistema da Justiça é uma questão bastante importante. Durante os três anos em que fui coordenador da área de execução penal do MP, trabalhávamos muito em um sistema de parceria. Tínhamos parcerias com a Secretaria de Administração Penitenciária, o apoio do juiz da execução penal em diversos projetos e também da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Essa cooperação é essencial. E também é muito significativa para mostrar que o

papel do MP não é tão-somente aquele acusatório, mas também inclui a busca das melhores políticas públicas.

Interessa ao MP que um processo demore mais tempo que o normal? Não. Cabe a ele fazer com que o preso que tiver de cumprir pena de três anos, cumpra esses três anos, exatos, e seja libertado. Não nos interessa segurar um processo. Em pontos de convergência, trabalha-se em conjunto com a OAB e a Defensoria, por exemplo, e em pontos de divergência, utiliza-se a máquina judicial, o próprio sistema judicial. Se o Poder Judiciário fosse demandado para resolver todos os casos, eles não seriam resolvidos a contento ou a tempo. Por mais que se esforce, o Judiciário, necessariamente, é um poder moroso. Por mais que haja especialização e profissionalismo, ele demora. Portanto, a realização de parcerias com todos esses órgãos, principalmente na atuação extrajudicial, facilita e agiliza muito o processo.

Muito do sucesso dos mutirões carcerários no Rio Janeiro, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), se deve ao fato de que a Defensoria Pública, o MP e o Poder Judiciário trabalharam conjuntamente. E a existência de uma Defensoria estruturada, como é o caso carioca, é muito importante. Assim, a maioria dos presos que estão em situação totalmente degradante, isolados da sociedade, tem condições de ter contato com um advogado e com o MP. No Rio, foram apurados casos de tortura por agentes penitenciários, noticiados à Secretaria de Administração Penitenciária e corrigidos. Não faz muito tempo, no início dos anos 1990, o Rio de Janeiro convivia com uma média de 25 rebeliões por ano. E se há quase dez anos não temos mais nenhuma rebelião, é porque existe um trabalho em conjunto, feito em parceria com diversas entidades.

Há cerca de cinco anos, as extorsões telefônicas feitas por presos eram muito noticiadas pela mídia. Atualmente, não se ouve falar isso graças a um trabalho silencioso que vem sendo feito pelo MP em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária, justamente, para evitar essa reincidência criminosa. Em um primeiro momento, esses presos viram quando medidas mais drásticas começaram a ser tomadas

em relação a eles, passaram a fazer extorsões em outros estados e, posteriormente, em razão da presença do poder do estado, houve quase uma cessão. É evidente que ainda acontece, mas as notícias são bem mais esparsas.

Foram adotadas políticas duras em relação à utilização de aparelhos celulares por presos para coibir essa situação. Houve um investimento muito forte no sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Primeiro, houve uma normatização interna a respeito da revista das visitas. Até então, a Defensoria Pública tinha um entendimento negativo sobre essa questão, porque acreditava que deveria se respeitar o máximo possível a dignidade das pessoas. Durante as conversas, para chegar a um consenso, foi posto que embora não quisessem revistar as crianças, muitas eram usadas para transportar material ilícito. Assim, se a revista era ruim, não fazê-la também seria, porque há exploração de menores. Deste modo, criou-se em conjunto – MP, Defensoria e Secretaria de Administração Penitenciária – uma regulação sobre o direito de revista. Foram feitas diversas recomendações e houve a aquisição de aparelhos eletrônicos para a realização desse serviço. É preciso, através do diálogo, sempre buscar uma conclusão que satisfaça a todos.

Em relação ao sistema prisional, uma das graves situações que vivemos atualmente é a questão dos presos provisórios, ou seja, presos que ainda não tiveram a sentença definitiva de condenação ou absolvição e que são inseridos nos presídios. Aqui, existe um problema, porque cerca de 40% dos presos inseridos em cárcere são provisórios. Mas é interessante observar que essa situação é muito semelhante ao que acontece no resto do mundo. Alguns países desenvolvidos, como Estados Unidos, Inglaterra, e outros países europeus, apresentam um alto índice de presos provisórios no sistema. Vivemos o seguinte binômio: de um lado, a necessidade de eficiência do Direito Penal, e, de outro, a questão do Direito a um prazo razoável de processo.

Mas, no que diz respeito ao prazo dos processos, o Brasil enfrenta uma situação bem diferente dos outros países. Na justiça americana, por exemplo, uma condenação de primeiro grau resulta já numa

possibilidade de execução da pena. Aqui, de acordo com a nossa legislação penal, é preciso esperar a decisão de onze ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). E esse Tribunal, que deveria ter uma função primordialmente constitucional e atuar apenas nas grandes decisões, é o tribunal com mais recursos em relação aos outros tribunais constitucionais no Direito Comparado. Por isso, o ministro Cezar Peluso propôs a criação da “PEC dos Recursos”, por meio do qual todas as questões que fossem levadas em terceiro e quarto grau recursal, ou seja, que chegassem ao STJ e ao STF, teriam caráter de medidas incisorias. Em termos de posicionamento, essa proposta é interessante e pode transformar o quadro atual.

Essa situação gera uma grande sensação de insegurança. Nossa polícia é considerada uma das mais corruptas do mundo. Por que isso? Existe um velho ditado, que hoje até os próprios jornais citam, a polícia prende – e nunca se prendeu tanto – e a justiça solta. Se isso acontece de fato, quando o policial prende uma pessoa, ele se coloca numa situação de risco porque, muitas vezes, ele mora na mesma favela, no mesmo bairro sem muita proteção daquele preso. Daí, é ameaçado, porque sabem tudo sobre ele e prometeram vingança. Isso é muito complicado. Quando se fala até em guerra civil, e muitas vezes se diz isso mesmo, é um pouco verdade. A polícia mata e a polícia morre.

Isso se reflete, inclusive, em ações recentes, opções do Direito Penal que estão nos levando sempre às últimas consequências. O caso Pimenta Neves, por exemplo, um réu confesso que demorou 15 anos para ser preso. Que justiça é essa? Um quadro desses preocupa, porque se ouve muita gente dizendo, “na justiça eu não confio, confio nas minhas próprias mãos”. Daí surge a insegurança. Temos um Direito de faz de conta, que muitas vezes não funciona e que, cada vez mais, está preocupado com a questão contábil. Por quê?

Muito se diz que o sistema Judiciário é um sistema falido e, de certa forma, ele é. No entanto, nunca se investiu tanto no sistema penitenciário como agora. O problema é que o custo de manutenção de um preso é altíssimo. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional, a média dos estados é de

72 R\$ 1 mil mensais para cada preso. E o custo de construção de cada nova vaga é de R\$25 mil, mas esses valores variam. Em Brasília, por exemplo, um preso no Complexo da Papuda custa R\$ 4 mil, enquanto em outros lugares, R\$ 800. Quais são as medidas alternativas em relação a isso? O sistema brasileiro possui atualmente uma população de 426 mil presos. Multiplicando-se esse valor por mil, tem-se, grosso modo, o gasto do estado. Diante disso, surge a seguinte questão: esse dinheiro não deveria ser gasto em outras áreas, como na saúde, por exemplo?

A ideia da reforma do sistema penal esteve bem em voga nos anos 1960 e 1970, porém um advogado chamado Marc Ansel concluiu que o sistema não pode ressocializar. Um preso reformado seria, então, um mito. Mas há 120 anos, quando o próprio sistema penitenciário virou o sistema de prisão por excelência, o clássico francês Carrara já dizia que o máximo que se pode esperar de uma pena de prisão é que ela não piore o preso, porque a prisão é antinatural por natureza. Como treinar uma pessoa para viver em sociedade a encarcerando? Como esperar que ela tenha algum tipo de meio se foi colocada entre “os piores dos piores”? Por outro lado, o que esperar de uma

pessoa que, quando em liberdade, aponta a arma para alguém e mata? São escolhas que devemos fazer e que não estão sendo bem trabalhadas quando o assunto é o sistema prisional.

Atualmente, vende-se a ideia de que as penas alternativas são soluções para todas as panaceias do sistema penal e que os seus altos índices de recuperação justificariam sua expansão. Porém, o sistema das penas alternativas é limitado por excelência, porque existem determinados criminosos que realmente devem ir para a prisão. Como dar uma pena alternativa a uma pessoa que mata? Não se espera isso da sociedade e, em um caso como esse, o emprego de penas alternativas poderia gerar uma sensação de frustração. Por isso, elas acabam limitadas aos crimes de menor potencial ofensivo. Entre as penas alternativas, estão a prestação de serviço à comunidade, multa penal e limitação de fim de semana.

Há um movimento de ampliação cada vez maior de formas de penas alternativas, abrangendo crimes de médio e maior potencial ofensivo. Mas um crime só ocorre, e continua a ocorrer, porque há mercado para ele. Há alguém, por exemplo, que compra ou até pede um produto roubado. Para

sufocar um determinado crime é preciso tocar a questão financeira. Todas as pessoas que cometem crimes financeiros, empresários que realmente financiam a cadeia da criminalidade, estão sendo submetidas ao sistema de penas alternativas. Isso corrobora com a máxima de que cada vez mais a prisão está é destinada tão-somente ao negro, pardo e pobre e às pessoas que cometem crimes violentos, mas não têm um bom advogado.

Pouco se fala sobre as condições para que uma pena alternativa tenha eficácia. Quando uma multa penal, por exemplo, é aplicada como pena alternativa a um réu, ela é considerada dívida de valor e existe uma lei que determina que um procurador só pode ser acionado quando o valor de uma dívida for superior a R\$ 10 mil. Portanto, se o valor da multa for inferior a essa quantia e o réu simplesmente não quiser pagá-la, nada acontecerá com ele. Assim, temos uma multa que não funciona, uma prestação de serviço à comunidade que não está aparelhada. Com isso, até os próprios juízes, os operadores do Direito, têm certa reticência em aplicar esse tipo de pena. Vende-se a justiça alternativa como solução para todos os problemas, mas não se trabalha na eficiência desses meios. Algumas atitudes estão sendo tomadas, mas são ainda ineficientes.

Outra questão que teve grande repercussão na mídia, nesse último ano, é a do pequeno traficante de drogas. A política criminal nacional ainda precisa se orientar em relação ao tráfico de drogas. O Ministério Público tem iniciado um programa de combate às drogas focado na recuperação do usuário viciado. Ao mesmo tempo em que vivemos uma epidemia de determinadas drogas, como oxi, cocaína e crack, tem-se tido uma política cada vez mais benevolente com os pequenos traficantes por alguns motivos. Primeiro, a maioria dos presos no sistema penitenciário é composta por traficantes, e nosso sistema prisional está superlotado, o que acontece também nos EUA. Em razão disso, tem-se pensado cada vez mais em buscar formas de diminuir o tempo que esse traficante passa na prisão, sob o argumento de que lá só seria uma escola do crime. Porém, se estamos mesmo vivendo epidemias como essas, cabe perguntar quem está disseminando as drogas. Talvez sejam, exatamente, esses pequenos traficantes. Nossa política criminal precisa adotar alguma posição.

73 Todos os cidadãos que não cometem crimes esperam ser protegidos. Esse é um direito difuso, espera-se a proteção do estado que não consegue cumprir muito bem o papel. Passamos, atualmente, por um período excessivamente liberal e é necessário chegar a um meio-termo. A balança não pode permanecer tão disforme em prol do criminoso, que viola os direitos da sociedade. E o perigo é que quando não se acredita na justiça, volta-se ao quadro da justiça pelas próprias mãos.

Esse tema do sistema prisional deveria ser levado mais ao debate popular. Se o custo de manutenção de uma prisão é muito alto, então é necessário que, em um determinado momento, a sociedade indague o que realmente deve ser considerado como crime e quais as soluções que podem ser dadas. E, necessariamente, elas devem passar pela educação, pela empregabilidade. O Brasil tem um grande potencial econômico e financeiro e é necessário que essa capacidade se estenda para a solução das desigualdades. Nossa situação atual é resultado de escolhas de exclusão social. Mas nossa grande sociedade de excluídos deve ter oportunidade de inclusão. A criminalidade sempre vai existir, não há nenhuma ilusão em relação a isso, mas que seja em termos controláveis, como em outros países. Para isso, é preciso incluir cada vez mais gente dentro de uma sociedade pensante, que realmente entenda que, ao praticar um crime, há mais coisas a perder do que a ganhar. O crime, na verdade, é uma aposta. Uma pessoa o comete porque ela acha que vai ter mais vantagens do que desvantagens. Aquele que possui trabalho e educação vai pensar duas vezes mais ao cometer um crime. Minha aposta não está em repressão penal, mas no social. Afinal, para quem não tem nada a perder, o crime é tudo a ganhar.





artigo

A QUESTÃO EDUCACIONAL: FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

JULIANA BARROSO

Juliana Barroso

SUBSECRETÁRIA DE ENSINO E PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA DO RIO DE JANEIRO

JULIANA BARROSO

Juliana ingressou no Ministério da Justiça no ano 2000 no Programa Pacto Contra Violência Intra-familiar. Em 2001 com a extinção do programa, assumiu o cargo de gerente de Gestão na Secretaria Nacional de Segurança Pública. Em 2005, foi convidada para ser coordenadora geral de Ensino e, desde então, se dedica à formulação de políticas públicas na educação e valorização profissional. Em 2011, após 11 anos de experiência no governo federal, foi convidada a assumir a Subsecretaria de Ensino e Programas de Prevenção.

Joined the Ministry of Justice in 2000 as a trainee in the Anti Intra-Family Violence Pact Program, and in 2001 with the extinction of the program, took the position of Administration Manager in the National Public Security Bureau. In 2005, accepted the invitation to be General Learning Coordinator and since then has dedicated her time to formulating public policies in education and professional valorization. In 2011, after 11 years' experience in the federal government, was invited to be Under-Secretary for Learning and Prevention Programs.

RESUMO

Neste artigo, a subsecretária de Ensino e Programas de Prevenção da Secretaria do Estado do Rio de Janeiro, Juliana Barroso, fala sobre o desafio de se iniciar uma mudança cultural policial, que em sua concepção perpassa necessariamente pela educação. Juliana apresenta as etapas necessárias para a implementação de um ousado projeto político-pedagógico. O diagnóstico para identificar as peculiaridades dos profissionais do Rio de Janeiro, a avaliação da educação nas academias, a reformulação curricular e a capacitação de docentes são apenas algumas das ações descritas pela subsecretária, que faz questão de reforçar seu compromisso com a educação, que deve estar vinculada à valorização do profissional de segurança pública.

SUMMARY

In this article, Juliana Barroso, the Under Secretary of Education and Prevention Programs of the State Department of Rio de Janeiro, talks about the challenge of implementing a cultural change in the police force, which by definition involves the question of education. Juliana presents the steps required to implement a bold political-pedagogical project. The diagnosis to identify the specificities of the professionals in Rio de Janeiro, the evaluation of education in the academies, curriculum reform and teacher training are just some of the actions described by the under secretary, who is keen to strengthen her commitment to education, which should be linked to enhancing the status of all professionals working in public security.

Eu era então diretora de Ensino da Secretaria Nacional de Segurança Pública quando o secretário José Mariano Beltrame me sondou para vir ao Rio de Janeiro. Durante nossa conversa, o secretário me fez uma proposta desafiadora em relação à mudança da então cultura policial. Nessa conversa, nos identificamos muito, pois ele também acredita que a mudança de cultura perpassa necessariamente pela educação; então, foi esse desafio que me trouxe para a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro.

A primeira coisa que fizemos foi realizar um diagnóstico. O resultado não foi muito diferente daquilo que vemos em outros estados, mas existem algumas peculiaridades no Rio de Janeiro. Quando falamos de um projeto de educação, estamos falando de um projeto político; a educação é uma política; e como é possível avaliar a educação dentro das academias da Polícia Militar e da Polícia Civil, hoje, no Estado do Rio de Janeiro? As malhas curriculares não traduzem essa política que vivenciamos hoje no estado; da formação do policial à prestação de serviço à comunidade, ela não reflete a questão de polícia como auxiliadora, pacificadora; ela ainda tem resquícios da formação de um policial de combate. Nosso desafio é justamente esse. Hoje temos uma política bem definida, que está dando certo, e vem sendo monitorada. Ainda não é definitiva, porém existem monitoramentos e avaliações que nos indicam que estamos no caminho certo. Precisamos nos perguntar como é possível transportar essa política para um projeto pedagógico e formamos novos profissionais nessa nova corrente que surge com a pacificação do Rio de Janeiro? Nosso diagnóstico identificou que a malha não refletia isso, e que, na verdade, ela refletia muito o caráter de uma colcha de retalhos.

Além da indução dessa política na formação do profissional de segurança pública, nós visamos um currículo equilibrado. A partir do diagnóstico realizado, estamos nos reunindo com as academias e realizando ações de aprimoramento como o evento “Fatos, retratos e perspectivas da formação do policial no Rio de Janeiro”, com a participação dos cinco diretores das academias. Atualmente, temos o Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Praças, a Academia Dom João VI, o Centro de Qualificação de Profissionais de Segurança (CQPS), a Escola

Superior de Polícia Militar, e a Academia de Polícia (Acadepol). Juntamente a esses cinco gestores da área de educação, elaboramos metas a serem cumpridas durante essa transformação.

Começamos a pensar em algumas propostas, mas precisávamos primeiro perpassar pela questão da identificação do perfil profissiográfico. Queríamos descobrir quem é esse policial? O que ele deve conhecer; quais são as habilidades que ele tem de ter e quais atitudes ele deve tomar, quando e em qual situação? A partir do resultado do perfil, estamos redesenhando as competências do profissional de segurança pública. É justamente na atitude onde vamos trabalhar muito a questão dos direitos humanos da ética e da transversalização do currículo propriamente dito. Vamos desenhar o marco político-pedagógico das academias, e esse marco irá se desmembrar em um currículo, em um plano de ensino anual, e é justamente nesse currículo que verificaremos o perfil e as ementas das disciplinas que terão de responder a essas competências desenhadas. Esse processo já teve início pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento dos Praças (CFAP), e estamos vislumbrando o ingresso de 7.000 homens e mulheres na Polícia Militar até 2014.

Procuramos o equilíbrio entre teoria e prática. É necessário que nosso policial seja reflexivo, que medite sobre suas ações e sobre o contexto no qual essa ação acontece, mas ele também tem de ter um mínimo de destreza, justamente por conta das atividades que englobam o serviço policial.

A docência hoje é praticada de maneira informal, e essa informalidade dá espaço para condutas errôneas. Com isso em mente, vamos institucionalizar a docência nas academias a partir de uma grande chamada pública, na qual pretendemos atrair docentes internos e também externos. Isso nos permite oxigenar a polícia, com novos saberes, outras *expertises*, emprestando para a polícia o conhecimento necessário para a sua atuação. Vamos publicar em um grande jornal de circulação, no próprio Diário Oficial e construir um banco de talentos muito semelhante ao banco do Lattes do CNPq. Minha perspectiva é atrair o maior número possível de pessoas, porque, tanto interno quanto externo, hoje nós não conhecemos os talentos dos nossos policiais, homens e mulheres; nós não



sabemos quais são os nossos talentos; é uma maneira até de conhecer esses talentos e catalogá-los.

É importante frisar que a análise dos currículos terá critérios objetivos, transparentes e democráticos e, com isso, selecionar o docente mais qualificado sobre aquele assunto. A seleção será feita a partir de aulas expositivas, na qual o candidato terá que se apresentar para uma banca que analisará sua didática. Só porque um determinado profissional é o melhor atirador não significa que esse profissional seja capacitado para dar aula. De qualquer maneira, essa primeira etapa não será eliminatória. Incluiremos a capacitação para esses docentes; uniformizaremos a linguagem utilizada nas salas de aula, para evitar justamente esse tipo, “olha, esquece tudo”, “o policial é tiro, pancada e bomba”. Queremos evitar justamente esses tipos de comentários em sala de aula. Com a formalização do pagamento hora/aula (R\$ 65,00 o teto), podemos cobrar uma postura diferenciada desse docente, uma postura que seja conciliável com aquilo que ele está ensinando e não que deturpe aquilo que ele ensina. Cada docente só poderá dar 120 horas/aula por ano, justamente para inibir que, agora, todo mundo passe a querer dar aula na academia; antigamente, todos escondiam seus talentos para não ter de dar aula sem remuneração. Em suma, além da grade, haverá a capacitação para a docência propriamente dita e, então, a fase final, a avaliação.

Dentro da fase final de avaliação, trabalharemos com três dimensões diferentes: com a avaliação do discente pelo professor; com o discente avaliando o professor; e todos avaliando o conteúdo programado. Essa avaliação vai significar mudança novamente na grade? A malha é dinâmica; o barato disso tudo é que ela é dinâmica, porque o conhecimento envelhece: legislação caduca, práticas são renovadas, metodologias são refeitas, e a sociedade é dinâmica, ela não está paralisada; então, queira ou não, essa avaliação servirá para uma revisão anual ou bianual de nossa grade, e conseqüentemente auxiliará nas tomadas de decisão. Servirá como uma diretriz para melhorar cada vez mais os nossos currículos.

Esse acompanhamento será feito pela Subsecretaria de Ensino e Políticas de Prevenção. Primeiro, nós criamos no âmbito das próprias corporações um comitê de ensino, que é formado pela subsecretaria e

por essas cinco academias mencionadas. Esperamos realizar colóquios de consulta, envolvendo instituições de ensino superior, especialistas e acadêmicos. Além disso, estamos iniciando um processo de conversação com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), para criar linhas de pesquisa justamente para apoiar essa avaliação e esse monitoramento. As avaliações servem para nos nortear em relação ao direcionamento de esforços. Por mais difícil que seja receber críticas, elas são fundamentais para o desenvolvimento de trabalhos melhores.

O ex-secretário Ricardo Balestreli, dizia que, se você quer conhecer uma polícia, vá até as academias; pelas academias, você conhece o policial. A questão da formação é muito forte, mas a formação só pela formação não dá conta.

Neste ano, nos dedicaremos à questão do projeto de educação continuada, e aí teremos um novo desafio, que talvez seja tão grande quanto o da formação, que é: como é possível atualizar 55.000 pessoas? Como podemos fazer esse cálculo? Temos pensado em agir gradativamente com a criação interna de uma rede de educação a distância. Conciliaremos as modalidades presenciais e a distância e iniciaremos esse processo por baixo. O quero dizer com isso? Nosso objetivo é capacitar 25% do efetivo, num primeiro momento, até chegar em 100%.

Buscamos também transformar as academias do Rio de Janeiro em centros de excelência, pois queremos que elas sejam reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Atualmente, a polícia já tem a equiparação do curso, mas a polícia não certifica; ela certifica para dentro dos muros dela, a certificação vale para dentro, para fora não. Estamos pensando na formação de Tecnólogo de Segurança Pública, um curso reconhecido pelo MEC que duraria dois anos. Não é somente nos bancos de academias, de instituições de ensino superior que buscamos conhecimento – conhecimento também é prática. Esse conhecimento é muito importante para o exercício da função, para a atuação desse profissional.

Para a educação propriamente dita, devemos levar em conta a questão da modernização das próprias

academias. Para isso, contamos muito com a parceria do governo federal, no auxílio para equipar as instalações onde serão ministradas as aulas. E não podemos deixar de abordar a nossa parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que irão balizar e nos auxiliar na transversalização dos direitos humanos no conteúdo das malhas curriculares.

Sei que minha passagem aqui é curta, quatro anos, mas queria deixar como legado para o estado uma política pública que permeie, atravesse outros governos; que ela seja notificada, aperfeiçoada. Políticas devem ser sempre aperfeiçoadas e melhoradas, mas que esses esforços sirvam de base para um novo recomeço para a polícia do Estado do Rio de Janeiro.

Essas ações servirão para iniciar o processo de mudança cultural que almejamos; é uma sementinha que estamos plantando. Recentemente, li uma reportagem que me chamou muita atenção: Era sobre a entrada da Nestlé no Japão. Sobre como conseguiu entrar com o mercado de café naquele país onde tomar chá é uma atividade milenar. Por mais que fizessem todas as ações de marketing existentes, não conseguiam se inserir no mercado até que contrataram um consultor que chegou a seguinte conclusão: “olha, a gente tem de começar do começo. Estamos focando no público errado; nós temos de focar outro público”. E qual foi o público que ele focou? Justamente as crianças. “Nós vamos construir uma nova geração, com a distribuição de balinhas de café nas escolas”; e foi assim que o café se inseriu. Fazendo um paralelo a essa história, a Secretaria de Segurança está criando essa nova cultura. A mudança será lenta, mas a balinha de café já foi dada.

Quando cheguei à Subsecretaria, uma das questões que eu coloquei para o secretário Beltrame é que eu não queria trabalhar se não fosse com a educação; que eu queria cuidar também da valorização do profissional de segurança pública, pois acredito ser este um tema ligado à educação. A educação sozinha não está mais dando conta. Uso sempre um exemplo muito emblemático. Podemos ter o policial mais capacitado do mundo, mas se ele não tiver condições físicas e psicológicas, essa capacitação não adianta. O caso que aconteceu foi em São Paulo, com o sequestro

da adolescente Eloá pelo próprio namorado. O resultado culminou na morte da adolescente e todos começaram a falar: “será que aquele policial que fez a tal abordagem era preparado?” Aquele policial é o melhor atirador da polícia de São Paulo. Então, porque ele falhou? Pesquisando o histórico daquele policial, podemos ver que ele estava em uma escala de 36 horas, sem descanso, pois, ainda dois dias antes, houve um confronto entre Polícia Militar e Polícia Civil, no Palácio dos Bandeirantes. Ele também havia trabalhado naquela ocorrência. Esse exemplo serve para ilustrar algo que não havia sido trabalhado de forma adequada pela polícia: o cuidado com o profissional. Quando ele se envolve em uma ocorrência que resulta em tragédias, esse profissional precisa de acompanhamento.

Nós trabalhamos na perspectiva de prevenção e gerenciamento do estresse dos nossos profissionais. Primeiro, passaremos por uma sensibilização das nossas autoridades máximas, e dizendo assim: “olha, o seu maior capital é o seu capital humano; não adianta você ter a viatura do ano, a arma do ano, porque quem usa isso é ele; se ele não estiver bem, ele vai usar mal”. Faremos uma sensibilização e depois uma capacitação com todos que atuam nessa área de psicologia, assistência social, nas áreas de saúde das instituições. Depois, é como se fosse circuncentro, a capacitação vai aglutinando mais gente e, assim, vamos criando multiplicadores. Nossa perspectiva é que pelo menos em cada batalhão tenha uma pessoa capacitada que identifique o colega de trabalho que esteja precisando de apoio e que isso seja encaminhado para o atendimento específico. Resumindo essa última parte: Essa foi uma das condições que eu disse para o secretário: “Eu trabalho com a educação, amo, é minha área, mas ela tem de estar vinculada com a valorização, porque senão vai ser complicado”. Nesse primeiro momento, vamos nos dedicar à saúde, que acredito estar muito periclitante, mesmo porque aqui é o estado onde mais morrem policiais. Então, qual é a consequência desse número de mortes dentro da corporação? Como é que os companheiros se sentem? Como se dá a vulnerabilidade dele? Como ele trabalha essa vulnerabilidade? Como ele trabalha com a sensação de estar saindo de casa e não saber se vai voltar?



pesquisa

PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO FLUMINENSE SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO

CARLOS AUGUSTO COSTA

Carlos Augusto Costa

COORDENADOR EXECUTIVO DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DO
LABORATÓRIO DE NEUROMARKETING DA FGV

CARLOS AUGUSTO COSTA

Graduado em engenharia eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Augusto trabalhou como coordenador especial de Relações Institucionais da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), onde exerceu os cargos de superintendência de tecnologia da informação e engenheiro. Foi consultor na Promon Engenharia S.A.. Desde 1995, coordena o Movimento Cidade-Cidadão em Recife. Foi presidente do Instituto de Planejamento do Estado de Pernambuco (Condepe). Em 2001 atuou como consultor na área de planejamento estratégico na Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAE) Nacional e, em 2004, foi diretor executivo da MCI – Estratégia. Atualmente é membro do Conselho Consultivo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e é responsável pela coordenação executiva do Núcleo de Planejamento Estratégico e Avaliação de Políticas Públicas e do Laboratório de Neuromarketing da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

With a degree in Electronic Engineering from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Augusto worked as a Special Coordinator of Institutional Relations of the Hydroelectric Company of San Francisco (CHESF), where he held the positions of superintendent of information technology and engineering. He was a consultant in Promon Engenharia SA. Since 1995, he has coordinated the City-Citizen Movement in Recife. He was chairman of the Planning Institute of the State of Pernambuco (Condepe). In 2001 he served as a consultant in strategic planning in the Brazilian Agency for Support to Entrepreneurs and Small Businesses (SEBRAE), and in 2004, he was CEO of MCI - Estratégia. He is currently a member of the Advisory Board of the National Council of Justice (CNJ) and is responsible for executive coordination of the Center for Strategic Planning and Evaluation of Public Policies and the Laboratory of Neuromarketing of the FGV Foundation (FGV).

RESUMO

Na última década, a questão da segurança pública tornou-se um dos maiores desafios à instituição do estado de direito no Brasil. A violência urbana, que assola diversas regiões metropolitanas brasileiras, traduz-se em um sentimento generalizado de insegurança, mudando hábitos e comportamentos da população. Atualmente, inúmeros são os estudos e pesquisas realizados que tratam da violência urbana e dos fatores a ela relacionados. No entanto, raras são as pesquisas que possibilitam ao governo e à sociedade conhecer com precisão as atitudes, comportamentos e percepção da população com relação à violência e ao crime.

SUMMARY

In the last decade, the issue of public security has become one of the major challenges to the institution of the rule of law in Brazil. The urban violence that prevails in many metropolitan regions, results in a general feeling of insecurity, changing the habits and behavior of the population. Currently, there are numerous studies and research projects that have been conducted dealing with urban violence and the factors related to it. However, there are very few studies that enable the government and society to assess accurately the attitudes, behavior and perceptions of citizens in relation to violence and crime.

Por ocasião desta publicação sobre segurança pública, a FGV Projetos realizou uma pesquisa sobre a percepção da população adulta do Estado do Rio de Janeiro sobre a questão da segurança pública no estado, contemplando:

- Avaliação geral da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro;
- Avaliação da atuação do governo na área de segurança pública; e,
- Avaliação das UPPs.

METODOLOGIA

A pesquisa social tem sido fortemente marcada por estudos que valorizam o emprego do método quantitativo, o qual é utilizado aqui incluindo uma variedade de ferramentas que vão desde a pesquisa de opinião a técnicas estatísticas. O público entrevistado corresponde à população adulta fluminense de 18 anos ou mais, em pesquisa realizada durante o período de 26 a 27 de agosto de 2011.

No total foram realizadas 1.000 entrevistas, distribuídas desproporcionalmente entre capital, região metropolitana e interior (tabela abaixo). Para restabelecer o peso proporcional de cada uma delas para os resultados totais, as entrevistas foram ponderadas posteriormente, conforme Tabela 1.

Os percentuais que não totalizam 100% são decorrentes de arredondamento ou de múltiplas alternativas de resposta.

As margens de erro máximo possível para os percentuais do relatório, calculadas dentro de um intervalo de confiança de 95,5%, situam-se nos limites apresentados na Tabela 2.

Várias são as condicionantes consideradas na distribuição da amostra, entre elas, sexo, idade, instrução, renda familiar e região, como se pode observar na Tabela 3

CENÁRIO GERAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

A violência é um problema nacional que atinge todo o país. No Rio de Janeiro, o governo do estado tem

desenvolvido um consistente trabalho no combate à criminalidade. Desde 2008, quando começaram a ser implantadas as primeiras Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), projeto de grande aprovação popular, a violência no Rio de Janeiro vem diminuindo consideravelmente. Hoje, o estado do Rio possui 19 UPPs, mas a meta é chegar a 40 até 2014.

Este estudo nos mostra que apesar do reconhecimento do esforço empreendido pelo atual governo, com os números da violência sinalizando queda, o sentimento das pessoas sobre essa questão ainda é de preocupação.

Atualmente, metade (53%) dos entrevistados aprova a maneira como o governo fluminense vem enfrentando a questão da segurança pública no estado, enquanto 37% desaprovam. Os que mais aprovam são as mulheres (60%) e os menos instruídos (62%). Por outro lado, os que mais desaprovam são os jovens (48%).

Ainda na avaliação das ações do poder público, é majoritária (68%) a percepção de que o governo estadual está no caminho certo. Esses números são mais expressivos entre as mulheres (72%), os mais velhos (71%) e entre os menos escolarizados (74%).

Quase metade dos entrevistados, 47%, acha que as ações públicas melhoraram a situação da segurança como um todo, o que demonstra que a população tem apoiado algumas ações do poder público e tem aguardado com esperança os resultados dessas ações.

Por outro lado, predomina a avaliação negativa da situação da segurança no Estado do Rio de Janeiro. O saldo de avaliação (“ótima e boa” menos “ruim e péssima”) é significativamente negativo (-43 pontos). Esse número ainda é mais acentuado entre os homens (-55).

Esses dados revelam que quase metade dos entrevistados, 43%, acredita que a sensação de segurança no Rio de Janeiro tem diminuído. Esse sentimento é maior ainda entre os homens e entre os moradores de fora da capital (saldo de -20 na Região Metropolitana e -22 pontos percentuais no interior). Dentre os moradores da capital fluminense, os da zona norte são os mais pessimistas, enquanto os moradores

TABELA 1:

REGIÃO	ENTREVISTAS REALIZADAS	ENTREVISTAS PROPORCIONAIS	FATOR DE PONDERAÇÃO
RIO DE JANEIRO	507	395	0,7790927
REGIÃO METROPOLITANA	363	377	1,037736
INTERIOR	220	228	1,037736
TOTAL	1.090	1.000	

TABELA 2:

TAMANHO DA BASE	PERCENTUAIS PRÓXIMOS A								
	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%
100 ENTREVISTAS	6.0	8.0	9.2	9.8	10.0	9.8	9.2	8.0	6.0
200 ENTREVISTAS	4.3	5.7	6.5	7.0	7.1	7.0	6.5	5.7	4.3
300 ENTREVISTAS	3.5	4.6	5.3	5.7	5.8	5.7	5.3	4.6	3.5
400 ENTREVISTAS	3.0	4.0	4.6	4.9	5.0	4.9	4.6	4.0	3.0
500 ENTREVISTAS	2.7	3.6	4.1	4.4	4.5	4.4	4.1	3.6	2.7
600 ENTREVISTAS	2.5	3.3	3.8	4.0	4.1	4.0	3.8	3.3	2.5
700 ENTREVISTAS	2.3	2.5	3.5	3.7	3.8	3.7	3.5	2.5	2.3
800 ENTREVISTAS	2.1	2.8	3.3	3.4	3.5	3.4	3.3	2.8	2.1
1.000 ENTREVISTAS	1.9	2.6	2.9	3.1	3.2	3.1	2.9	2.6	1.9

TABELA 3:

SEXO		IDADE			INSTRUÇÃO				RENDA FAMILIAR				REGIÃO		
M	F	18-24 ANOS	25-44 ANOS	45 ou + ANOS	ATÉ 4ª SÉRIE FUND.	5ª À 8ª SÉRIE FUND.	ENSINO MÉDIO	SUPERIOR	ATÉ 2 SM	ENTRE 2 E 5 SM	ACIMA DE 5 SM	NS / NR	CAPITAL	REGIÃO METROPOLITANA	INTERIOR
55	45	14	39	47	10	13	49	29	36	34	14	16	40	38	23

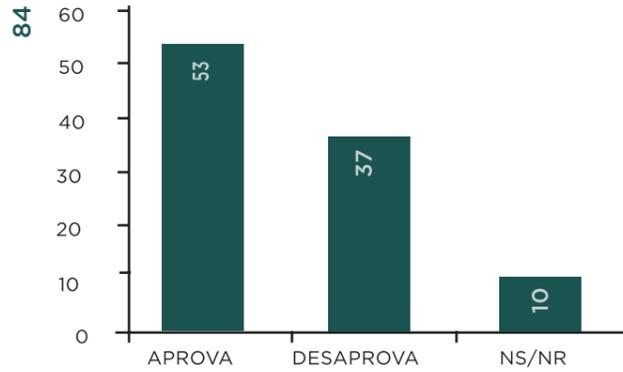


GRÁFICO 1: APROVAÇÃO DA FORMA COMO O GOVERNO DO ESTADO ENFRENTA O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA

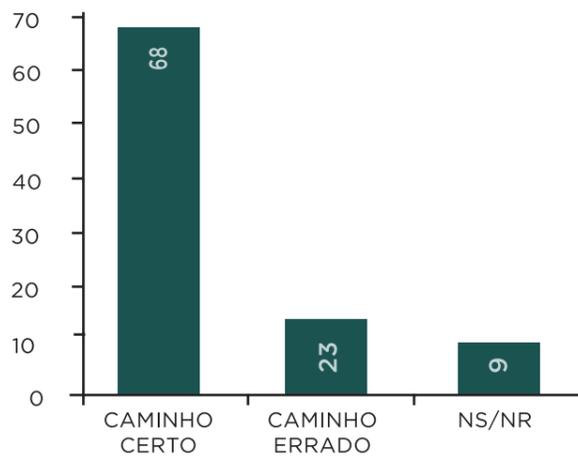


GRÁFICO 2: ACEITAÇÃO DO CAMINHO SEGUIDO PELO GOVERNO DO ESTADO PARA COMBATER A VIOLÊNCIA

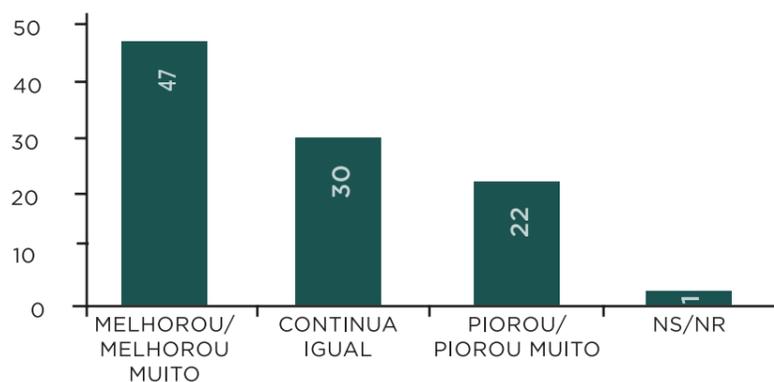


GRÁFICO 3: PERCEPÇÃO SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM RELAÇÃO AOS ÚLTIMOS 4 ANOS

das zonas mais privilegiadas economicamente (Barra e Zona Sul) são os menos pessimistas.

A VIOLÊNCIA NO DIA A DIA DOS CIDADÃOS

Os resultados do estudo mostram que a questão da segurança pública no Rio de Janeiro, como em todo o país, tem uma grande importância no dia a dia da população. Observa-se que 35% dos fluminenses afirmam falar frequentemente sobre esse assunto no seu círculo social. Esse número aumenta no grupo das pessoas de maior renda (45%) e maior escolaridade (46%).

Com relação à experiência pessoal, 30% dos entrevistados disseram ter vivenciado uma situação de risco por falta de segurança nesse ano de 2011. Os públicos mais vulneráveis a essa violência foram os homens (34%), os mais instruídos (35%) e os jovens (40% entre os que têm de 18 a 24 anos). No interior do estado, de cada 4 entrevistados, 1 afirma já ter ficado em uma situação de risco

IMPACTO DA VIOLÊNCIA NA IMAGEM DO ESTADO

Há uma clara consciência dos fluminenses que a questão da segurança pública influencia na imagem do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o estudo, 60% dos entrevistados entendem que o sucesso de medidas de combate à violência reconfigura uma imagem nova e positiva para a cidade, região e país, trazendo benefícios através da atração de novos visitantes e de investimentos e ajudando a melhorar a vida de toda a população.

AÇÕES DO PODER PÚBLICO

Programas de prevenção de violência com elementos de intervenção social associados a ações policiais foram desenvolvidos em variados contextos de conflito no Brasil. Para a cidade do Rio de Janeiro, que possui características muito peculiares de violência, o poder público definiu objetivos bastante específicos para a intervenção policial que se desenvolveu a partir de 2008, com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, já aqui mencionadas.

Basicamente, o modelo policial, segundo documentos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivos: i) retomar o controle estatal sobre comunidades atualmente sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; ii) devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas, necessárias ao exercício e desenvolvimento integral da cidadania; e iii) contribuir para quebrar a lógica de “guerra” existente no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com a pesquisa, para 39% dos entrevistados, as UPPs são vistas entre as principais medidas tomadas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro para enfrentar os problemas da segurança pública. O percentual de citações das UPPs é maior entre as mulheres (46%), entre os mais abastados (55%) e entre os moradores da zona norte carioca (52%). Já o desconhecimento é mais significativo entre os homens (64%), os mais jovens (71%), entre quem cursou da 5ª a 8ª série do ensino fundamental (71%) e entre os que ganham até 2 salários mínimos de renda familiar (70%). Ações de mais policiamento são citadas por 3% e obras sociais são citadas por 1%. Enquanto 58% dos entrevistados não citaram nenhuma ação efetiva do poder público estadual para essa questão.

Com relação especificamente às UPPs, 80% dos entrevistados avaliaram a iniciativa como “muito boa” ou “boa”, enquanto 5% disseram que é ruim ou muito ruim. Ainda neste item da avaliação, 78% acreditam que elas têm ajudado na redução da violência, enquanto 16% acham que elas não têm ajudado em nada.

E para finalizar, a pesquisa colocou os entrevistados, de forma estimulada, diante de algumas situações para mensurar a percepção do impacto, de uma forma geral, das ações implementadas na sua vida cotidiana. O resultado pode ser observado a seguir.

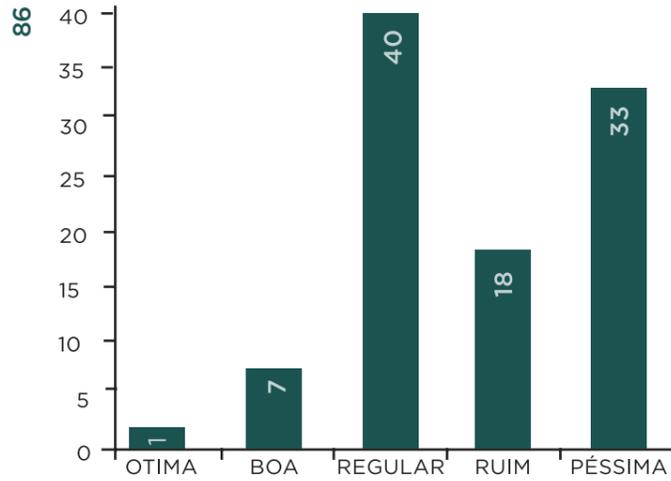


GRÁFICO 4:
AVALIAÇÃO DA
SEGURANÇA PÚBLICA
NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO

GRÁFICO 7:
EXPOSIÇÃO À
SITUAÇÃO DE RISCO
EM 2011

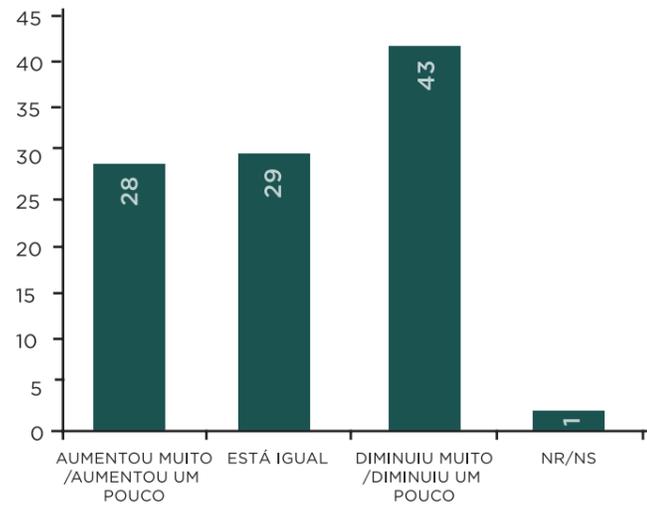
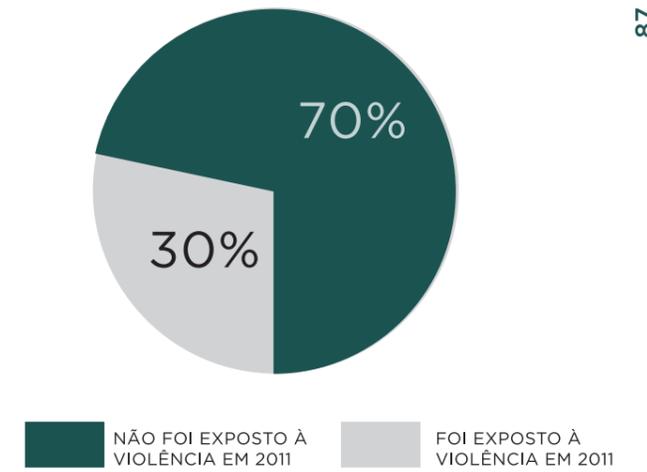


GRÁFICO 5:
SENSAÇÃO DE
SEGURANÇA EM
RELAÇÃO AOS
ÚLTIMOS 4 ANOS

GRÁFICO 8:
CONHECIMENTO
SOBRE AS MEDIDAS
DE SEGURANÇA
ADOTADAS PELO
GOVERNO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
NOS ÚLTIMOS 4 ANOS

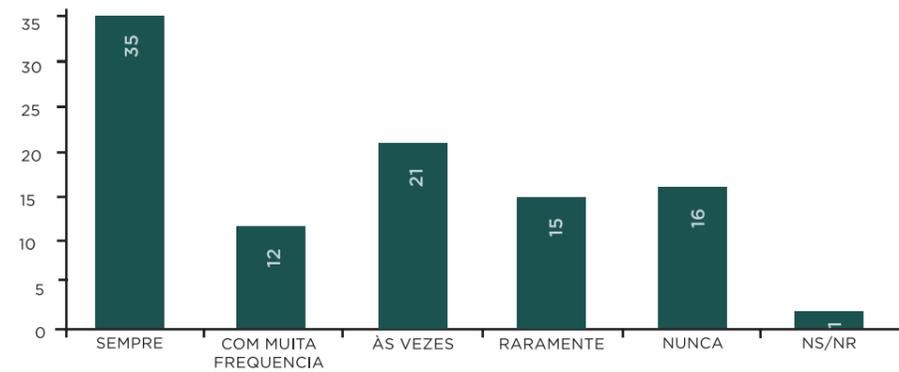
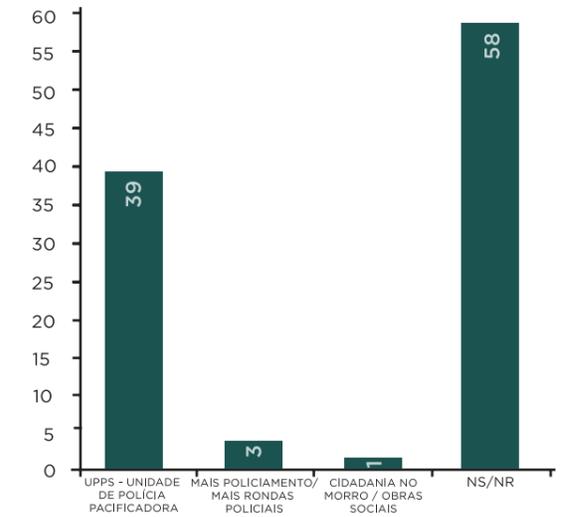
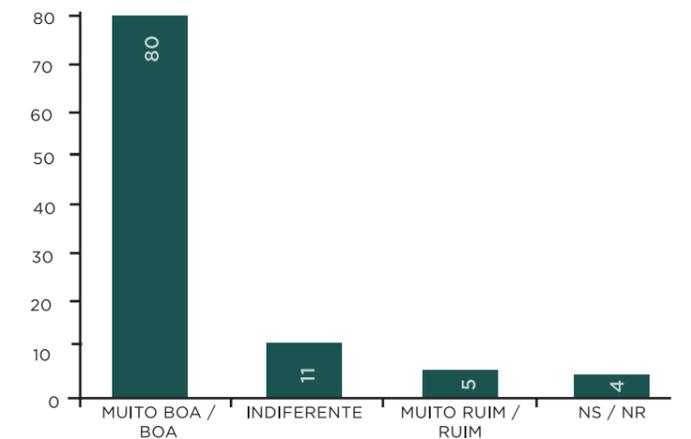


GRÁFICO 6:
FREQUÊNCIA COM
QUE DISCUTE O TEMA
DA SEGURANÇA
PÚBLICA NO RIO DE
JANEIRO COM OUTRAS
PESSOAS

GRÁFICO 9:
AVALIAÇÃO DAS
UNIDADES DE POLÍCIA
PACIFICADORA



8 CONCLUSÃO

A partir dos itens analisados neste estudo, é possível concluir que o Estado do Rio de Janeiro está no caminho certo no combate à violência. Os resultados das ações já começaram a ser percebidos e têm impacto não somente na vida das pessoas, como também na imagem interna e externa do estado, significando mais tranquilidade, segurança e qualidade de vida para a população, mais investimentos e, conseqüentemente, mais geração de empregos e renda.

Além de todos esses benefícios, percebe-se o surgimento de um novo cenário das políticas de segurança, que sinaliza a importância das estratégias preventivas e ampliação do controle social sobre as instituições públicas. Nesse contexto, observamos que o tema segurança pública passa por mudanças profundas de referencial. O que antes era responsabilidade exclusiva do Estado, instituições criminais e do Direito, reconhece agora na participação da sociedade civil uma conjugação de esforços que contribui para a consolidação da ordem social e, sobretudo, de uma nova forma de se pensar a segurança pública.

GRÁFICO 10:
PERCEPÇÃO DOS
IMPACTOS DAS AÇÕES
DO GOVERNO DO
ESTADO

	SIM	NÃO	NR / NS
PERCEBE MELHORIA NO COMÉRCIO DA REGIÃO ONDE MORA?	45	49	6
SENTE-SE MAIS SEGURO QUANDO ESTÁ EM AMBIENTES PÚBLICOS?	43	51	6
SENTE-SE MAIS SEGURO PARA PASSEAR OU SAIR COM A FAMÍLIA NOS FINAIS DE SEMANA?	38	55	7
NOTA QUE O TRÁFICO DE DROGAS DIMINUIU NA CIDADE?	35	55	10
NOTA AS PESSOAS DA SUA CIDADE MAIS TRANQUILAS COM RELAÇÃO A ASSALTO OU ROUBO?	29	67	4
SENTE-SE MAIS SEGURO QUANDO SAI À NOITE?	23	69	8
SENTE-SE MENOS PREOCUPADO QUANDO SEUS FILHOS ESTÃO FORA DE CASA.	17	72	12